

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Brendo Filipe Costa Diniz

Em busca de um pacto social: O discurso de Sarney no programa Conversa ao Pé do Rádio

JUIZ DE FORA – MG

2024

Brendo Filipe Costa Diniz

Em busca de um pacto social: O discurso de Sarney no programa Conversa ao Pé do Rádio

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestrado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora – MG

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Diniz, Brendo Filipe Costa.

Em busca de um pacto social : O discurso de Sarney no programa Conversa ao Pé do Rádio / Brendo Filipe Costa Diniz. -- 2024.
124 p.

Orientadora: Valéria Marques Lobo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Conversa ao Pé do Rádio. 2. Discurso. 3. Rádio. 4. Redemocratização. 5. Sarney. I. Lobo, Valéria Marques, orient. II. Título.

BRENDO FILIPE COSTA DINIZ

Em busca de um pacto social: O discurso de Sarney no Programa Conversa ao Pé do Rádio

Dissertação
apresentada
ao Programa de Pós-
Graduação em
História,
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
História. Área de
concentração:
História, Cultura e
Poder.

Aprovada em 05/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Marques Lobo - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabio Chang de Almeida

Universidade La Salle

Juiz de Fora, 19/03/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Marques Lobo, Professor(a)**, em



05/04/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB, Usuário Externo**, em 15/07/2024, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Chang de Almeida, Usuário Externo**, em 22/07/2024, às 22:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1755815** e o código CRC **8ED92C32**.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação, gostaria de expressar minha profunda gratidão àqueles que, de diversas formas, contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Francisco Luiz Diniz e Rita de Cassia Costa, por seu apoio incondicional e incentivo constante ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Sua dedicação e amor foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este marco.

Agradeço também à minha companheira e aos meus amigos, cuja compreensão, paciência e apoio emocional foram essenciais nos momentos mais difíceis. Vocês foram meu porto seguro, sempre me encorajando a seguir em frente.

Minha gratidão ao Fernando Perlatto, que foi meu orientador de TCC e membro da banca de qualificação, por sua orientação e pelos valiosos ensinamentos que contribuíram para o enriquecimento de minha educação acadêmica.

Agradeço também aos professores doutores Fábio Chang de Almeida e Jorge Gomes de Souza Chaloub por comporem a banca de defesa do trabalho. Ambos fizeram uma leitura atenta do trabalho e teceram críticas importantes e relevantes que muito me ajudaram nas reflexões posteriores.

Além disso, expresso minha gratidão a Leandro Pereira Gonçalves, coordenador da pós-graduação, por fornecer assistência constante e por criar um ambiente favorável ao crescimento acadêmico.

Minha orientadora, Valéria Marques Lobo, merece um agradecimento especial. A conclusão desta dissertação dependeu de sua orientação, paciência e apoio. Sua competência e dedicação sempre me inspiraram, e serei eternamente grato por isso.

Não posso deixar de mencionar as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, que trouxe inúmeros desafios adicionais. No entanto, com resiliência e apoio, foi possível superar esses obstáculos e alcançar nossos objetivos. Nesse contexto, o financiamento para a pesquisa foi vital. Durante o ano de 2020 o financiamento desse trabalho foi dado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com a bolsa PBPG. Do ano de 2021 até o início de 2022, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todos, meu sincero agradecimento.

RESUMO:

O programa *Conversa ao Pé do Rádio* foi criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente do Brasil José Sarney e possuía transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30. A transmissão, comandada pelo próprio Sarney, foi utilizada para defender as ações e concepções de sua administração. O período foi marcado por uma série de turbulências, coadunando uma transição democrática após mais de 20 anos de ditadura militar e uma profunda crise econômica caracterizada por uma inflação persistentemente alta e um elevado déficit público. O cerne da pesquisa é analisar o discurso empregado no programa e como ele foi utilizado para angariar apoio às medidas e interesses do governo no período. O presente trabalho argumenta que o grande foco do discurso governamental foi a tentativa de forjar um pacto social, envolvendo suas medidas em diferentes aspectos, como a economia, constituição e área social, mas que tal pacto assume distintas feições conforme o período.

Palavras-chave: *Conversa ao Pé do Rádio*; Discurso; Rádio; Redemocratização; Sarney.

ABSTRACT

The program "Conversa ao Pé do Rádio" was established on October 25, 1985, by the then-president of Brazil, José Sarney, and had mandatory national broadcasts every Friday at 6 a.m. and 7:30 p.m. Hosted by Sarney himself, the show was used to defend the actions and views of his administration. The era was characterized by a myriad of challenges, encompassing a democratic transition after over 20 years of military dictatorship and a profound economic crisis marked by persistently high inflation and a significant public deficit. The core of the research aims to analyze how the program was used to garner support for the government's measures and interests during that time. This study argues that the government's primary focus was an attempt to forge a social pact with the population, involving its actions in diverse areas such as the economy, constitution, and social sector, but that this pact takes on different features depending on the period.

Keywords: Conversa ao Pé do Rádio; Radio; Redemocratization; Sarney; Speech.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTO	23
2.1. Golpe Militar e Guerra Fria	23
2.2. Transição democrática	28
2.3. Economia	38
2.4. O início do governo Sarney	48
3 O BRASIL VAI DAR CERTO	51
3.1. Primeiras medidas econômicas	51
3.2. Plano Cruzado	57
3.3. Plano Cruzado II e Plano Bresser	65
3.4. Plano Verão.....	74
4 OUTRAS FACETAS	80
4.1. Tudo pelo social.....	80
4.2. Reforma agrária e o setor rural	95
4.3. Transição democrática	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

O cerne deste trabalho é analisar o programa *Conversa ao Pé do Rádio*, criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente da República Federativa do Brasil José Sarney e de transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30 do horário de Brasília. A inspiração veio do ex-presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Franklin Delano Roosevelt, que criou em 1933 o programa de rádio “*The Fireside Chats*”, onde buscava divulgar as ações da administração federal estadunidense, especialmente as de combate à recessão decorrente da crise econômica de 1929.

Como demonstra Ryfe (1999), o então presidente dos EUA fazia transmissões focadas principalmente na questão econômica, que dominava o debate americano depois da Crise de 1929. Ele também abordava outros assuntos quando conveniente. Seu programa não tinha um cronograma definido, significando que as transmissões podiam ocorrer sempre que o presidente desejasse, o que geralmente acontecia mensalmente. Já o “*Conversa ao Pé do Rádio*” buscava abranger diversas discussões que estavam em voga naquele momento. Como o programa tinha periodicidade semanal, era conveniente variar as discussões, pautando-se em diferentes temas e acontecimentos.

Nas transmissões de seu programa, Sarney realizava discursos curtos e em linguagem coloquial sobre acontecimentos da semana. Ele também fazia comentários elogiosos aos atos de sua administração, abordando diferentes temas como economia, aspectos sociais e negociações com o Congresso. A linguagem coloquial no rádio, conforme descrita por Meditsch (2005, p. 171), é entendida como “caseira, doméstica, cotidiana e com muita correção gramatical”.

Assim, esse tipo de discurso ressoa com a natureza do rádio, destacada por Starkey (2004), de estabelecer uma relação íntima e direta com o ouvinte. Diferentemente de outros meios, o rádio é frequentemente percebido como uma voz amiga ou companhia constante, criando um sentido de proximidade e interatividade. Essa característica do rádio, aliada à abordagem coloquial de Sarney, torna-se particularmente eficaz na construção de uma comunidade de ouvintes, reforçando o impacto e a eficácia de suas mensagens.

Para melhor compreender a utilização do programa por Sarney, faz-se necessário uma breve recapitulação de sua vida política, que demonstra a trajetória de um político versátil e conciliador, algo que se mostra presente nas transmissões nos diversos momentos em que Sarney adapta seu discurso de acordo com as circunstâncias. Além disso, também é necessária

uma curta contextualização do momento e dos interesses que estavam por trás da criação do programa.

José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa em 24 de abril de 1930, em Pinheiro, Maranhão, é conhecido como José Sarney graças ao nome de seu pai, Sarney de Araújo Costa, promotor e depois desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Desde cedo apresentou traquejo para a política e para a escrita, participando de movimentos estudantis ainda no ensino primário e atuando como repórter em jornais locais desde os 16 anos. Ambas as atividades culminaram em marcos significativos de sua trajetória: sua entrada precoce na Academia de Letras do Maranhão em 1952 e sua diplomação como bacharel em direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1953. Na universidade, teve uma forte atuação estudantil, chegando a representar o estado do Maranhão no Congresso da União Nacional dos Estudantes¹.

Em 1954, iniciou sua trajetória política ao tornar-se deputado federal suplente pelo Partido Social Democrático. Nos anos que se seguiram, manteve uma postura discreta, mas teve diversas oportunidades de atuar como deputado federal interino. Contudo, por conta de desavenças internas no diretório maranhense do partido, decidiu filiar-se à União Democrática Nacional (UDN) em 1958. Naquele mesmo ano, foi eleito deputado federal pelo estado do Maranhão. Em sua atuação na UDN, fortaleceu sua reputação tanto dentro do partido quanto junto à população, e em 1959 tornou-se vice-presidente da sigla. Em 1961, foi designado vice-líder do governo de Jânio Quadros, a quem apoiou até sua inesperada renúncia. No entanto, posicionou-se contra João Goulart, que assumiu a presidência em um contexto de grande instabilidade, enfrentando significativa resistência de setores militares, empresariais e políticos.

Com o golpe civil-militar de 1964 e o Ato Institucional Número Dois, que dentre outros dispositivos instituiu o bipartidarismo no país, filia-se em 1965 ao partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Mantendo seu suporte ao novo regime, consegue garantir sua ascensão política, sendo eleito Governador do Maranhão para o intervalo entre 31 de janeiro de 1966 e 14 de maio de 1970 e para Senador pelo mesmo Estado entre o dia primeiro de fevereiro de 1971 até 15 de março de 1985.

Além de sua ascensão em cargos públicos, Sarney presidiu a ARENA² de 1979 a 1984. Em 1984, optou por deixar a agremiação devido a divergências sobre a indicação para as eleições presidenciais indiretas de 1985. Sarney tinha a ambição de ser o candidato do partido, porém nem chegou a participar da disputa, sendo superado por Paulo Maluf. Este último, que

¹ Para saber mais: Echeverría, R. Sarney. **A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

² Transformado em Partido Democrático Social em 1980.

havia exercido o cargo de governador de São Paulo até 1982, triunfou sobre Mario Andreazza na contenda interna. Uma das razões dessa escolha foi a influência do então presidente da república, João Figueiredo, com quem Sarney não mantinha uma relação estreita. Em resposta, Sarney e outros dissidentes contribuíram para a formação da Frente Liberal em 1984 (Ferreira, 2018).

Como demonstra Ferreira (2018, p. 35-37), em uma articulação para as eleições presidenciais de 1985, forma-se a chamada Aliança Liberal, fruto da aliança entre os dissidentes descontentes do PDS, até aquele instante aglutinados na Frente Liberal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A aliança culmina na filiação de Sarney ao PMDB para disputar as eleições como vice-presidente em uma chapa comandada pelo então governador Tancredo Neves, que havia sido indicado em um acordo dentro do partido. Segundo Schwartz e Starling (2015, p. 484-485):

Na eventualidade de ocorrerem eleições pelo voto direto, o candidato opositor seria mesmo Ulysses Guimarães. Sua candidatura era praticamente imbatível, dispunha de base popular, e poderia reordenar o centro do poder político no país. A sucessão pela via indireta, ao contrário, tirava de Ulysses todas as chances, e as lideranças do PMDB firmaram um acordo. O partido iria disputar a Presidência da República nas duas circunstâncias, mas, no colégio eleitoral, o candidato escolhido seria outro: o então governador de Minas, Tancredo Neves.

No contexto da eleição presidencial indireta de 1985 no Brasil, a busca de Tancredo Neves por apoio político foi uma estratégia crucial para garantir sua eleição. Franco Montoro, então governador de São Paulo, era uma figura influente na política brasileira e um potencial candidato à presidência. No entanto, ele se comprometeu a apoiar Tancredo Neves caso a emenda das "Diretas Já" não fosse aprovada, o que de fato aconteceu. Esse apoio de Montoro foi significativo, pois agregou credibilidade e força à candidatura de Tancredo, unindo diferentes facções do movimento democrático.

Além disso, Tancredo Neves buscou atrair figuras simbólicas da esquerda, como Chico (Francisco) Pinto e Miguel Arraes. Francisco Pinto, advogado e político baiano, era uma figura respeitada pela sua luta contra a ditadura militar e por seus esforços em prol da redemocratização. Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, era outro líder proeminente com forte apoio popular, especialmente no Nordeste, e tinha sido uma voz ativa contra o regime militar. A inclusão dessas figuras na base de apoio de Tancredo Neves era parte de uma estratégia para unir diferentes segmentos políticos em torno de sua candidatura, sinalizando um compromisso com a pluralidade e a democracia.

Esses esforços de Tancredo em formar uma coalizão ampla e diversificada foram essenciais para fortalecer sua candidatura na eleição indireta. Ao atrair apoio de líderes políticos de diferentes espectros, desde a direita moderada até a esquerda, Tancredo Neves conseguiu apresentar-se como um candidato de união nacional, capaz de liderar o país na transição para a democracia após o longo período de regime militar.

Buscando conciliar distintos interesses e acomodar PMDB, PDT, PTB e até membros do PCB, Tancredo teria feito "[...] contato direto com o general Geisel, que, mesmo na reserva, continuava respeitado entre os militares. E anunciou, numa carta pública, que seu governo não faria perguntas às Forças Armadas - nem sequer para investigar os crimes da ditadura. " (Schwartz; Starling, 2015, p. 486).

No contexto da eleição presidencial indireta de Tancredo Neves em 1985, houve tensões e preocupações significativas sobre a possibilidade de um golpe militar para impedir a transição democrática no Brasil. De acordo com Carvalho (2019), a Marinha chegou a preparar um plano antigolpista para proteger a eleição e a posse de Tancredo Neves, refletindo o medo palpável de uma intervenção militar que pudesse reverter o processo de redemocratização. Essa preparação sugere que, mesmo dentro das forças armadas, havia facções que apoiavam a transição para um governo civil e democrático, entendendo a importância de respeitar o resultado eleitoral.

Por outro lado, a resistência de setores das forças armadas, como indicado pela posição da Aeronáutica contra o apoio à candidatura de Paulo Maluf, evidenciava divisões internas e um cenário político complexo. Maluf era visto por muitos como um representante do regime militar e sua candidatura era controversa, especialmente entre aqueles que buscavam uma ruptura definitiva com o passado autoritário. A oposição da Aeronáutica a Maluf pode ser interpretada como um sinal de que, mesmo entre os militares, havia um desejo de avançar para uma nova fase política.

A vitória de Tancredo Neves nas eleições foi um marco importante na história do Brasil, simbolizando a superação dos temores de um golpe militar e o início de um novo capítulo na trajetória democrática do país. Apesar das preocupações e das resistências de alguns setores, a eleição de Tancredo demonstrou a força e a resiliência das instituições civis e da vontade política para seguir em frente com a democratização. Sua eleição foi um sinal claro de que a maior parte da sociedade brasileira, incluindo segmentos das forças armadas, estava comprometida com o processo de transição democrática, apesar das incertezas e desafios que ainda estavam por vir.

Tancredo, porém, acaba ficando doente dias antes de tomar posse, que ocorreria em 15 de março de 1985. Diante disso, foi sugerido que Ulisses Guimarães seria seu sucessor legal. No entanto, ele recusou, e o vice-presidente José Sarney assumiu o cargo. Nos termos de Schwarcz e Starling, (2015, p. 487):

Por uma única vez, o general Figueiredo e o grupo de autênticos do PMDB se puseram de acordo: se Tancredo não havia assumido, seu sucessor legal era Ulysses Guimarães. Mas Ulysses recusou. Alegou o prognóstico dos médicos de que Tancredo estaria em condições de tomar posse em 48 horas - divulgado pelo secretário particular de Tancredo, Aécio Neves, pela televisão. E insistiu para que Sarney assumisse e exercesse temporariamente o governo. Convenceu todo mundo.

Assim como os "Pactos de la Moncloa" na Espanha representaram um acordo entre diferentes forças políticas para conduzir a transição pós-Franco, no Brasil, após a morte de Tancredo Neves, a ascensão de Sarney ao poder contou com o apoio de figuras militares influentes, como o general Ivan de Souza Mendes e o general Leônidas Pires Gonçalves. Esses apoios foram fundamentais para a estabilidade do governo Sarney em um período de intensa transição e incerteza política, similarmente aos pactos na Espanha que buscaram assegurar uma transição pacífica para a democracia. A preferência por Sarney, em vez de Ulysses Guimarães, pode ser vista como uma escolha pragmática para garantir a continuidade e a estabilidade durante este período crítico (Martins Filho; Marques, 2021, p. 44).

O começo de seu mandato, contudo, é marcado pela falta de legitimidade perante a população e da mesma forma em relação à classe política, que não via em um antigo aliado da ditadura o representante ideal para conduzir a transição para uma democracia plena. Como aponta Jorge Ferreira (2018, p. 45-46), esta primeira conjuntura é definida por uma atuação bastante independente da equipe ministerial, que havia sido toda indicada por Tancredo e que se comunicava mais com Ulysses Guimarães do que com o próprio Sarney, a quem enxergavam com desconfiança.

A situação começa a se transformar em 21 de abril de 1985, quando ocorre a morte de Tancredo e a consequente posse oficial de Sarney como Presidente da República, iniciando assim um lento processo onde o chefe do executivo federal procura produzir sua imagem de forma independente em relação aos desejos e acordos realizados por Tancredo, além da tentativa de edificar uma base de apoio junto à sociedade e ao meio político.

Um dos principais marcos dessa tentativa é exatamente a criação do programa Conversa ao Pé do Rádio, o qual era utilizado para defender o comando federal e para criar uma relação mais próxima entre o presidente e o povo, que teria a oportunidade de ouvir a respeito das proposições e atos do governo a partir de seu líder máximo.

Fazendo amplo uso dos meios de comunicação, especialmente de seu programa de rádio, Sarney intensifica a divulgação das ações governamentais. Além disso, busca consolidar sua imagem como um governante eficaz. Essa estratégia é corroborada por Kinzo (2001, p. 7):

Sarney tomou posse sem plano de governo e com a crise econômica e social se avolumando. Faltava-lhe legitimidade. Segundo a autora, ele era o político conhecido por seus vínculos com a ditadura que “assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez para governar – o PMDB. O governo ficou exposto a todo tipo de pressão.

Outra situação marcante neste sentido fora sua reforma ministerial realizada em janeiro de 1986, quando trocou boa parte de seu ministério, que havia sido majoritariamente escolhido por Tancredo Neves, podendo assim escolher pessoas de sua confiança e de seus grupos políticos de apoio. A partir disso, como argumenta Jorge Ferreira, o então presidente começa a cuidar mais de sua imagem pessoal e passa a imprimir um estilo mais próprio de gestão, até aquela ocasião muito afetada pelas alianças e escolhas de Tancredo (Ferreira, 2018, p. 46).

Com o presidente e seus aliados expostos dessa maneira, uma das políticas adotadas foi a criação do programa, que buscava criar uma relação mais próxima entre o presidente e seus eleitores, algo que fica claro ainda no início de sua sétima edição, em 6 de dezembro de 1985, quando Sarney diz que “Volto nesta sexta-feira à nossa conversa ao pé do rádio. Assim os brasileiros podem discutir as últimas decisões do Governo, dizendo: ‘Ouvi isso da voz do próprio Presidente José Sarney’” (Sarney, 1990a, p. 39-40).

Era evidente o desejo de se aproximar da população e para isso seria utilizado um meio que reencontrava fôlego na época, já que na década de 60 e 70 houve uma série de inovações tecnológicas que permitiram o barateamento dos custos de produção de aparelhos portáteis e a expansão das rádios FM:

(...) e no Brasil trouxe incentivo comercial ao meio que perdia espaço para a TV na disputa das verbas publicitárias ao oferecer uma programação diversificada quanto aos estilos de música e à locução, além da qualidade sonora estéreo que se transformou em padrão de referência para a radiofusão (Meditsch, 2005, p. 157).

O objetivo da presente dissertação consiste justamente em analisar o uso desse recurso por José Sarney. A análise dos discursos de Sarney no *Conversa ao Pé do Rádio* realiza-se a partir de suas transcrições em dois livros.³ O trabalho se debruçou desde a primeira edição, em 25 de outubro de 1985, até a 226ª e última edição, em 15 de março de 1990, que também marca

³ Sarney, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República); SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1988/1989/1990**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 2. (Documentos da Presidência da República).

o último dia de Sarney enquanto Presidente. Além disso, é evidente que a suposta perda dos áudios acarreta na perda de elementos para a análise, mas é algo que não impede a análise.

Cumprir registrar que, durante todo o mandato, aparentemente o programa não foi ao ar em apenas 4 semanas, geralmente em ocasiões relacionadas. Apesar disso, na apresentação do livro onde foram transcritos os programas, escrita por Luiz Gutemberg, se alega que o programa nunca havia deixado de ir ao ar, deixando a questão se as transcrições foram perdidas ou se isso se trata de um erro do autor (Sarney, 1990a).

Na análise do período Sarney, observa-se uma tendência em focar predominantemente em aspectos econômicos, políticos e sociais, muitas vezes deixando de lado o próprio Presidente e seu discurso. Contudo, uma avaliação mais profunda do discurso de Sarney é essencial, pois oferece *insights* únicos sobre a época. Dessa forma, para compreender integralmente esse período histórico, é fundamental analisar tanto o contexto social, político e econômico quanto as nuances e as implicações do discurso presidencial. Esta abordagem mais global pode revelar camadas mais profundas de significado e influência.

Apenas três trabalhos discutem os pronunciamentos de Sarney no programa *Conversa ao Pé do Rádio*. O primeiro analisa toda a trajetória comunicativa dele, desde seu inicial mandato como deputado federal até sua atuação como senador após a presidência (D'Elboux, 2013). No entanto, apesar de trazer diversas contribuições para o entendimento do discurso de Sarney, o trabalho não enfoca o período aqui estudado, trazendo apenas reflexões mais gerais sobre o período.

O segundo se concentra na comunicação durante o Plano Cruzado, concentrando-se mais especificamente nas questões econômicas em um período de pouco menos de um ano (Pinto, 1989). Assim, o estudo em questão se destaca ao abordar o pronunciamento de Sarney no rádio, enfocando as particularidades desse meio e de sua posição enquanto Chefe de Estado.

O terceiro também aborda os discursos em uma perspectiva econômica, mas em um período maior, abrangendo até a moratória. Além disso, ele utiliza discursos em outras instâncias para além do programa de rádio, mas traz contribuições interessantes para uma melhor compreensão das estratégias de Sarney (Salomão, 2017).

A pesquisa utiliza a análise de discurso de matriz francesa como base teórica para a compreensão do programa de Sarney. Ela surgiu com a compreensão de que o discurso é intrinsecamente moldado pelos valores e dinâmicas da sociedade, e, reciprocamente, a sociedade é constantemente influenciada e reconfigurada pelos discursos que permeiam seu tecido social:

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que as constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de 60: a análise do discurso (Brandão, 2012, p. 11).

Dessa forma, cada época histórica redimensiona o conjunto de seus discursos sem, no entanto, reduzi-los a uma única lógica. Um dos pais propositores dessas ideias foi Michel Pêcheux, um renomado filósofo, linguista e psicanalista francês que recebeu reconhecimento por sua contribuição para Análise do Discurso. Ele acreditava que o discurso não era simplesmente uma expressão neutra do pensamento, mas um campo de luta ideológica. Os significados não são fixos ou transparentes; eles são, ao contrário, históricos e instáveis, influenciados pelas relações sociais e poder. Assim, o sentido é sempre um terreno de disputa e conflito. Ele também postula que nossa compreensão do mundo não é direta, mas mediada pela linguagem. Isso significa que nossa compreensão do mundo está sujeita a deslocamentos e contradições.

Os discursos dessa perspectiva não são neutros. Eles são moldados pelas relações de poder existentes e servem para perpetuar e fortalecer essas relações. O discurso é um lugar de luta ideológica em que diferentes formações discursivas lutam pelo controle. Além disso, Pêcheux enfatiza a instabilidade e a variabilidade do discurso. Embora não sejam rígidos, os significados do discurso podem mudar. Para explicar como os significados mudam com diferentes contextos e audiências, ele usa o termo "deslocamento" (Pêcheux, 2011).

No âmbito da ideologia, Pêcheux argumenta que ela não é apenas uma máscara ou ilusão que obscurece a realidade. Em vez disso, a ideologia é inerentemente parte de nossa realidade social e molda a maneira como compreendemos o mundo. Ele propõe o conceito de 'interditos' - espaços em que os significados são disputados e deslocados - para explicar como a linguagem e a ideologia interagem e influenciam a nossa compreensão do mundo (Pêcheux, 2002).

Outra autora que desenvolve as reflexões de Pêcheux, tendo inclusive trabalho em parceria com ele, é Malidier. Ela considera que o discurso não é apenas um conjunto de palavras ou frases, mas um fenômeno complexo moldado por diversos fatores. As condições de produção abrangem o contexto histórico, social, político e cultural no qual o discurso é gerado e circula. As condições de produção operam como determinantes externos do discurso. Isso significa que o discurso é influenciado e moldado por fatores fora do próprio texto, como as normas sociais, as estruturas de poder e os contextos históricos. Este conceito desafia abordagens mais tradicionais da linguística e da análise do discurso que tendem a focar apenas

no conteúdo textual ou na estrutura linguística, sem considerar o papel dos fatores externos na formação do discurso (Maldidier, 2012).

A Análise de Discurso também trabalha com a noção de formação discursiva, que diz ao sujeito o que ele pode e deve dizer de acordo com um contexto e posição social que ocupa. Essa seria a materialização da ideologia, que se manifesta no discurso. Portanto, o entendimento do contexto e posição social do sujeito, ou seja, o estudo sócio-histórico de seu meio é vital para a abordagem:

Para essas abordagens, a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro (Brandão, 2012, p. 18).

A proposição do trabalho é a de um sujeito descentrado, influenciado por suas ideologias, pelo seu inconsciente, pela história e por sua relação com outros discursos. Assim, não há mais um sujeito fixo e centrado, mas um indivíduo com identidade inacabada, fragmentada, aberta e contraditória, o que se reflete nas fontes e deve ser levado em consideração pelo historiador (Oliveira, 2017).

Outra abordagem essencial para o trabalho são os estudos sobre a comunicação radiofônica. Eduardo Meditsch, em sua análise do rádio, enfatiza a singularidade deste meio na criação de uma conexão íntima e pessoal com o ouvinte. Ele vê o rádio como uma plataforma que oferece uma experiência única de envolvimento e interatividade, diferenciando-se de outros meios de comunicação pela sua capacidade de estabelecer um diálogo quase pessoal com cada membro da audiência. Esta característica do rádio torna-o um meio particularmente eficaz na construção de narrativas e na influência sobre a percepção e o comportamento do público.

Ao integrar as ideias de Meditch com a análise de discurso de Michel Pêcheux, esta pesquisa propõe uma investigação detalhada sobre como o rádio, como meio íntimo e interativo, contribui para a formação e disseminação de discursos na sociedade. Pêcheux, com seu foco na relação entre linguagem, poder e ideologia, oferece um arcabouço teórico para entender como o rádio participa da construção de significados, identidades e relações de poder.

Neste sentido, a dissertação busca explorar como a natureza do rádio, conforme descrita por Meditch, permite um engajamento profundo com o ouvinte, criando um espaço onde os discursos podem ser tanto desafiados quanto reforçados. Através da análise do programa de rádio, examina-se como o rádio molda e é moldado por discursos ideológicos e sociais, e como ele influencia a construção de realidades sociais e políticas.

A abordagem interdisciplinar proposta nesta pesquisa permite uma compreensão mais profunda do rádio, não apenas como um meio de comunicação, mas como um participante ativo nos processos discursivos que moldam a sociedade. A integração das teorias de Meditch e Pêcheux oferece uma perspectiva única, possibilitando uma análise abrangente do papel do rádio na formação de discursos e na negociação de poder e identidade no espaço social contemporâneo.

Outro autor importante é Guy Starkey, que em sua abordagem teórica enfatiza a natureza multifacetada do rádio como meio de comunicação. Ele reconhece o rádio não apenas como uma plataforma para disseminação de informação, mas também como um espaço para interação social e construção de identidade. Sua abordagem também destaca a capacidade do rádio em criar um "teatro da mente", onde a imaginação do ouvinte desempenha um papel crucial na interpretação e na experiência do conteúdo transmitido. Esta perspectiva ressalta a importância da narrativa e da construção simbólica no rádio, elementos que são centrais para a compreensão do seu papel na sociedade.

Integrando as ideias de Starkey com a análise de discurso de Michel Pêcheux, esta dissertação busca investigar como o rádio, como meio de comunicação e espaço simbólico, interage com as estruturas ideológicas e de poder na sociedade. Pêcheux, com sua ênfase na relação entre discurso, poder e ideologia, fornece uma estrutura teórica robusta para examinar como o rádio participa na construção e na propagação de discursos sociais. Este enfoque é particularmente relevante no contexto do rádio, onde a narrativa e a interação direta com o ouvinte podem ter um impacto significativo na forma como as informações são percebidas e interpretadas.

A pesquisa proposta, portanto, visa explorar a dinâmica entre o rádio, conforme entendido por Guy Starkey, e as estruturas discursivas na sociedade. O objetivo é compreender como o rádio, através de suas narrativas e construções simbólicas, molda e é moldado pelas relações de poder e ideologias prevalentes. Além disso, busca-se analisar como a natureza interativa e imersiva do rádio contribui para a formação de identidades e comunidades, aspectos que são intrinsecamente ligados aos processos discursivos.

Esta abordagem interdisciplinar oferece uma oportunidade única para examinar o rádio não apenas como um meio de transmissão de informações, mas como um participante ativo na construção de significados e na negociação de identidades dentro do espaço social. A combinação das teorias de Meditsch, Starkey e Pêcheux permite uma análise rica e detalhada do rádio, revelando seu papel complexo e multifacetado na sociedade contemporânea.

Adicionalmente, é imprescindível considerar a análise no contexto da cultura política conservadora e conciliatória brasileira. Ao aplicar as ideias de Serge Berstein, juntamente com as reflexões de Rodrigo Patto Sá Motta, podemos construir um quadro que não isola Sarney como uma anomalia histórica, mas o insere como parte de uma continuidade na trajetória política do Brasil.

Berstein, com seu enfoque na formação da cultura política através da história e da identidade coletiva, fornece uma base teórica para compreender o discurso de Sarney como um reflexo da cultura política brasileira. Este entendimento é crucial, pois a abordagem de Sarney no rádio não emergiu no vácuo; ela é produto de uma tradição política mais ampla, moldada pelas experiências históricas do país. A natureza conciliatória e conservadora desta cultura, que favorece a estabilidade e a continuidade, pode ser vista na maneira como Sarney se comunicava, procurando harmonizar, ao invés de polarizar (Berstein, 2013).

A perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta, por outro lado, enfatiza o papel das elites e das instituições na formação da opinião pública e na cultura política. Essa visão é essencial para entender como o discurso de Sarney se alinhava com as expectativas e normas estabelecidas pelas elites políticas e como isso influenciou a recepção de suas mensagens pelo público. Sarney, ao utilizar o rádio, estava dialogando com uma tradição de comunicação política que já estava bem estabelecida no Brasil, onde a mediação e a moderação são frequentemente valorizadas sobre o confronto direto (Motta, 2014, 2021).

Além disso, considerando a importância da educação e da mídia, como salientado por Berstein, na formação da cultura política, o papel do rádio como meio de comunicação durante o mandato de Sarney adquire uma nova dimensão. Este meio não era apenas um canal para transmitir mensagens; era também um instrumento para moldar e reforçar a cultura política existente. O rádio, com sua ampla penetração e aceitação na sociedade brasileira, foi um veículo ideal para Sarney articular uma narrativa que ressoava com os valores conservadores e conciliatórios (Berstein, 2003).

Em suma, a dissertação deve abordar o discurso de Sarney como parte de um continuum na política brasileira, um fenômeno que é tanto um produto quanto um reforço da cultura política do país. As teorias de Berstein e as análises de Patto Sá Motta oferecem lentes críticas através das quais podemos examinar o discurso de Sarney não como uma anomalia, mas como uma expressão consistente com a trajetória histórica e cultural do Brasil.

De maneira complementar, utiliza-se o neoinstitucionalismo histórico para enriquecer a análise, pois sua junção com a análise de discurso possibilita uma compreensão rica e multifacetada dos fenômenos sociais e políticos. A análise de discurso é essencial para revelar

os valores e as dinâmicas de poder presentes na criação e disseminação de mensagens, permitindo entender a construção de narrativas e seu impacto na percepção do público. Por outro lado, o neoinstitucionalismo destaca a influência das instituições no comportamento humano, ressaltando como as estruturas institucionais preexistentes moldam decisões individuais e coletivas. Essa perspectiva fornece ferramentas para analisar as limitações e oportunidades que as instituições impõem, aprofundando o entendimento de como elas afetam os resultados sociais e políticos".

O neoinstitucionalismo é uma abordagem teórica complexa e diversa na ciência política, sociologia, antropologia, economia e outras ciências sociais que se concentra na análise das instituições. O neoinstitucionalismo, que emergiu nas décadas de 1970 e 80, desafiou pontos de vista mais convencionais que se concentravam em comportamentos individuais, preferências e decisões racionais. Eles sustentam que o comportamento dos atores é fortemente influenciado pelas instituições, bem como pelo contexto cultural, social e político em que estão inseridos. O neoinstitucionalismo é racional, sociológico ou histórico:

Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos [...] (e buscam entender) (1) como construir a relação entre instituição e comportamento; (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam (Hall e Taylor, 2003, p. 194).

Seus proponentes aceitam a ideia de que o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos é central à vida política, mas buscavam explicações que permitissem dar conta das situações políticas nacionais e, em particular, da distribuição desigual do poder e dos recursos. Eles encontraram essa explicação no modo como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas entram em conflito, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros. Os neo-institucionalistas, então, argumentam “que a organização institucional da comunidade política ou a economia política era o principal fator a estruturar o comportamento coletivo e a estruturar resultados distintos.” (Hall e Taylor, 2003). Realçam, portanto, um certo estruturalismo das instituições, mesmo que de maneira menos ortodoxa que outros estruturalismos.

O neoinstitucionalismo histórico enfatiza o papel das instituições no desenvolvimento de políticas e resultados sociais ao longo do tempo. Ele defende o conceito de "dependência do caminho", que diz respeito ao fato de que decisões tomadas em um momento específico da história podem ter consequências prolongadas e imprevistas. Os neoinstitucionalistas históricos

também enfatizam que as sequências de eventos são cruciais porque podem abrir caminho para mudanças institucionais (North, 1990)⁴.

Nesse sentido, os institucionalistas históricos tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas:

Tornaram-se ardentes defensores de uma causalidade social dependente da trajetória percorrida, *path dependent*, ao rejeitarem o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados em favor de uma concepção segundo a qual essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado (Hall; Taylor, 2003, p. 200).

Esse prisma deixa muito claro o papel do acaso, uma vez que "[...] O entendimento de eventos e processos específicos é limitado pelo grande papel desempenhado pelo acaso. Fatos do destino são responsáveis por combinações acidentais de fatores que podem, no entanto, ter efeitos duradouros." (Immergut, 2006, p. 175). A relevância do acaso é muito forte nesse caso, em que o Sarney só assumiu como presidente devido à morte de Tancredo Neves e, portanto, era questionado quanto à sua legitimidade para conduzir o processo democrático, o que aparece por diversas vezes no seu discurso.

Uma das principais críticas ao neo-institucionalismo é a sua dificuldade em elaborar uma definição mais evidente do que são as instituições, que define basicamente como “procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (Hall e Taylor, 2003). No entanto, o enfoque do trabalho será em como as instituições e o contexto influenciam o discurso de Sarney, não sendo um objetivo trabalhar com um conceito muito fechado de instituição.

Assim, a proposição de Kathleen Thelen de que as configurações institucionais não são estruturas holísticas, mas combinação de processos diferenciados que se articulam em determinados espaços e períodos de tempo, gestando mecanismos de reprodução que lhes asseguram continuidade, é bastante proveitosa. Diferentemente do conceito de estrutura, se trata de um conceito mais flexível, pois se trata de algo relativamente articulado, mas que não possui a rigidez da estrutura (Delgado, 2017).

As instituições desempenham um papel simultaneamente restritivo, facilitador e constituinte nas preferências e perspectivas dos atores sociais. A adesão dos indivíduos às instituições é frequentemente embasada em simbolismos e valores culturais, mais do que em lógicas puramente racionais. Nesse sentido, a transição do fim da Ditadura Militar para a Nova

⁴ Para saber mais sobre outras vertentes do neoinstitucionalismo: (Chang; Evans, 2007); (Immergut, 2006); (Mahoney; Thelen, 2010)

República, menos repressiva, coincide com o surgimento e fortalecimento de diversos movimentos sociais. Este cenário é relevante para entender como o governo Sarney, com sua ênfase social e os primeiros planos de estabilização econômica focados na preservação do poder aquisitivo dos trabalhadores, refletia o contexto da época, marcado por uma significativa mobilização popular (Grynszpan, 2003; Santana, 2003; Macarini, 2009).

A combinação da análise de discurso com o neoinstitucionalismo oferece uma abordagem multidimensional e enriquecida para compreender as complexidades das estruturas sociais e políticas. A análise de discurso permite uma exploração profunda de como a linguagem molda e é moldada pelos contextos sócio-políticos, evidenciando as nuances, ideologias e poderes subjacentes que influenciam a comunicação humana. Por outro lado, o neoinstitucionalismo traz à mesa uma compreensão das instituições como entidades moldadas por, e moldadoras de, práticas culturais, históricas e sociais. Ao considerar ambas as bases teóricas, os pesquisadores podem investigar não apenas a forma como a linguagem reflete as realidades institucionais, mas também como as instituições são construídas, mantidas e transformadas por meio da linguagem. Esse casamento teórico, portanto, proporciona uma análise holística e integrada dos fenômenos sociais e políticos, tornando-se uma ferramenta valiosa para acadêmicos e profissionais em diversas áreas.

Todos esses pressupostos teóricos ajudaram a elaborar hipótese central desta pesquisa, que é a de que Sarney buscou orientar seu discurso pela busca da construção de um pacto social explícito, herdando essa proposta de Tancredo Neves. Esse pacto visa obter o apoio da população, principalmente em relação às medidas econômicas e sociais, que visavam a redução da inflação sem custos sociais, e também no campo político, no que diz respeito à transição democrática.

É válido salientar que a proposta do pacto social evolui de acordo com o ambiente político. Até a derrocada do Plano Cruzado, Sarney buscava apoio direto da população, procurando um acordo com indivíduos, sem passar por instâncias representativas. No entanto, à medida que a economia piorava e os índices de aprovação de Sarney diminuía, ele passou a buscar as instâncias representativas para selar esse novo consenso nacional. Assim, o presente estudo não apenas enfatiza a tentativa de construir um pacto social, mas também sua evolução ao longo do tempo.

O presente trabalho concentrar-se-á em três capítulos, sendo o primeiro um capítulo que fará uma contextualização geral do período. A primeira parte foca na transição democrática, trazendo os debates e acontecimentos sobre o período. Na segunda parte se trata sobre a questão

econômica e, por fim, a terceira seção abarca desde o início do governo até a primeira edição do *Conversa ao Pé do Rádio*.

O segundo capítulo, intitulado “O Brasil vai dar Certo”, que abarca todos os programas, foca principalmente nos aspectos econômicos, o tema que possui maior ênfase durante o programa. Assim, pretende-se escrutinar o discurso de Sarney para a área e como ele foi se transformando de acordo com a conjuntura do momento.

No terceiro e último capítulo é realizada uma análise mais geral do discurso de Sarney para além dos aspectos econômicos. Dessa forma, são tratadas a relação que Sarney busca construir com a população, seu discurso para a reforma agrária e o campo, além da sua construção discursiva para a transição democrática e a constituinte.

A estruturação dos capítulos desta pesquisa foi cuidadosamente planejada para cobrir os tópicos principais abordados no programa de rádio. Para complementar a análise qualitativa, conduzimos um estudo quantitativo de diversos temas, investigando a frequência e o contexto de sua menção, com o objetivo de identificar quais assuntos eram mais frequentemente discutidos e de que maneira. O foco principal foi entender como as transmissões buscavam estabelecer uma conexão direta entre o presidente e a população, especialmente os trabalhadores. Além disso, procura-se analisar as estratégias utilizadas pela administração para criar um pacto social, no qual o apoio e a legitimação do governo pela sociedade seriam recompensados com benefícios como estabilização econômica, expansão dos programas sociais e a promoção da transição para a democracia.

É importante destacar algumas limitações inerentes a este estudo. Primeiramente, a pesquisa não busca mensurar a efetividade do discurso de Sarney em termos de impacto concreto ou mudança de opinião pública. Além disso, o foco está restrito ao conteúdo apresentado no programa “*Conversa ao Pé do Rádio*”, sem abarcar outras plataformas ou canais de comunicação utilizados durante seu governo. Por fim, cabe ressaltar que, embora o estudo ofereça um panorama abrangente do discurso presidencial, ele não se debruça especificamente sobre temas como a política externa, que requerem uma análise à parte dada a sua complexidade e especificidade. Este recorte, portanto, visa proporcionar uma análise detalhada e aprofundada do discurso dentro das condições e limites estabelecidos.

2 CONTEXTO

O presente capítulo pretende analisar o contexto do período para melhor situar os debates políticos, econômicos e sociais que ocorreram antes da presidência de Sarney.

2.1 Golpe Militar e Guerra Fria

O golpe militar e civil de 1964 no Brasil foi conduzido sob pretextos defensivos, não com o intuito de estabelecer um novo regime, mas sim de proteger o que era percebido como valores fundamentais da sociedade. A maioria dos seus defensores alegava agir em nome da salvaguarda da democracia, da família, do direito, da lei e da Constituição, considerados pilares da civilização ocidental e cristã. Do ponto de vista das Forças Armadas, o objetivo era assegurar a manutenção da hierarquia e da disciplina, vistas como ameaçadas pelos protestos crescentes entre os militares de baixa patente, especialmente os marinheiros.

O projeto de intervenção das Forças Armadas em nome da ordem, que remonta à década de 1930, foi concebido pelo general Góis Monteiro. A doutrina proposta por Góis Monteiro tinha como objetivo primordial erradicar a influência política interna nas Forças Armadas, permitindo-lhes atuar mais efetivamente no cenário político. Como resultado dessa doutrina, houve um processo de purgação de membros divergentes do Exército, acompanhado de uma intensa doutrinação. Além disso, a doutrina de Góis incluía a supervisão das forças políticas civis e uma política de industrialização impulsionada pelo Estado (Carvalho, 2019, p. 119).

A doutrina desenvolvida pelo general Góis Monteiro nas Forças Armadas brasileiras na década de 1930 apresenta paralelos interessantes com a nova doutrina militar estabelecida pelas Forças Armadas francesas na década de 1950, conhecida como "guerra revolucionária". Ambas as doutrinas refletem uma reorientação das forças militares para além dos métodos de combate tradicionais, incorporando estratégias políticas e ideológicas.

Enquanto a doutrina de Góis Monteiro focava na eliminação da política interna das Forças Armadas brasileiras para permitir uma atuação mais eficaz no cenário político, incluindo a supervisão das forças políticas civis e uma política de industrialização estatal, a doutrina de "guerra revolucionária" das Forças Armadas francesas foi uma resposta às derrotas na Indochina e à rebelião na Argélia. Esta doutrina francesa buscava combater movimentos revolucionários marxista-leninistas, caracterizados por um comunismo ateísta, utilizando uma combinação de estratégias militares, políticas e ideológicas em um cenário onde as fronteiras entre o militar e o não militar eram difusas (Pierre, 2007).

Em ambos os casos, vemos as Forças Armadas expandindo seu papel para incluir aspectos políticos e ideológicos em resposta a ameaças percebidas à ordem estabelecida. Isso evidencia uma tendência mais ampla em que os militares, em diferentes contextos e épocas, adaptaram suas estratégias para enfrentar desafios que transcendem os campos de batalha tradicionais, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais abrangente que inclui influência política e controle ideológico.

O Golpe de 1964, frequentemente referido como “revolução” ou “a redentora”, representou uma ruptura significativa com as práticas políticas habituais da República Brasileira. Diferente das diversas intervenções militares que marcaram a história republicana do país desde a Proclamação da República em 1889 - uma série de golpes, rebeliões, imposições e ultimatos -, o Golpe de 1964 se destacou por sua natureza direta e contínua. Nesse evento, as Forças Armadas não apenas assumiram um papel central na política, mas também se responsabilizaram por implementar amplas reformas legislativas, políticas e econômicas, além de reestruturar instituições. A noção inicialmente divulgada pelos líderes do golpe de que se tratava de uma intervenção temporária, que precederia eleições democráticas e a transição do poder para um presidente eleito em 1966, não se concretizou (Martins Filho; Marques, 2021, p. 46).

Na análise da existência de uma divisão militar entre os chamados "duros" e "moderados" durante as ditaduras militares, é evidente que a historiografia tem se debruçado sobre esse aspecto. Nas ditaduras militares, apesar da diversidade de grupos militares e suas relações com a sociedade civil, um ponto central da discussão historiográfica gira em torno do conceito de um "núcleo duro" com um projeto de poder que se desenvolveu gradualmente a partir do início dos anos 1950. Esse grupo não só deixou sua marca por meio de uma sucessão de pronunciamentos, manifestos e tentativas de golpe desde a derrota da UDN, indo além de 1964, mas também permaneceu firmemente arraigado no poder até 1977 (Carvalho, 2019).

A derrota do então ministro Sylvio Frota em 1977 foi um ponto de virada, pois resultou na emergência de um grupo coeso e reacionário, profundamente enraizado nas instituições militares, como as Forças Armadas, as polícias, as escolas e as academias militares. Este grupo passou a liderar uma campanha sistemática para tomar o controle do Estado, alinhando-se historicamente com as tendências fascistas que emergiam na sociedade.

É importante ressaltar que a diferença fundamental entre os "duros" e os "moderados" não estava na tática empregada, como o uso de tortura, censura ou a supressão dos Direitos Civis, mas sim em seus projetos de longo prazo para a República. Os setores "duros" das Forças Armadas nunca aceitaram a "Abertura" proposta no Projeto Golbery-Geisel e reagiram de

maneira veemente. Eles resistiram em 1977, quando houve o "quase-golpe" contra Geisel, mantiveram conspirações em 1979, opostos à sucessão via João Figueiredo e ao Decreto da Anistia, que consideravam "brando" em relação aos "subversivos". Além disso, eles reagiram com violência nos anos 1980 e 1981, promovendo atentados terroristas com a explosão de dezenas de bombas em todo o país, incluindo eventos notórios como os ataques à OAB, à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e ao Rio Centro (Martins Filho, 2020)

Também é válido salientar que:

Ao longo do período e independentemente do estrato social do militar – da aristocracia do Império agrário à classe média do Brasil industrial – foi a cúpula hierárquica que protagonizou as interferências políticas das FA, com maior ou menor carga ideológica e dramática. Assim, a coletividade militar adquiriu senso de “responsabilidade” com o país e cultivou uma espécie de obrigação moral coletiva em “salvar a nação” dos seus “inimigos internos”. Caracterizava-se uma vocação institucional do “partido militar”. (Martins Filho; Marques, 2021, p. 154)

Assim, por mais que existissem diversas divergências internas, os militares sempre buscaram manter uma aparente unidade interna, ainda mais durante a Ditadura Militar. Esse período de autoritarismo no país coincidiu com a Guerra Fria, um conflito ideológico e político entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se estendeu por décadas e se caracterizou pelo confronto entre o capitalismo e o comunismo. O governo militar brasileiro viu na luta contra o comunismo uma justificativa para sua ascensão e para a imposição de seu controle sobre a sociedade.

A relação entre a ditadura militar brasileira e a Guerra Fria se manifestou em diversas formas. Os Estados Unidos, que lideravam o bloco capitalista na Guerra Fria, apoiaram ativamente o golpe de 1964 e forneceram apoio político e financeiro ao regime militar brasileiro. A percepção de que o Brasil era um contraponto importante ao avanço do comunismo na América Latina levou os EUA a apoiar o governo autoritário, mesmo em meio às violações dos direitos humanos. Além disso, o regime militar justificou sua repressão interna, incluindo censura, tortura e perseguição de dissidentes, como uma medida necessária para conter a ameaça comunista (Motta, 2021).

A Guerra Fria também influenciou a política externa do Brasil durante esse período. O governo militar buscou alianças com países ocidentais e se distanciou de nações consideradas próximas à União Soviética. Isso resultou em um alinhamento estratégico do Brasil com os Estados Unidos e suas políticas anticomunistas na região. Em resumo, a relação entre a ditadura militar brasileira e a Guerra Fria foi marcada pelo apoio dos EUA ao regime autoritário e pela utilização da ameaça comunista como justificativa para a repressão interna e para a política externa do país (Côrtes, 2010).

É válido destacar que historiadores como Eric Hobsbawm, o renomado historiador britânico, argumentaram que a Guerra Fria teria ocorrido mesmo se a União Soviética não tivesse adotado um sistema socialista ou comunista. Os autores argumentam que a Guerra Fria não era simplesmente uma luta entre o capitalismo e o comunismo, mas sim uma consequência da rivalidade geopolítica, da competição pelo poder e dos interesses nacionais dos Estados Unidos e da União Soviética (Hobsbawm, 2007; Munhoz, 2020).

Hobsbawm (2007) destacou que a Guerra Fria tinha raízes mais profundas na história do que apenas nas ideologias políticas. Ele argumentou que as potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, tinham um interesse histórico em conter o expansionismo russo, que remontava aos séculos anteriores. A Revolução Russa e a ascensão da União Soviética, segundo Hobsbawm, apenas forneceram uma nova roupagem à velha rivalidade geopolítica.

Essa visão é apoiada por alguns acadêmicos e analistas contemporâneos que acreditam que, mesmo em um cenário em que a União Soviética não se tornasse socialista ou comunista, a rivalidade e a competição entre as grandes potências ainda teriam ocorrido devido a interesses nacionais, geopolíticos e econômicos (Munhoz, 2020).

Além disso, o alinhamento ou não com alguma das potências não era meramente ideológico. Nesse sentido, o fato de que países europeus evitavam criticar a ditadura militar no Brasil com o interesse de se aproveitar do que era conhecido como o "milagre brasileiro" reflete uma realidade complexa nas relações internacionais durante aquele período. O "milagre brasileiro" se refere a um período de rápido crescimento econômico no Brasil durante os anos 1960 e início dos anos 1970, impulsionado em grande parte pelo aumento da industrialização e do investimento estrangeiro (Giannazi, 2021).

Muitos países europeus, especialmente os da Europa Ocidental, viram o Brasil como um mercado em crescimento e uma oportunidade de investimento lucrativa. A economia brasileira oferecia a perspectiva de lucros consideráveis para empresas estrangeiras, bem como a oportunidade de estabelecer parcerias comerciais vantajosas. Nesse contexto, muitos governos europeus optaram por não criticar abertamente a ditadura militar brasileira, mesmo quando surgiam relatos de violações dos direitos humanos e repressão política.

No entanto, é importante ressaltar que houve vozes críticas na Europa em relação à ditadura brasileira, especialmente por parte de organizações de direitos humanos e grupos políticos progressistas. Mas, em termos gerais, a busca por vantagens econômicas e a consideração dos imperativos da Guerra Fria levaram muitos países europeus a adotar uma abordagem mais pragmática em relação ao regime militar brasileiro, evitando críticas públicas contundentes em prol de interesses econômicos e geopolíticos (Pirata, 2022; Passini, 2007).

O presente capítulo se concentra sobre a transição democrática brasileira. Nesses termos, utilizamos a periodização de Daniel Aarão Reis Filho, que coloca como início a revogação das leis de exceção, conhecidas como Atos Institucionais, em 1979, e que se encerraria com a aprovação de uma nova Constituição em 1988. O termo "transição" foi adotado devido ao complexo e sinuoso caminho trilhado durante esse período, que levou o Brasil de um estado de direito autoritário, ainda influenciado pelas legislações emanadas durante o regime ditatorial, conhecido como "entulho autoritário", para um estado de direito democrático, estabelecido por meio de uma Constituição elaborada e aprovada por representantes eleitos pela sociedade. É importante ressaltar que no contexto brasileiro, essa transição foi marcada por uma peculiaridade: o retorno ao estado de direito não coincidiu com a implementação de uma Constituição plenamente democrática (Reis Filho, 2014).

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) é frequentemente retratada dentro de uma cronologia linear que destaca o início e o fim do regime autoritário, mas essa abordagem simplista muitas vezes ofusca as complexidades e as nuances da relação entre a ditadura e a sociedade brasileira. Essa visão aponta para a criação de uma espécie de "história oficial" que, ao consagrar uma cronologia específica, acaba por ocultar, de maneira cuidadosa, as relações intrincadas entre o regime e a sociedade. Isso inclui o apoio e as bases sociais que a ditadura teve desde sua gênese e ao longo de sua existência. Este ponto é crucial para entender não apenas o regime em si, mas também como ele foi sustentado e contestado dentro da sociedade brasileira (Reis Filho, 2014b)⁵.

Além disso, ao enfatizar principalmente as formas de resistência – sejam elas armadas ou políticas –, há uma tendência de glorificar certos aspectos da oposição ao regime, ao mesmo tempo em que se negligenciam outros. O foco na luta pela democracia e pelos direitos de cidadania acabou por se tornar o núcleo central da aliança oposicionista. Esta abordagem contrasta com a ideia de um movimento estritamente orientado para o socialismo, sugerindo uma transição para a utilização de vias legais e políticas em oposição à luta armada (Ridenti, 2014).

Este deslocamento de ênfase reflete uma mudança significativa na estratégia política da oposição. A movimentação oposicionista, que inicialmente poderia incluir a busca por uma revolução socialista, gradualmente passou a enfatizar a democracia como um fim em si mesma. Isso representa uma mudança no entendimento e na aspiração do que a oposição desejava alcançar. Ao invés de visar um projeto político específico, como o socialismo, o foco passou a

⁵ Para saber mais sobre o debate acerca da cronologia da Ditadura Militar: (De Melo, 2014; Fico, 2004)

ser a retomada de um estado democrático de direito, divergindo do projeto de abertura controlada proposto pelos generais.

Portanto, ao considerar a cronologia da ditadura militar no Brasil, é essencial olhar além da narrativa linear tradicional. Precisamos examinar as complexidades e as várias camadas de interação entre a ditadura, a sociedade e os movimentos de oposição. Isso nos permite entender melhor não apenas os eventos históricos, mas também as transformações nas aspirações e nas táticas políticas dos envolvidos, revelando uma história mais rica e matizada do que a apresentada pela narrativa oficial.

Assim, a próxima seção desenvolve discussões sobre as questões mais políticas e militares até o início do governo Sarney. A terceira parte foca em aspectos socioeconômicos e a quarta partição sobre o desenrolar da presidência de Sarney até a criação de seu programa de rádio.

2.2 Transição democrática

Um aspecto crucial sobre a transição democrática é o projeto de abertura política implementado durante os governos de Ernesto Geisel e o papel influente de Golbery do Couto e Silva nesse processo. A política de abertura, conhecida como "distensão lenta, gradual e segura", foi uma iniciativa complexa e multifacetada que visava a um retorno controlado ao regime democrático após anos de repressão e autoritarismo.

Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em 1974, herdou um Brasil profundamente marcado pela ditadura militar, que se iniciou em 1964. Até então, o regime era caracterizado por uma repressão intensa a qualquer forma de dissidência. Geisel, percebendo a insustentabilidade a longo prazo de um regime tão rígido e a necessidade de legitimar o governo perante a opinião pública nacional e internacional, decidiu iniciar um processo de abertura política. Essa decisão foi fortemente influenciada por Golbery do Couto e Silva, um dos principais teóricos do regime militar, que via a distensão como uma maneira de preservar o poder dos militares enquanto apaziguava a crescente demanda por democracia (Motta, 2021).

O projeto de abertura de Geisel não pretendia ser uma transição imediata para a democracia plena, mas sim um processo controlado e gradual. Essa abordagem buscava evitar o que o regime via como os riscos de uma liberalização rápida, incluindo a instabilidade política e o ressurgimento de forças políticas de esquerda. Ao mesmo tempo, a abertura buscava aliviar a pressão interna e externa por reformas democráticas. Assim, buscava recuperar a ideia de Castelo Branco para um regime autoritário, mas sem ditadura (Reis Filho, 2014a).

A ideia de Castelo Branco sobre um regime autoritário, mas sem ser uma ditadura, reflete uma complexidade na maneira como alguns líderes militares percebiam o regime instaurado no Brasil após o golpe de 1964. Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar, tinha uma visão de um governo autoritário que, apesar de seu caráter não democrático, não se enquadrasse na definição clássica de uma ditadura.

Castelo Branco e outros militares da época acreditavam na necessidade de um governo forte para evitar o que viam como ameaças comunistas e para implementar reformas políticas e econômicas essenciais. Contudo, diferentemente de outros regimes militares mais repressivos na América Latina, Castelo Branco defendia a ideia de um governo que mantivesse alguma aparência de legalidade e institucionalidade. Ele pretendia evitar o uso excessivo da força e da repressão e até propunha uma eventual transição de volta à democracia após a estabilização do país (Motta, 2021).

No entanto, na prática, o regime de Castelo Branco ainda impôs restrições significativas à liberdade política e à expressão, incluindo a suspensão de direitos políticos de opositores e a censura. O regime também implementou o Ato Institucional Número 1 (AI-1), que deu ao governo poderes extraordinários, incluindo a capacidade de alterar a Constituição. A visão de Castelo Branco de um regime autoritário, mas não ditatorial, era, portanto, contraditória em muitos aspectos, já que suas ações levaram a uma redução significativa das liberdades civis e políticas no Brasil.

As eleições de 1974 foram um marco significativo no contexto do projeto de abertura política iniciado durante o governo de Ernesto Geisel no Brasil, influenciando profundamente a trajetória dessa distensão política. Antes das eleições, o regime militar, confiante na manutenção de seu controle sobre o processo político, esperava consolidar sua posição e legitimar a sua abordagem gradual de retorno à democracia. No entanto, os resultados das eleições revelaram uma realidade diferente, impactando diretamente o curso do projeto de abertura:

O MDB teve mais de 70% dos votos nos grandes centros, e sua bancada de deputados pulou de 87 para 160 deputados. É verdade que a Arena fora vencedora no cômputo geral, registrando 11,9 milhões de votos contra 11 milhões do MDB (40,9% contra 37,8%, e 21,3% de votos brancos e nulos), e que o MDB permanecia minoritário no Congresso Nacional (203 × 161 deputados). Entretanto, a oposição já tinha força para convocar ministros, para formar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e, o que era mais importante, barrar, se fosse o caso, eventuais reformas constitucionais, que exigiam dois terços dos votos (Reis Filho, 2014a, p. 81).

A resposta do regime a esse resultado inesperado foi ambígua. Por um lado, a vitória do MDB validou a noção de que era necessário um processo de abertura política, evidenciando um desejo popular por mudanças e maior liberdade política. Por outro lado, o sucesso da oposição

gerou preocupação entre os setores mais conservadores do regime, que temiam uma perda de controle e um avanço rápido demais em direção à democracia, o que poderia ameaçar os interesses dos militares e potencialmente desestabilizar o país.

Como resultado, o governo Geisel se viu pressionado a acelerar algumas medidas de abertura, ao mesmo tempo em que buscava maneiras de controlar e limitar o avanço da oposição. Isso resultou em uma espécie de "dois passos para frente, um passo para trás" na política de abertura. Enquanto algumas concessões eram feitas em termos de liberdades civis e políticas, outras medidas, como alterações nas regras eleitorais e legislativas, eram implementadas para assegurar que o regime mantivesse um grau significativo de controle sobre o processo político.

Além disso, a resistência à política de abertura promovida por Ernesto Geisel foi significativa dentro das próprias fileiras do regime militar, com figuras como Sylvio Frota desempenhando um papel central na oposição a essa distensão. Sylvio Frota, um general linha-dura, representava a ala mais conservadora das Forças Armadas, que era profundamente cética em relação à abertura e temia que ela levasse a uma perda de controle sobre o processo político e eventualmente ao retorno de forças políticas consideradas subversivas.

Frota e seus aliados viam a política de abertura de Geisel não apenas como um risco para a segurança e estabilidade do país, mas também como uma traição aos objetivos originais do golpe militar de 1964. Para eles, a manutenção do regime autoritário era essencial para continuar a luta contra o comunismo e garantir a ordem e o progresso do Brasil. Essa visão contrastava fortemente com a abordagem mais pragmática e menos ideológica de Geisel e Golbery do Couto e Silva (Teixeira, 2003).

A resistência a Geisel manifestou-se de várias formas. Frota e seus seguidores tentaram influenciar a política interna das Forças Armadas, promovendo oficiais com ideias semelhantes e tentando marginalizar aqueles que apoiavam a abertura. Além disso, eles buscaram mobilizar apoio entre setores conservadores da sociedade, incluindo políticos, empresários e até mesmo segmentos da imprensa, que compartilhavam do receio de uma transição rápida para a democracia.

Esse período de tensão culminou com a exoneração de Sylvio Frota em 1977, um movimento decisivo de Geisel para neutralizar a oposição interna e manter o controle sobre o processo de abertura. A demissão de Frota foi um momento chave na história do regime militar, pois demonstrou a determinação de Geisel em prosseguir com a distensão, apesar das pressões internas.

Contudo, a resistência de Frota e seus aliados teve impactos duradouros. Ela ilustra as divisões internas dentro do regime militar e a complexidade do processo de transição política no Brasil. Essa resistência não apenas moldou a maneira como a abertura foi conduzida, mas também influenciou as percepções e atitudes em relação à democratização no período pós-militar (Pierre, 2007).

Assim, o projeto de abertura política no Brasil, iniciado pelos militares sob a liderança de Ernesto Geisel, é um exemplo de como iniciativas de reforma podem adquirir uma dinâmica própria, eventualmente escapando do controle de seus arquitetos originais. Inicialmente, Geisel e seus aliados, como Golbery do Couto e Silva, buscavam uma abertura controlada, uma "distensão lenta, gradual e segura", que pretendia evitar a instabilidade e garantir que o regime militar mantivesse um papel central e dominante no processo político. No entanto, esse processo foi progressivamente impulsionado por forças que os militares não podiam controlar completamente.

A vitória surpreendente do MDB nas eleições de 1974 demonstrou um crescente descontentamento popular com o regime e uma demanda por mudanças mais profundas e rápidas. Essa pressão popular, juntamente com o escrutínio internacional e as divisões internas dentro do próprio regime, contribuiu para acelerar a abertura. Com o passar do tempo, o movimento por democracia ganhou ímpeto, alimentado por uma sociedade civil cada vez mais ativa e por uma imprensa que começava a desafiar as restrições do regime. Assim, o que começou como um projeto cuidadosamente planejado e gerido pelos militares transformou-se em um movimento amplo e irreversível em direção à democracia, ilustrando a complexidade e a imprevisibilidade dos processos políticos e sociais. De qualquer forma, o fim da década de 1970 marca várias reformas importantes (Teixeira, 2003).

Um grande passo foi a revogação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), em 13 de outubro de 1978, momento decisivo na história política brasileira, marcando um ponto de inflexão no regime militar que havia dominado o país desde 1964. O AI-5, instituído em 1968, representava o ápice do autoritarismo no Brasil, conferindo ao presidente poderes extraordinários, como o fechamento do Congresso Nacional, a intervenção nos estados e municípios, além da suspensão de garantias constitucionais, o que possibilitou uma ampla repressão política.

A decisão de Geisel de revogar o AI-5 pode ser vista sob diversas perspectivas. Por um lado, ela foi um reconhecimento tácito de que o período mais repressivo da ditadura militar não era mais sustentável, seja devido à pressão interna por mudanças, seja devido ao escrutínio e às críticas internacionais. A sociedade brasileira, cada vez mais mobilizada e consciente dos

abusos cometidos pelo regime, clamava por mudanças significativas. A revogação do AI-5, portanto, pode ser interpretada como uma tentativa de responder a essas demandas, mitigando as tensões e preparando o terreno para uma transição mais suave para a democracia.

Por outro lado, alguns críticos argumentam que a medida foi mais uma manobra tática do que um compromisso genuíno com a democratização. A revogação do AI-5 ocorreu em um contexto em que o regime militar ainda mantinha um controle significativo sobre a sociedade e as instituições políticas. Embora a medida tenha reduzido os poderes extraordinários do presidente, outras práticas autoritárias continuaram, e o processo de abertura política foi cuidadosamente controlado pelo regime, num esforço para garantir que a transição não ameaçasse os interesses e a segurança dos militares (Martins Filho, 2020).

A eleição de João Baptista de Oliveira Figueiredo, o último presidente do regime militar no Brasil, também é um tema repleto de nuances e significados dentro do contexto da história política brasileira. Essa eleição, ocorrida em 1979, marca um período de transição, onde o país caminhava gradualmente da ditadura militar para um regime mais aberto e, eventualmente, para a democracia plena.

Por um lado, a eleição de Figueiredo pode ser vista como a continuação da política de distensão iniciada por Ernesto Geisel. Figueiredo, ao assumir o poder, prometeu dar continuidade ao processo de abertura política, ainda que de forma cautelosa e controlada. Sua promessa de "fazer deste país uma democracia", embora recebida com ceticismo por muitos, indicava uma disposição, pelo menos nominal, de avançar na direção de um regime mais aberto e flexível (Carvalho, 2019).

Por outro lado, a eleição de Figueiredo, realizada de forma indireta por um colégio eleitoral dominado pelos militares e seus aliados, foi amplamente criticada por sua falta de legitimidade democrática. A ausência de uma eleição direta, com participação popular ampla, era vista como um sinal de que o regime militar ainda não estava pronto para renunciar ao seu controle sobre o país. Essa eleição também ocorreu em um momento em que a sociedade brasileira estava cada vez mais politizada e mobilizada, exigindo mudanças mais rápidas e substanciais do que as oferecidas pelo regime (Pierre, 2007).

Além disso, o período de Figueiredo foi marcado por uma série de desafios econômicos e sociais, incluindo a inflação crescente e as consequências da crise do petróleo, que exacerbaram o descontentamento popular com o governo. Esse cenário econômico difícil contribuiu para minar ainda mais a credibilidade do regime e alimentou a demanda por uma transição mais rápida para a democracia (Reis, 2018).

Nesse contexto, outra medida importante foi a Lei de Anistia de 1979. A partir da perspectiva governamental, a Lei da Anistia precisava cumprir objetivos múltiplos e simultâneos: facilitar a liberação dos últimos prisioneiros políticos, permitir o retorno seguro dos exilados e, crucialmente, assegurar a proteção dos agentes de segurança que foram acusados de utilizar a tortura como uma prática estatal.

É importante destacar que a Lei da Anistia, ao tentar equilibrar esses objetivos diversos, refletiu as complexidades e os desafios enfrentados pelo Brasil durante a transição do regime militar para a democracia. Por um lado, ela representava um passo significativo rumo à reconciliação nacional, com a liberação de prisioneiros políticos e o retorno dos exilados, marcando o fim de um dos períodos mais turbulentos da história brasileira. Por outro lado, a proteção concedida aos agentes de segurança acusados de tortura gerou controvérsias, sendo vista por muitos como uma forma de impunidade para graves violações dos direitos humanos. Essa dualidade na Lei da Anistia ilustra a tensão entre o desejo de avançar para um futuro democrático e a necessidade de lidar com as sombras do passado autoritário (Pierre, 2007).

Em depoimento, Miro Teixeira conta uma declaração esclarecedora de Theotônio Vilela: “Vocês não entenderam. Ou é este projeto ou não vai ter anistia”. Era um retrato da ditadura, onde a vontade era imposta sem que houvesse muito espaço para negociações (TANCREDO - A TRAVESSIA, 2011). Vale salientar “que a Lei da Anistia, embora restrita e condicional, foi aprovada no Congresso por escassa margem: 206 × 201 votos”, demonstrando a resistência que havia ao projeto (Reis Filho, 2014, p. 10).

Outra reforma significativa realizada em 1979 foi a reestruturação do sistema partidário brasileiro. Essa reforma tinha como objetivo primordial dismantelar a "frente antiditatorial" representada pelo MDB, que se tornara um símbolo e um ponto de convergência para as forças de oposição ao regime militar. O governo militar percebeu que, ao permitir apenas dois partidos - a ARENA, apoiando o regime, e o MDB, na oposição - havia inadvertidamente facilitado a união de diversas correntes opositoras sob a bandeira do MDB. A reforma partidária de 1979, portanto, visava fragmentar essa unidade de oposição, introduzindo um sistema pluripartidário que permitiria a emergência de novas legendas. A intenção era criar um cenário político mais dividido e, conseqüentemente, mais controlável, enfraquecendo a força coletiva que o MDB havia acumulado. Contudo, essa estratégia não apenas refletia a tentativa do regime de manter algum grau de influência sobre o processo político, mas também acabou por abrir caminho para uma maior pluralidade e expressão de diferentes ideologias e interesses, contribuindo, paradoxalmente, para o fortalecimento do processo democrático no Brasil (Kinzo, 2001).

A diminuição da censura e a permissão para o movimento sindical, juntamente com a ascensão de figuras políticas como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Marco Maciel, Aureliano Chaves, Sarney e o retorno de Leonel Brizola, desempenharam papéis fundamentais na fase de abertura política do Brasil durante o final da ditadura militar.

A diminuição da censura foi um passo significativo no processo de distensão política. Durante os anos mais duros da ditadura, a censura foi uma ferramenta utilizada pelo regime para suprimir a liberdade de expressão e manter o controle sobre a informação. O seu relaxamento permitiu um florescimento cultural e uma maior liberdade de imprensa, que, por sua vez, contribuíram para uma sociedade mais informada e engajada politicamente (Teixeira, 2003).

A permissão para o movimento sindical atuar de forma mais livre também foi crucial. Durante a ditadura, os sindicatos foram fortemente reprimidos e controlados pelo Estado. A revitalização do movimento sindical nos anos 1970 e 1980 proporcionou uma plataforma para a organização e mobilização dos trabalhadores, que passaram a desempenhar um papel importante na luta pela democracia (Santana, 2003).

Nesse contexto, figuras políticas como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves emergiram como líderes importantes. Ulysses Guimarães, presidente do MDB, tornou-se um símbolo da resistência democrática, desempenhando um papel fundamental na articulação política contra o regime. Tancredo Neves, com sua habilidade política e postura moderada, foi uma figura chave na transição para a democracia, especialmente como o primeiro presidente civil eleito indiretamente após o período militar.

Outros nomes, como Marco Maciel, Aureliano Chaves e José Sarney, também se destacaram. Eles representavam diferentes espectros do cenário político e contribuíram, cada um à sua maneira, para o processo de abertura e transição. Sarney, por exemplo, inicialmente parte do regime, acabou se tornando uma figura central na transição para a democracia após a morte de Tancredo Neves. Leonel Brizola, um exilado político, retornou ao Brasil após a anistia e rapidamente se restabeleceu como uma figura política de destaque. Sua volta simbolizou a reabertura do espaço político para vozes que haviam sido silenciadas pela ditadura.

O retorno e a ascensão desses políticos refletem a complexidade da conjuntura da abertura política. Velhos nomes como Brizola e Tancredo Neves, e outros como Paulo Maluf, que também permaneceu uma figura controversa na política brasileira, representam diferentes facetas do Brasil que emergia do regime militar. Eles simbolizam não apenas a transição de um regime autoritário para uma democracia, mas também a complexidade das alianças políticas, das aspirações populares e dos desafios enfrentados pelo país nesse período de transformação.

Foi em meio a essa conjuntura, juntamente com uma forte crise econômica doméstica e internacional⁶ que as eleições de 1982 aconteceram:

Para a Câmara Federal, o quadro não foi muito diferente. O PDS (235 cadeiras) e o PMDB (duzentas) fizeram quase todos os eleitos, 435 em 479 deputados. O PDT fez 23 deputados; o PTB, treze; e o PT, oito. Se somadas, a opinião conservadora e as oposições moderadas demonstram nítido predomínio. Depois de longos anos de ditadura, o país tornou-se mais conservador ainda do que antes. Um banho de água fria na fervura dos que imaginavam possível a existência de hipóteses de ruptura revolucionária (Reis Filho, 2014a, p. 116).

Essas eleições de 1982 foram um marco importante na transição do regime militar para a democracia no Brasil. Foram realizadas eleições para governadores de todos os estados brasileiros, exceto o Distrito Federal. Essas eleições marcaram um momento importante na redemocratização do país, com a eleição de governadores civis em vários estados. Também foram eleitas as bancadas de deputados federais, deputados estaduais e senadores.

A campanha "Diretas Já", um movimento massivo que varreu o Brasil entre 1983 e 1984, é um tema central no debate sobre a transição do país de um regime militar autoritário para uma democracia. Esse movimento foi um marco na história política brasileira e reflete a complexidade e os desafios enfrentados nesse período de transformação.

Por um lado, "Diretas Já" representou a expressão máxima da vontade popular por mudanças políticas. A campanha mobilizou milhões de brasileiros de diferentes classes sociais, ideologias e regiões do país, unidos pelo objetivo comum de reivindicar eleições diretas para presidente. Essa mobilização foi um claro indicativo da maturidade política da sociedade brasileira e do seu desejo por um sistema político mais representativo e inclusivo. O movimento também foi significativo por transcender barreiras políticas, reunindo um espectro amplo de partidos e lideranças, de esquerda à direita, em torno de uma causa comum:

Na reta final, houve comícios de 300 mil pessoas em Belo Horizonte (24 de fevereiro), 250 mil em Goiânia (12 de abril), 200 mil em Porto Alegre (13 de abril). Os maiores reuniram 1 milhão de pessoas, no Rio de Janeiro (10 de abril), e 1,5 milhão, em São Paulo, no comício de encerramento, em 16 de abril (Reis Filho, 2014a, p. 89).

O movimento foi um culminar de uma maior participação popular durante o processo de transição. Rodrigues (2010), por exemplo, explora como, durante a década de 1980, a CUT emergiu como uma nova força no cenário sindical, diferenciando-se dos sindicatos tradicionais por sua abordagem mais combativa e sua associação com os movimentos sociais emergentes. A CUT não só questionou a estrutura sindical corporativista herdada do Estado Novo, como

⁶ A próxima seção discute sobre o contexto econômico do período.

também se opôs à intervenção estatal nos assuntos sindicais, defendendo a autonomia sindical e a liberdade de organização.

O autor detalha que a CUT emergiu em um contexto de resistência ao regime militar brasileiro e ao modelo sindical corporativista que restringia a liberdade e autonomia dos sindicatos. A ideologia da CUT, portanto, estava centrada na luta pela democracia, liberdade sindical e direitos dos trabalhadores, oposta à estrutura sindical controlada pelo Estado. Esta orientação ideológica diferenciava a CUT de outras organizações sindicais da época, que tendiam a ser mais conservadoras e menos envolvidas com questões políticas amplas.

Rodrigues também aponta que, dentro da CUT, existia uma pluralidade de correntes ideológicas. Embora unidos por um compromisso com a esquerda, os militantes da CUT abrangiam uma gama de posições, desde socialistas moderados até marxistas mais radicais. Esta diversidade ideológica foi fundamental para moldar as estratégias e políticas da CUT, criando um espaço para o debate e a formação de uma agenda sindical progressista.

Essa movimentação da CUT junto a diversos outros atores como o Movimento Diretas Já, que organizou manifestações em todo o país com o lema "Diretas Já"; partidos de oposição como o PMDB, o PDT, o PT, o PSB, entre outros, que foram fundamentais na articulação das manifestações e na pressão pelo retorno das eleições diretas; diversas lideranças políticas de destaque que na época apoiaram as Diretas Já, incluindo Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, além do Movimento Estudantil e de artistas e intelectuais que demonstraram a força popular para o regime.

Por outro lado, a campanha "Diretas Já" e sua subsequente derrota no Congresso Nacional, onde a emenda constitucional que propunha eleições diretas foi rejeitada, revelaram as limitações e resistências dentro do próprio regime militar e entre seus apoiadores políticos. A rejeição da emenda foi um duro golpe para o movimento democrático e demonstrou que, apesar da crescente pressão popular, os setores conservadores ainda mantinham um controle significativo sobre o processo político.

No entanto, é importante notar que, mesmo com a derrota da emenda das Diretas, o movimento teve um impacto profundo e duradouro na política brasileira. Ele pavimentou o caminho para a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 1985, que representou um passo importante na transição para a democracia, mesmo não sendo a conquista direta que muitos desejavam. A campanha "Diretas Já" também deixou um legado de mobilização política e consciência cívica, que continuou a influenciar o cenário político brasileiro nas décadas seguintes. Além disso, o movimento teve importância na construção de uma frente liberal e em impedir um golpe dentro do golpe. Apesar da derrota:

O regime autoritário, naquele momento, nada mais tinha a oferecer à sociedade. A inflação chegava aos 200% ao ano, em espiral ascendente. O endividamento externo alcançou nível tão alto que o governo decretou moratória aos credores internacionais. O país vivia na recessão e no desemprego. Milhões de brasileiros estavam subnutridos. Enquanto tantos outros passavam fome (Reis Filho, 2014b, p. 56).

Aqui, Saint-Pierre traz à tona a ideia de que, apesar das transições para regimes democráticos, o legado autoritário e a influência dos militares continuaram a ser fatores significativos na política dessas nações. O autor discute como o estabelecimento de um controle civil efetivo sobre os militares foi um processo complexo e desafiador, muitas vezes marcado por tensões e negociações. Saint-Pierre argumenta que o grau de controle civil sobre os militares tem implicações diretas na maneira como esses países conduzem suas políticas de defesa e se relacionam com vizinhos e potências globais (Pierre, 2007).

Passada a melancolia da derrota das Diretas Já, iniciaram-se as articulações para as eleições indiretas de 1985. As eleições indiretas de 1985 no Brasil foram o cenário de um intrincado jogo político, marcando o fim do regime militar e o início de um novo período democrático. Este processo foi caracterizado por uma complexa teia de negociações, alianças e movimentos estratégicos entre diversos grupos e partidos políticos, refletindo as tensões e os desafios de uma nação em transição.

A chapa formada por Tancredo Neves, do PMDB, para presidente e José Sarney, do PDS, para vice-presidente, exemplifica a busca por um equilíbrio entre diferentes forças políticas. Tancredo Neves, respeitado por amplas facções e visto como um unificador capaz de liderar o Brasil em sua jornada rumo à democracia, simbolizava a esperança de mudança. Já a inclusão de Sarney, associado ao regime militar, representava um compromisso, assegurando a participação de elementos do passado autoritário na nova era política. No mesmo sentido, foi relevante a solicitação do beneplácito dos ministros militares, já escolhidos por Tancredo, para que apoiassem aquele desfecho inusitado (Ferreira, 2018).

Dentro do Colégio Eleitoral, onde a eleição foi realizada, as negociações foram intensas. Tancredo Neves e seus aliados empenharam-se em formar uma base de apoio robusta, navegando por um labirinto de interesses partidários e ideológicos. Essas negociações exigiram habilidade política e a capacidade de superar divisões profundas, visando garantir uma transição suave do poder.

As Forças Armadas, apesar de estarem em processo de desengajamento da política direta, mantinham uma presença influente. A aceitação do processo eleitoral e de seu resultado pelos militares era vital para a legitimidade e estabilidade da transição. A figura conciliadora

de Tancredo Neves facilitou esse entendimento, promovendo uma transição pacífica do poder (Ferreira, 2018).

Consagrada a vitória da aliança Liberal, Tancredo:

Tinha só três meses até a posse para consolidar a vitória, montar o novo governo e materializar a retórica da Nova República, um projeto de transição ambíguo, que incluía uma solução política conservadora e uma alternativa de mudança conciliatória, mas não era nada desprezível: estava orientado para avançar na reconstrução democrática e buscar a estabilização econômica e estabilidade institucional." (Schwarcz; Starling, 2015, p. 486–487).

A morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, foi um evento profundamente marcante na história política do Brasil. Como já abordado, antes mesmo de sua posse, ele foi acometido por uma grave enfermidade que o levou à cirurgia e, finalmente, à sua trágica morte. Sua partida prematura gerou comoção nacional e incertezas sobre o futuro do país, mas também solidificou seu papel como um símbolo da transição democrática e como uma figura respeitada na história política brasileira. A morte de Tancredo Neves marcou o início de um novo capítulo na jornada do Brasil rumo à democracia em que o Presidente responsável pela transição seria José Sarney.

2.3 Economia

O processo de "catching up" do Brasil entre os anos 1930 e 1980 foi um período marcante de transformação e crescimento econômico, que levou o país a se tornar uma das maiores economias do mundo. Inicialmente, o Brasil era uma economia agrária, fortemente dependente da exportação de commodities como café e açúcar. No entanto, ao longo dessas décadas, houve um esforço consciente para diversificar e industrializar a economia (Prado; Leopoldi, 2018).

A estratégia de desenvolvimento adotada focava na substituição de importações, incentivando a produção interna de bens que antes eram importados. Esse movimento visava tornar o Brasil mais autossuficiente e menos vulnerável às flutuações do mercado internacional. Com isso, houve um investimento significativo em infraestrutura e na criação de indústrias, desde a siderurgia até a produção de bens de consumo (Carlos Giannazi, 2021).

Este período também foi marcado por um crescimento urbano acelerado, com uma migração maciça da população do campo para as cidades. As cidades brasileiras cresceram rapidamente, acompanhando o desenvolvimento industrial e oferecendo novas oportunidades de emprego.

O Brasil também se beneficiou de um ambiente internacional favorável em certos momentos, com acesso a investimentos estrangeiros e a mercados externos. Isso ajudou na modernização de várias indústrias e na expansão da capacidade produtiva do país.

No entanto, esse crescimento não veio sem desafios. Questões como a desigualdade social, inflação alta e dívida externa crescente foram problemas persistentes. Ainda assim, até o final dos anos 1970, o Brasil havia experimentado um crescimento econômico notável, posicionando-se como uma das principais economias do mundo.

A iniciativa decisiva no processo de desenvolvimento econômico do Brasil durante esse processo quase sempre emanou das esferas superiores do Estado. Este modelo centralizado reflete a importância crucial das políticas governamentais e das decisões tomadas no topo da hierarquia política para direcionar o rumo do país. O Estado, nesse contexto, não apenas formulou planos de desenvolvimento e industrialização, mas também interveio ativamente na economia para implementá-los. Esta abordagem estatal era essencial para superar as limitações de um mercado ainda em desenvolvimento e para mobilizar recursos para setores considerados estratégicos (Reis Filho, 2014a).

No entanto, para que essas políticas de cima para baixo ganhassem verdadeira eficácia e se sustentassem ao longo do tempo, eram necessários o apoio e a mobilização consciente dos movimentos sociais. Os movimentos sociais, representando diferentes setores da sociedade brasileira, desempenhavam um papel fundamental ao reagir, se adaptar e, em muitos casos, pressionar por mudanças nas políticas estatais. Sua participação era crucial para garantir que as transformações econômicas não se desviassem dos interesses e necessidades da população mais ampla.

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil, especialmente durante a ditadura militar, foi marcado por características que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas no país. Embora o período tenha sido de crescimento e modernização em certos setores, ele ocorreu de maneira desequilibrada e com graves deficiências em termos de controle civil, transparência e participação pública.

Durante a ditadura, o governo adotou uma abordagem autoritária ao desenvolvimento, caracterizada por um planejamento centralizado e a execução de grandes projetos de infraestrutura. Estas "obras faraônicas", como a construção da Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e diversos estádios de futebol, eram vistas como símbolos de progresso e modernização. No entanto, muitas vezes, esses projetos foram realizados sem o devido planejamento ambiental e social, levando a impactos negativos significativos, especialmente para as populações locais e o meio ambiente (FM, 2023).

Além disso, a falta de controle civil e de escrutínio público sobre essas iniciativas foi uma característica marcante. Em um regime ditatorial, a imprensa e os movimentos sociais foram severamente restringidos e censurados, limitando a capacidade de crítica e de fiscalização por parte da sociedade. Isso levou a um desenvolvimento econômico que muitas vezes não atendia às necessidades da maioria da população, concentrando riquezas e benefícios nas mãos de poucos (Suzigan; Furtado, 2006).

Outro aspecto importante foi o fortalecimento do capital estrangeiro através da atuação de multinacionais. A ditadura militar incentivou o investimento estrangeiro direto como forma de acelerar o desenvolvimento industrial. Embora isso tenha contribuído para a modernização de certos setores, também resultou em uma dependência econômica e em uma transferência de lucros para o exterior, sem necessariamente gerar o desenvolvimento social e econômico equitativo.

A combinação desses fatores levou a um cenário onde o crescimento econômico ocorreu simultaneamente com o aumento da desigualdade. As políticas adotadas favoreceram determinados grupos econômicos e sociais em detrimento da maioria da população, aprofundando disparidades regionais, sociais e econômicas. Isso se refletiu em uma distribuição de renda extremamente desigual (FM, 2022).

Assim, o Brasil ficou extremamente vulnerável à crise econômica que o Brasil passava nos anos 80: “Nesse período, o impacto das tensões acumuladas com o fim do crescimento acelerado do pós-guerra, como resultado das crises da década de 1970, provocou uma onda de choque que alterou o cenário econômico e político nos países” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 77). Os choques petrolíferos transformaram profundamente o cenário econômico mundial, afastando-o da conhecida era dourada do capitalismo. O primeiro grande impacto ocorreu entre 1973 e 1974, com uma valorização abrupta do petróleo. Entretanto, essa foi apenas a ponta do iceberg, pois outros desafios emergiram na sequência⁷:

Com o preço subindo de US\$ 2,74, em 1973, para US\$ 11,22 em 1974. Outra crise entre 1978 e 1980, provocada pela revolução islâmica do Irã (fevereiro de 1979) e pelo início da Guerra Irã-Iraque (setembro de 1980), com o preço subindo de US\$ 12,80, em 1978, para US\$ 30,10, em 1980. O terceiro choque da década foi a nova política monetária adotada em agosto de 1979 pelo então chefe do Federal Reserve (FED) Paul Vocker, nomeado por Jimmy Carter. Com a eleição de Reagan, a política de juros fica ainda mais rígida, o que ocasionou que a taxa básica de juros de

⁷ Este aumento se deveu Segundo Choque das “Crises do Petróleo”, que consistiu em um total de quatro momentos em que o petróleo subiu subitamente de preço, todas depois da Segunda Guerra Mundial e provocadas pelo embargo dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e Golfo Pérsico de distribuição de petróleo para os Estados Unidos e países da Europa. O Segundo Choque ocorreu em 1973 em protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, tendo os países árabes organizados na OPEP aumentando o preço do petróleo em mais de 400%.

empréstimos da dívida pública brasileira fosse de 6,4% em 1977 para 17,4% em 1981 (Prado; Leopoldi, 2018, p. 79-80).

Com essa política estadunidense somada a vulnerabilidade brasileira, que importava 80% de seu petróleo, houve uma grande fuga de capital tanto dos países em desenvolvimento quanto dos países desenvolvidos em direção aos EUA, o que impunha uma difícil escolha aos países. Nos termos de Prado e Leopoldi (2018, p. 81), “Se esses outros países escolhessem não aumentar a taxa de juros, haveria um fluxo financeiro para o exterior, desvalorização da taxa de câmbio e mais inflação.”. Naquele momento se configurava um período de enorme dificuldade para a economia dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Durante o Primeiro Choque do Petróleo, que ocorreu em 1973, o Brasil foi fortemente impactado devido à sua alta dependência de importações de petróleo. Na época, o país importava cerca de 80% de seu petróleo, o que o tornava extremamente vulnerável a flutuações internacionais de preço e disponibilidade. O choque, desencadeado pela decisão da OPEP de reduzir a produção e aumentar os preços, levou a um aumento dramático nos preços do petróleo, afetando severamente economias dependentes de importações como a do Brasil (THE ASCENT OF MONEY | PART 4, 2008).

Carlos Marichal (2016), em sua análise das crises econômicas dos anos 70 e 80, enfatiza a relevância da interconexão global das finanças e as transformações no sistema financeiro internacional que contribuíram para um período de incerteza e instabilidade econômica. A transição do sistema Bretton Woods, baseado no padrão-ouro, para um regime de taxas de câmbio flutuantes, marcou uma mudança fundamental na ordem financeira global. Esta mudança, ocorrida na década de 1970, introduziu um elemento de volatilidade e imprevisibilidade nas relações financeiras internacionais, com impactos profundos nas economias nacionais.

A alta dos preços do petróleo não apenas pressionou as economias dependentes de importações de petróleo, mas também gerou grandes superávits em países exportadores de petróleo. Estes superávits, por sua vez, foram recanalizados para o sistema financeiro global, especialmente para os mercados emergentes, incluindo a América Latina. Este influxo de capital na América Latina, parte da mais ampla tendência de liberalização financeira, levou a altos níveis de endividamento externo na região. Inicialmente, esses fluxos de capital pareciam benéficos, pois forneciam os recursos necessários para o desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, com o tempo, a crescente dívida externa tornou-se insustentável para muitos países latino-americanos, especialmente quando as condições globais mudaram, com

taxas de juros internacionais subindo e os preços das commodities caindo (Acemoglu; Robinson, 2012).

A crise da dívida dos anos 80 foi o ponto culminante desses desenvolvimentos. Países em toda a América Latina enfrentaram enormes dificuldades para pagar suas dívidas, resultando em uma crise econômica generalizada. Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional intervieram, mas suas políticas frequentemente envolviam a imposição de programas de ajuste estrutural. Estes programas geralmente exigiam cortes massivos nos gastos públicos, austeridade fiscal e reformas de mercado, que muitas vezes exacerbavam os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos países afetados.

Portanto, Marichal (2016) destaca como as mudanças no sistema financeiro internacional e eventos como a crise do petróleo de 1973 desencadearam uma série de eventos que levaram à instabilidade econômica, alta inflação, recessão e, eventualmente, à crise da dívida na América Latina na década de 1980, demonstrando a intrincada interconexão das economias globais e seus impactos profundos nas políticas e condições econômicas locais.

Essa situação também levou a uma conscientização sobre a necessidade de desenvolver fontes internas de energia e de reduzir a dependência de petróleo importado. O Brasil, percebendo que seu consumo de petróleo estava aumentando devido ao crescimento econômico e industrialização, e enfrentando preços internacionais em alta, buscou alternativas para garantir a segurança energética.

Uma das principais estratégias adotadas foi o desenvolvimento de tecnologias offshore (em alto mar) para a exploração de petróleo. Nos anos 80, a Petrobras, empresa estatal de petróleo do Brasil, começou a investir significativamente em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para exploração de petróleo em águas profundas. Esses investimentos resultaram em avanços tecnológicos significativos que permitiram ao Brasil explorar reservas de petróleo offshore, especialmente nas bacias de Campos e Santos (Brasil, 2021). Assim, novamente o governo militar dobrava a aposta no nacional-estatismo.

Durante um período de dificuldades econômicas globais, a ditadura militar no Brasil adotou uma abordagem ousada e potencialmente arriscada. Ignorando os crescentes desafios econômicos, o governo lançou em setembro de 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Esse plano tinha como objetivo ambicioso dar continuidade e completar as iniciativas iniciadas durante os anos do governo Médici, que havia implementado o I PND em 1971. Essa estratégia foi uma tentativa de “fuga para frente”, assumindo riscos significativos ao subestimar obstáculos econômicos iminentes (Giambiagi, 2017).

Sob a liderança de Delfim Neto, um dos principais arquitetos econômicos do regime, o plano enfrentou diversas questões críticas, como a inflação de custos, que afetava a mão de obra, o crédito e os investimentos em infraestrutura. Delfim Neto e outros formuladores de políticas estavam no centro de intensos debates sobre a gestão da inflação e das finanças públicas. Uma das características distintivas da política econômica desse período era a convivência com níveis relativamente altos de inflação e déficit fiscal, uma postura bastante diferente da ênfase anterior na atração de capital estrangeiro.

Delfim defendia a ideia de que o Brasil poderia, e deveria, tolerar um certo grau de inflação e déficit fiscal para alcançar um crescimento econômico mais acelerado. Essa visão era fundamentada na crença de que a economia brasileira já estava em um estado mais "saneado", capaz de suportar tais pressões econômicas sem sucumbir a crises. No entanto, essa abordagem não estava isenta de riscos e gerou debates acalorados sobre a sustentabilidade a longo prazo das políticas econômicas adotadas (Pirata, 2023).

Assim, o II PND e a gestão econômica da ditadura brasileira nesse período refletem uma época de grandes apostas e experimentações econômicas, onde a busca pelo crescimento e desenvolvimento foi perseguida mesmo diante de desafios econômicos significativos e em um contexto de intensas discussões sobre as melhores práticas de política econômica.

No entanto, com a ascensão de Figueiredo ao poder e o agravamento da crise, a economia brasileira deu uma virada. Entre 1981 e 1984, o Brasil implementou uma série de planos de estabilização econômica de cunho ortodoxo, visando a ajustar a economia ao contexto externo. Estes planos, embora tenham conseguido certo sucesso no ajuste externo, não foram eficazes em conter a escalada da inflação. A inflação brasileira, durante esse período, demonstrou características peculiares e uma dinâmica própria, resistindo às forças deflacionárias normalmente associadas à recessão e ao desemprego. Isso sugeria que a inflação no Brasil tinha causas e comportamentos que não eram completamente abordados pelas políticas tradicionais (Modiano, 2014, p. 506).

Uma das medidas defendidas nesses planos era a desindexação da economia. A indexação, um mecanismo comum na economia brasileira, ajustava automaticamente preços, salários e contratos com base na inflação passada, criando um ciclo de retroalimentação inflacionária. A ideia por trás da desindexação era quebrar esse ciclo, gerando assim menos custos sociais e econômicos do que medidas que buscassem contrair a demanda agregada.

Paralelamente, nesse período começou a ganhar força o discurso favorável à privatização. A crença de que o setor privado poderia gerir certas indústrias e serviços de forma mais eficiente do que o Estado começou a se popularizar, refletindo uma mudança na ideologia

econômica do país. Nesse sentido, foi relevante o programa nacional de desburocratização, liderado por Hélio Beltrão. Este programa visava a reduzir a burocracia, especialmente para pequenas empresas, facilitando assim o ambiente de negócios. A intenção era tornar mais ágil e menos custoso o processo de abertura e operação de empresas no Brasil, incentivando o empreendedorismo e a atividade econômica (Pirata, 2023).

Além disso, houve um movimento em direção à maior autonomia para estados e municípios, especialmente os menores. Isso estava alinhado com a ideia de descentralização administrativa e fiscal, permitindo que governos locais tivessem mais controle sobre suas políticas e recursos (Giambiagi, 2017).

Junto a essas mudanças, observou-se o fortalecimento da ideologia tecno burocrática. Esse conceito se refere à crescente influência de técnicos e burocratas, que não eram necessariamente políticos de carreira, na formulação e implementação de políticas públicas. Esses indivíduos, muitas vezes com formação técnica especializada, começaram a desempenhar papéis mais proeminentes nas decisões econômicas do país. (Pirata, 2023).

A experiência do Brasil sob o regime militar e as políticas econômicas implementadas durante esse período oferecem um exemplo ilustrativo do conceito, destacado por Acemoglu e Robinson (2012), de que a centralização do poder sem os devidos controles e equilíbrios pode levar à formação de instituições extrativas. Instituições extrativas são aquelas que concentram poder e riqueza nas mãos de uma elite, enquanto restringem oportunidades econômicas e políticas para a maioria da população.

No Brasil, o regime militar foi marcado por uma forte centralização do poder. As características autoritárias do regime incluíam a censura à imprensa, a supressão da dissidência política e a limitação dos direitos civis e políticos. Essas condições restringiam severamente a capacidade de oposição política e crítica ao governo, reduzindo os mecanismos de accountability e controle sobre as ações do Estado (Carlos Giannazi, 2021).

Sob essa estrutura de poder, as políticas econômicas frequentemente favoreciam grupos econômicos específicos, especialmente elites industriais e financeiras, em detrimento da população mais ampla. O desenvolvimento econômico alcançado durante esse período, embora impressionante em alguns aspectos, beneficiou desproporcionalmente os mais ricos, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas. Os grandes projetos de infraestrutura e os incentivos a investimentos estrangeiros, por exemplo, tendiam a favorecer grandes corporações e setores já estabelecidos da economia.

Por outro lado, os custos dos ajustes econômicos, especialmente durante os planos de estabilização dos anos 80, recaíam principalmente sobre os mais pobres. Medidas como cortes

de gastos públicos e políticas de austeridade afetavam diretamente os serviços sociais e a qualidade de vida das camadas menos favorecidas da sociedade. Essa desigualdade na distribuição dos benefícios e custos do desenvolvimento é característica das instituições extrativas, onde o poder econômico e político é usado para enriquecer uma elite, enquanto a maioria da população não participa de forma significativa dos frutos do crescimento econômico (Acemoglu; Robinson, 2012).

Portanto, na década de 1980 o Brasil enfrentou uma séria crise econômica marcada por uma crise cambial, incapacidade de pagar sua dívida externa e inflação elevada. Este período, conhecido como a "década perdida", foi caracterizado por dificuldades econômicas extremas. A crise da dívida externa surgiu devido à acumulação de dívidas em anos anteriores, exacerbada pelo aumento das taxas de juros internacionais e pela queda dos preços das commodities. Para enfrentar essa crise e gerar os dólares necessários para pagar sua dívida, o Brasil concentrou-se em aumentar as exportações e reduzir as importações (Giambiagi, 2017).

Simultaneamente, o governo implementou medidas de austeridade para reduzir o déficit fiscal, incluindo cortes em gastos públicos e aumento de impostos, o que contribuiu para um ambiente econômico recessivo. A inflação elevada, outro desafio significativo, erodiu ainda mais a estabilidade econômica do país. Essa combinação de crises cambial, da dívida externa, inflação elevada e déficit fiscal colocou a economia brasileira em uma situação extremamente difícil, refletindo a complexidade das interações entre política econômica, dívida externa e o cenário econômico global.

Isto se dava por uma conjunção de fatores, como uma alta taxa de juros no mercado internacional, que dificultava a rolagem da dívida pelas nações não desenvolvidas; baixa liquidez do dólar no mercado internacional, dificultando fluxos de investimento para os países; além de uma recessão nas nações desenvolvidas, que impunham pesadas perdas aos países em expansão. O quadro dos países em desenvolvimento era bastante frustrante:

Submetidos a mais de uma década de choques exógenos, um expressivo número de países em desenvolvimento, principalmente os importadores líquidos de petróleo e os mais endividados, tiveram suas economias domésticas desorganizadas. As consequências foram crise cambial, elevadas taxas de inflação e redução do crescimento econômico (Prado; Leopoldi, 2018, p. 81).

Assim sendo, a situação da economia global era bastante preocupante no período, com uma forte recessão nos países desenvolvidos e com as nações em desenvolvimentos envoltas em negociações de suas dívidas para atenuar os efeitos das crises em seus respectivos mercados internos. Com estas negociações em andamento, o capital financeiro internacional impunha pesadas condições para as renegociações de dívidas. O grande instrumento desse capital

financeiro em ascensão eram as condicionalidades exigidas pelo FMI, já que “Na década de 1980 o FMI transformou-se em um parceiro essencial nas negociações de dívidas soberanas dos países em desenvolvimento com os bancos credores dos países desenvolvidos.” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 82).

Mediante o exposto, adquiriu força política e também se consolidou no mundo acadêmico e nas posições de direção nas organizações internacionais uma nova doutrina liberal extremamente articulada, pautando o debate acadêmico através de pressões realizadas tanto por países desenvolvidos, como os EUA, quanto de organizações internacionais, como o FMI. Na América Latina, “[a] bem-sucedida industrialização dos maiores países da região, embora incompleta e acompanhada de graves problemas de distribuição de renda e riqueza, passou a ser considerada, na região e internacionalmente, uma política equivocada. (Prado; Leopoldi, 2018, p. 82).

Na década de 1980, um período marcado por desafios econômicos significativos no Brasil, a indústria, apesar de ser um setor em destaque, absorveu apenas cerca de 16% da força de trabalho. Este dado é notável, especialmente considerando que foi durante este tempo que o setor industrial brasileiro atingiu seu auge em termos de produção e contribuição para o PIB (Arandia, 1991).

A limitação na absorção de mão de obra pela indústria durante este período pode ser atribuída a vários fatores. Primeiramente, a natureza da industrialização no Brasil, que se concentrou mais em setores intensivos em capital, como a indústria pesada, petroquímica e automobilística, ao invés de setores intensivos em mão de obra. Essa escolha refletiu uma estratégia de desenvolvimento focada em alcançar a autossuficiência em setores estratégicos e na substituição de importações, mas que não necessariamente criava um grande número de empregos.

Ainda vale destacar que o setor de serviços, por outro lado, começou a crescer em importância durante este período, absorvendo uma parcela maior da força de trabalho. Esse fenômeno, conhecido como terciarização da economia, reflete uma mudança na estrutura econômica de muitos países, onde o setor de serviços passa a dominar em termos de participação no PIB e emprego (Arandia, 1991).

No caso do Brasil, o país adotou inicialmente uma estratégia de tentar manter o serviço da dívida, apesar das crescentes dificuldades econômicas. Isso levou a medidas de austeridade, incluindo cortes em gastos públicos e aumento de impostos, buscando equilibrar as contas nacionais para garantir a confiança dos credores internacionais. Comparativamente, Marichal (2016) observa que outros países, como o México, adotaram uma abordagem mais

confrontadora. Em 1982, o México declarou moratória de sua dívida externa, o que desencadeou uma reação em cadeia entre outros devedores latino-americanos. Essa ação forçou uma renegociação mais ampla das dívidas da região com credores internacionais e instituições financeiras.

O esforço do país em gerar superávits comerciais significativos para atender às suas obrigações externas era notável. Nesse período, o Brasil destinava cerca de 5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) mensalmente para o exterior, uma medida necessária para gerenciar sua dívida externa e melhorar sua posição no cenário financeiro internacional. Esses superávits comerciais eram fundamentais para garantir a entrada de divisas, mas tinham um custo interno elevado (Modiano; Carneiro, 2014).

Para alcançar esses superávits, o Brasil adotou políticas que restringiam as importações e incentivavam as exportações. Enquanto isso ajudava a equilibrar a balança comercial, tinha um impacto direto no desenvolvimento industrial do país. A limitação das importações restringia o acesso a tecnologias e maquinários modernos, que eram cruciais para a modernização e aumento da eficiência do parque industrial brasileiro. Essa situação impedia o crescimento dos investimentos em capital, pois o país não conseguia adquirir equipamentos e tecnologias avançadas, que muitas vezes precisavam ser importados.

Em síntese, a Nova República tem início sob condições internacionais muito penosas, que embora percebidas pela sociedade brasileira, eram subestimadas no que se refere à necessidade de adequar as políticas domésticas às condições internacionais. Desta maneira, o período é marcado por uma grave crise cambial devido à incapacidade do governo em financiar o seu déficit em transações correntes e pagar adequadamente os serviços da dívida externa, já que o país não poderia sustentar o nível alcançado pelas exportações de divisas. Além disso, havia uma elevada taxa de inflação, provocada por desequilíbrios fiscais do Estado e pela indexação generalizada da economia.

Deste modo, por todo o período aqui analisado as condições econômicas eram bastante complicadas e a negociação da dívida externa, necessária para o controle do déficit fiscal, extremamente difícil. Isto porque ela vinha acompanhada de exigências de caráter liberalizante para a estabilização da economia, que em termos reais se transformavam em inúmeras medidas impopulares, como cortes de investimentos e gastos, uma situação nada palatável para um presidente já bastante impopular.

Em meio a este conturbado panorama é que viriam a ocorrer as eleições do Colégio eleitoral em 1985 para o cargo de Presidente da República. Estas também ficariam marcadas pela forte tensão que existia no centro da Aliança Democrática, formada pela Frente Liberal e

pelo PMDB, que possuíam concepções bastante díspares sobre como manejar a economia brasileira:

Faltando uma semana para a reunião do Colégio Eleitoral, as duas agremiações apresentaram propostas para a economia: a da Frente Liberal (com 1200 páginas) defendia uma agenda liberal, com defesa da iniciativa privada e redução do Estado na economia; a do PMDB, com 600 páginas enfatizava o papel das empresas estatais, defendia reforma tributária progressiva, com maior cobrança de impostos diretos, inclusive sobre renda, lucros financeiros, propriedade e herança. Mas, na ocasião, havia também pressões internacionais sobre o candidato alertando quanto aos riscos de qualquer mudança de rumo nos compromissos e relações econômicas internacionais, inclusive com uma advertência de Kissinger a Tancredo e reportagem de alerta do semanário britânico *The Economist* (Prado; Leopoldi, 2018, p. 84).

A Aliança Democrática sairá vitoriosa, portanto, com uma profunda disputa interna sobre as soluções para a disseminada crise econômica, além de pressionada internacionalmente sobre quais medidas o país deveria adotar para sanar seus problemas. A divisão existente dentro da coalização governamental traria profundos reflexos para a administração na área econômica. Ela havia sido escolhida por Tancredo, que buscou equilibrar suas concepções ortodoxas, mais alinhadas à Frente Liberal, com os nomes que possuíam respaldo dos principais líderes do PMDB, que defendiam uma política mais heterodoxa (Ferreira, 2018, p. 45).

2.4 O início do governo Sarney

A Nova República tem início de maneira bastante melancólica, já que:

[...] nasce com um “ato interpretativo” do general Leônidas Pires Gonçalves que lê a Constituição no sentido de que José Sarney, o vice-presidente não empossado era, de fato, a autoridade maior no lugar de Ulisses Guimarães, única autoridade no cargo em linha de sucessão, para representar Tancredo Neves na cerimônia da posse presidencial, alterando o destino da democracia no país. Tal precedente – os militares como intérpretes da Constituição - será recorrente na República [...] (Martins Filho; Marques, 2021, p. 52)

Isso não aconteceu sem bastante resistência, já que nomes importantes como Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, até então Ministro do Exército, eram contra a nomeação de Sarney (TANCREDO - A TRAVESSIA, 2011). Não há jeito de saber como seria um governo presidido por Tancredo, é claro, mas a Nova República começou num clima de muita frustração e pouca novidade.

Mesmo com a área econômica dividida entre a ortodoxia e um certo desenvolvimentismo, o que se enxerga no começo do governo é uma proeminência de Francisco Dornelles (Ministro da Fazenda). Seguindo suas concepções mais conservadoras, ele ordena o congelamento das tarifas públicas e aumenta a taxa de juros, o que comprometeria a dívida

pública a longo prazo, além de realizar inúmeros cortes de gastos na máquina pública. Como argumenta Modiano (2014, p. 352), esta austeridade tinha dois objetivos, sendo um deles a de transparecer um comando “austero”, e o segundo seria melhorar as chances de negociar a dívida externa. Apesar de satisfazer alguns requisitos das organizações internacionais, as negociações com os credores não avançavam, algo que continuava a emperrar o manejo da economia.

Além disso, durante o período inflacionário brasileiro, que persistiu por décadas até ser controlado nos anos 1990, um dos problemas críticos que afetava a economia era o chamado "déficit inflacionário". Esse déficit ocorria devido ao fenômeno conhecido como "fato gerador" nos impostos, especialmente no Imposto de Renda. O fato gerador é o evento ou a condição que determina a obrigatoriedade de pagamento de um tributo. No caso do Imposto de Renda, o fato gerador é a obtenção de renda (Tempo, 2023).

A inflação alta no Brasil significava que os preços dos bens e serviços aumentavam rapidamente ao longo do tempo. Isso criava um problema quando se tratava de calcular o Imposto de Renda, pois os contribuintes eram tributados com base em sua renda, que frequentemente estava defasada em relação aos preços correntes.

Esse descompasso entre a renda tributável e os preços reais criava um ônus adicional para os contribuintes, que muitas vezes se viam pagando mais impostos do que podiam realmente arcar. Além disso, o governo enfrentava dificuldades para calcular e coletar impostos de forma eficiente, uma vez que a inflação descontrolada tornava a tributação mais complexa e imprevisível.

Com a resiliência das altas taxas de inflação, a posição de Dornelles ficou cada vez mais frágil, aprofundando o descompasso entre sua equipe e a de João Sayad, Ministro do Planejamento e de concepção heterodoxa. Sarney relutava em seguir recomendações de uma política econômica que considerava excessivamente restritiva, tanto que, em julho de 1985, “o presidente anunciou em cadeia nacional que dobraria em termos reais os recursos destinados à área social no ano de 1986” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 86). O comunicado dificultava a atuação do Ministro da Fazenda, que buscava uma política de restrição fiscal, além de inibir as negociações da dívida, que exigiam um aprofundamento do ajuste. É neste contexto que Dornelles decide pedir demissão, em julho de 1985, posto que sua atuação não havia dado os resultados esperados e sua tentativa de implementação de uma política de cortes públicos não possuía respaldo, já que era mal vista pelo presidente, que temia se tornar ainda mais impopular em um momento bastante delicado.

Dilson Funaro assumiu o Ministério da Fazenda em 26 de agosto de 1985 e sua equipe foi incumbida de ajudar a construir novos programas de estabilização econômica que davam

destaque à interpretação de que a inflação no país era predominantemente inercial. Esse entendimento se fundamentava na ideia de que a inércia inflacionária era consequência dos mecanismos de indexação, que eram amplamente utilizados para corrigir os preços, salários, taxa de câmbio e ativos financeiros. Esses mecanismos, por sua vez, tendiam a propagar a inflação passada para o futuro, criando um ciclo de aumento contínuo de preços. Assim, na ausência de choques econômicos externos, a taxa de inflação permaneceria em um patamar elevado e constante, refletindo a persistência da inflação inercial (Modiano, 2014, p. 509).

Essa visão ressaltava a importância das práticas de indexação na economia brasileira, que eram adotadas como mecanismo de proteção contra a erosão do poder de compra em um contexto inflacionário. No entanto, ao mesmo tempo, esses mecanismos contribuíam para manter a inflação em níveis elevados, uma vez que qualquer aumento de preços era automaticamente repassado para os demais componentes da economia. Portanto, a discussão sobre a inflação inercial destacou a necessidade de reformas estruturais para quebrar esse ciclo vicioso e estabilizar a economia brasileira. Com o amadurecimento dessas ideias e procurando se diferenciar dos governos e ministros anteriores, o novo ministro da fazenda defenderia uma nova abordagem para a enfrentar a inflação e que lançariam as bases do Plano Cruzado.

3 O BRASIL VAI DAR CERTO

Este capítulo pretende escrutinar o aspecto socioeconômico do período abordado dando ênfase a utilização do programa *Conversa ao Pé do Rádio* pelo então presidente José Sarney para buscar pautar o debate econômico e social e, desta maneira, construir um consenso positivo sobre suas ações no campo. Esta análise se faz necessária uma vez que o tema possui ampla repercussão e importância nos programas, que em 191 das 226 edições analisadas teve discursos que versavam sobre a economia brasileira, sendo que em 127 destas um dos assuntos tratados era a inflação. Assim, essa análise também reforça como o Estado era visto como um elemento central na questão econômica. A divisão do capítulo é cronológica e remete aos diferentes planos econômicos lançados no período, que demarcam diversas mudanças na estratégica comunicativa do governo.

3.1 Primeiras medidas econômicas

A ascensão de Dilson Funaro para o Ministério da Fazenda e a permanência de João Sayad no Ministério do Planejamento tinham apoio de Ulysses Guimarães⁸, do empresariado paulista e partiam de uma proposta divergente da anterior, que buscava uma estabilização sem apostas recessivas (Ferreira, 2018, p. 45-46). Em agosto de 1985, os índices apontavam para uma inflação de 300% e economistas discutiam a tese da inflação inercial. Isto foi possível devido a uma série de fatores que contribuíram para a visão de que estaria se iniciando verdadeiramente o governo Sarney:

Para os cargos principais da assessoria do Ministério da Fazenda foram conduzidos economistas, originários da Unicamp, há anos identificados com o programa econômico do PMDB. Havia razões persuasivas na leitura corrente à época sugerindo que, finalmente, tinha início o governo Sarney (afastada em definitivo a sombra de Tancredo); aparentemente uma razoável unificação do comando econômico fora alcançada e, sobretudo, desapareciam os perturbadores traços de continuísmo até então muito presentes, [...] abrindo-se um terreno fértil para a composição entre correntes originalmente divergentes) (Macarini, 2009, p. 17).

O novo ministro propunha a redução da taxa de juros e uma política industrial voltada para aumentar a competitividade das exportações, tendo em vista que o diagnóstico da época era que a política de substituição das importações havia alcançado seus objetivos e deveria ser superada por uma que buscasse alcançar mercados mais desenvolvidos.

⁸ Também havia um suporte disseminado na parcela mais progressista dentro do PMDB, que tinha em Mario Covas seu principal representante.

O ministério também teria mais sintonia com as preferências do presidente, que não desejava implementar medidas impopulares. No 1º programa, em 25 de outubro de 1985, o presidente já deixava claro que a inflação era uma grande inimiga e somente uma união nacional seria capaz de debelar esse problema. Era um prenúncio do pacto social que estava sendo proposto (Sarney, 1990a, p. 27).

No segundo programa, em 01 de novembro de 1985, Sarney deixava claro a aposta que faria: “Estamos mudando a velha fórmula de combater a inflação com achatamento de salário e competir no mercado baseado em mão-de-obra barata” (Sarney, 1990a, p. 29-30). Isso deixaria evidente seu repúdio pela fórmula utilizada diversas vezes pela ditadura militar e que igualmente explicitava sua preferência por uma política de estabilização que fosse capaz de assegurar a continuidade do crescimento da economia e dos salários da classe trabalhadora, algo bastante divergente das políticas adotadas pelo presidente Figueiredo.

De fato, com a manutenção da expansão econômica que vinha desde 1984, o objetivo de Sarney em manter o crescimento era bastante plausível, uma vez que “[...] é em 1985 que esse mercado — pela primeira vez desde 1980 — se apresentou francamente positivo. [...] durante o ano de 1985 teriam sido criados mais de 2.100.000 empregos no País.” (Arandia, 1991, p. 151). Este aumento era bastante significativo e simbolizava um incremento de 11,55% nos números totais de empregados.

Se a manutenção do crescimento era bastante factível, seus efeitos sobre a taxa de inflação eram motivos de intensos debates. Havia uma reflexão ortodoxa que colocava o peso da inflação sobre problemas fiscais ou monetários. Em contraste com esta concepção havia os economistas heterodoxos que, apesar de muito heterogêneos, tinham em comum:

[...] a percepção da importância da indexação, que criava mecanismos de convivência em condições de alta-inflação. [...] Uma consequência desse processo seria um aumento dos conflitos distributivos – ou seja, das disputas entre segmentos empresariais e trabalhadores por percentagem da renda gerada na economia. Esse processo tendia a fazer a inflação extremamente resistente à queda através dos mecanismos tradicionais e, reciprocamente, sujeita a elevar-se de forma permanente quando submetida a choques exógenos (Prado; Leopoldi, 2018, p. 88).

Foi nesse contexto que surgiram as versões brasileiras das teorias inercialistas que vão proporcionar o fundamento teórico para as estratégias de estabilização heterodoxas brasileiras. “Quando a inflação alcançou 200% a.a., o debate econômico não mais considerava a hipótese de tratamento gradual para o enfrentamento da inflação.” (Prado, Leopoldi, 2018, p. 89). Nestas condições, o debate acadêmico sobre uma nova forma de combater a inflação através de um choque heterodoxo encontrava uma oportunidade política. O presidente era um político versátil e estava receptivo a uma mudança no projeto econômico, que já era defendida por Funaro. Com

uma nova coesão estabelecida no governo, havia um ambiente político bastante favorável a teses e soluções inovadoras que encampassem a busca por um controle da inflação aliado à permanência da expansão econômica. Existia, também, pela primeira vez na história brasileira, um sistema acadêmico bastante frutífero, participativo e propositivo no debate público, que acabou consolidando algumas ideias. A principal delas era a concepção sobre a inflação inercial:

Bresser-Pereira, ao relatar a evolução de sua visão sobre o tema, apresentou uma explicação intuitiva e muito clara para o debate sobre inflação inercial. Segundo o autor, todas as teorias da inflação, fossem elas de origem monetarista ou keynesiana, se concentravam em explicar as causas da aceleração da inflação [...]. Todos esses modelos partiam do pressuposto de que a inflação era zero e depois se acelerava. A questão, na alta inflação, no entanto, não era explicar a sua aceleração, mas a sua permanência, mesmo quando os fatores de aceleração não estavam mais presentes (Prado; Leopoldi, 2018, p. 90-91).

Diante do agravamento da inflação e do entendimento sobre a inércia inflacionária, o desafio emergente era como elaborar uma política econômica eficaz para combatê-la. O objetivo era criar uma estratégia de estabilização que pudesse lidar tanto com as causas do aumento acelerado da inflação quanto com sua persistência devido à inércia inflacionária, abordagem que posteriormente seria denominada como choque heterodoxo. Assim, “[a] discussão principal, motivada pela associação usual entre a recessão e os planos ortodoxos de estabilização, referia-se aos eventuais efeitos contracionistas sobre a atividade econômica.” (Modiano, 2014, p. 356). Não era do interesse da administração federal se indispor com a população nem tampouco com setores empresariais. O objetivo da nova equipe econômica era agradar a ambos, o que somente o choque heterodoxo possibilitava.

O debate estava cada vez mais amadurecido. Beneficiado por uma união cada vez mais forte da equipe econômica, foi realizada uma reforma ministerial um mês antes do Plano Cruzado. O distanciamento dos acordos tecidos por Tancredo Neves estava cada vez mais evidente, asseverando a procura do então presidente por um governo mais ligado a seus interesses e aliados. O seu distanciamento em relação aos setores mais progressistas do PMDB, ligados a lideranças como Mario Covas e Franco Montoro, também era visível. No 17º programa, no dia 14 de fevereiro de 1986, é feita a divulgação da reestruturação ministerial e igualmente a apresentação dos novos ministros: “Busquei competência, aptidão, fidelidade à democracia, honestidade, disposição para o trabalho, confiança no Brasil. Mas, também, energia e obstinação.” (Sarney, 1990a, p. 67-68). Definitivamente esse já não era mais o governo de Tancredo, mas uma administração aos gostos de Sarney.

Em uma nítida tentativa de se diferenciar das administrações militares, intrinsecamente ligadas à violência estatal e a uma herança perniciosa na economia, o programa procura criar um regime de cumplicidade entre o governo, sempre referido como um novo comando de muita seriedade e trabalho, com uma população batalhadora e que merece gestões governamentais de qualidade. Este ponto fica claro na 18ª edição, quando Sarney aborda o controle do déficit e da inflação, falando que “[...] é produto da austeridade, do trabalho, da seriedade e da competência de tantos homens que vivem e sofrem a condução de nossa economia”. Evidentemente há a divisão dos bons resultados com os cidadãos, já que seriam resultado da colaboração entre governo e povo.

No 5º programa, em 22 de novembro de 1985, renunciando o que ocorreria durante o Plano Cruzado como um todo, há uma forte aposta em um pacto social no plano do discurso, embora não considerasse os interesses reais expressos por determinados segmentos da sociedade, conclamando indivíduos e não coletivos. Isto é, ao mesmo tempo em que Sarney propõe a realização de um pacto entre toda a sociedade, afirma que “Reivindicações impossíveis não poderão ser atendidas. O interesse de todos é maior do que o interesse de qualquer classe” (Sarney, 1990a, p. 42). Portanto, neste contexto, o pacto de Sarney envolve governo e indivíduos, evitando reconhecer a presença no cenário nacional de organizações sociais que pudessem representar os diferentes segmentos sociais no pacto.

Dessa forma, embora o uso do programa de rádio se aproxime, por exemplo, do *modus operandi* da atração de Franklin Delano Roosevelt, que também utilizava amplamente seus discursos para forjar um pacto social entre os “cidadãos de bem”, Sarney não interpela os trabalhadores e os empresários como classe ou como coletividades, ao passo que o pacto rooseveltiano contemplava tais sujeitos como coletividades, ao mesmo tempo em que excluía nomeadamente “especuladores”, vistos como a causa de toda a crise.

A atração de Sarney igualmente encontra paralelo no Governo de Getúlio Vargas no Brasil. No entanto, também neste caso é preciso matizar. Sem dúvida o rádio foi utilizado como veículo para propagar a ideologia trabalhista. Contudo, o programa A Hora do Brasil, como argumentado por Angela de Castro Gomes (2005), era um veículo que buscava construir um consenso trabalhista em que os conflitos de classe seriam mediados pelo Estado. Ou seja, não há negação dos interesses de classe, embora o governo tenha buscado conduzi-lo para o interior do Estado. Já o presidente Sarney, durante os dois primeiros anos de seu governo, e sobretudo na vigência do Plano Cruzado, ao referir-se ao pacto conclama indivíduos a contribuir para o esforço de conter a inflação, processo que encontra sua melhor expressão com o apelo aos “fiscais de Sarney”.

Portanto, ainda que as apostas nos três casos mencionados se inclinassem a uma certa despolitização dos problemas dos respectivos países, que não seriam inerentes aos conflitos de classe, ao sistema econômico ou às falhas do Estado, mas contratempos alimentados por indivíduos que buscavam sabotar a nação, como banqueiros especuladores, a postura de Sarney nesta conjuntura a que estamos nos referindo difere das demais, por dirigir-se aos cidadãos como uma coleção de indivíduos, algo que irá, todavia, se alterar após o fracasso do Plano Cruzado, num contexto em que Sarney será levado a buscar um apoio mais consistente nas organizações.

Sarney foi um político que soube permanecer no jogo político nacional por mais de 50 anos, sendo capaz de se adaptar às diferentes realidades políticas que o Brasil passou. Por conseguinte, a escolha de uma comunicação voltada primordialmente para os trabalhadores e suas organizações após o fracasso do Plano Cruzado se embasava em uma realidade política, que ele já não poderia ignorar, e que tinha nos proletários e movimentos sociais organizados um grupo em franca ascensão.

Apesar do momento propício para a ascensão dos movimentos sociais, como atesta, por exemplo, a Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, nos primeiros anos do governo Sarney eles não haviam encontrado uma real via de acesso ao poder federal, que enxergava os movimentos organizados como obstáculos às suas políticas econômicas e sociais. Isto se demonstra logo na segunda edição, em que Sarney argumenta que “ele [os trabalhadores] não tem sindicato forte e ele não precisou fazer greve. O Governo correspondeu às necessidades desses trabalhadores, que são a maioria esmagadora dos assalariados brasileiros. Cumpriu o seu dever, sem receber pressão” (Sarney, 1990a, p. 29-30). Neste discurso, o presidente deixa nítido a sua distância em relação aos grupos de trabalhadores organizados, uma vez que o programa procurava erigir a sua imagem como a de um estabilizador, não somente no aspecto econômico, como no que concerne às latentes tensões sociais brasileiras. Por outro lado, aqueles que se movessem em pressão ou contrariamente ao governo ganhavam as pechas de “especuladores”, “sabotadores”, “pessimistas”, etc. Em vista disso, houve pouca busca por um real diálogo com os movimentos organizados mais combativos, como a CUT.

No trabalho de Rodrigues (2010), há uma investigação detalhada sobre as raízes, a formação política e social de indivíduos envolvidos na CUT no Brasil. Ele mergulha na história pessoal e no contexto social dos membros da CUT, explorando como esses fatores moldaram suas visões políticas e influenciaram suas ações dentro da central sindical. Este estudo ressalta a importância do background individual e coletivo na configuração das abordagens e estratégias adotadas pelos sindicalistas. Ao examinar suas origens, Rodrigues consegue traçar um

panorama de como experiências de vida, educação e o ambiente social contribuem para a formação de uma consciência política e social, que por sua vez desempenha um papel crucial nas atividades sindicais.

Além disso, Rodrigues (2010) destaca a diversidade de pensamentos e práticas entre os militantes da CUT, chamando atenção para as várias correntes ideológicas que coexistem dentro da organização. Esse aspecto é fundamental para compreender a dinâmica interna da CUT, uma vez que a presença de múltiplas ideologias reflete tanto a riqueza quanto a complexidade da luta sindical. A convivência e interação entre diferentes visões políticas dentro da mesma central sindical não apenas enriquece o debate, mas também desafia os membros a encontrar pontos de consenso e a articular estratégias que abarquem essa diversidade. Rodrigues, portanto, lança luz sobre como essa pluralidade de ideias e práticas molda as ações e direções tomadas pela CUT, influenciando a forma como ela se posiciona e atua no cenário político e social. Assim, negociar com a organização não era fácil, já que havia interesses conflitantes no próprio cerne do sindicato e, desde o ponto de partida, Sarney demonstrava grande falta de disposição em contemplar as demandas desses trabalhadores.

No campo econômico, o governo colhia alguns bons resultados: “Ao final [do ano], o déficit público ficou em cerca de 1% do PIB – e não de 6%, como chegou a ser projetado.” (Macarini, 2009, p. 19). Sendo assim, duas condições para um choque heterodoxo estavam dadas. Primeiramente, as taxas de juros estavam em queda, o que auxiliava tanto no pagamento da dívida pública quanto no estímulo à atividade econômica. Ademais, com o déficit mais controlado, a condição de aceleração da inflação teoricamente estaria equacionada, só restando o combate da inflação inercial.

Outro fator que aliviou o governo diz respeito às chamadas condicionantes externas. “Finalmente, na negociação da dívida externa, não aconteceram missões do FMI, devido aos grandes superávits na balança comercial que permitiam alguma folga cambial, não sendo necessário obter dinheiro novo dos credores internacionais.” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 92). Por conseguinte, o país não ficava tão exposto às pressões por medidas contracionistas.

Mesmo com esse cenário aparentemente positivo, a aceleração da inflação no final do ano obrigaria a equipe econômica a tomar medidas mais enfáticas. Em seu 15º programa, em 31 de janeiro de 1986, Sarney dá inúmeras pistas do que seria o Plano Cruzado. Nele, demonstra o enfoque dado ao combate da inflação, ao falar que “A inflação é sempre contra os projetos de desenvolvimento, justiça social e democracia que estamos realizando com tanto esforço. É preciso derrubar esse número”. Além disso, o presidente faz um repúdio à recessão, à fome, ao desemprego e decreta a “falência do remédio ortodoxo”, demonstrando a disposição do governo

para o que estava por vir. Além dessa construção discursiva, também são anunciadas algumas ações, como o congelamento dos preços do arroz, feijão, carne e açúcar, novamente enfatizando a perspectiva da equipe de aumentar a indexação da economia. Por fim, buscando a cooperação de seus ouvintes, o presidente conclama ao apoio dos “Fiscais de Sarney”, que ajudariam a fiscalizar o congelamento dos preços e impedir fraudes, algo que seria uma marca do Plano Cruzado (Sarney, 1990a, p. 63-65). Ao mencionar “fiscais do Sarney”, o presidente interpela o trabalhador como indivíduo e não como classe, algo que, como indicamos acima, mudaria com o fracasso do Plano Cruzado.

3.2 Plano Cruzado

Ávido por uma novidade que pudesse alavancar sua popularidade e com os cenários externo e interno propícios, finalmente estavam postas todas as condições para o lançamento de um ambicioso programa de reforma econômica. No dia 28 de fevereiro de 1986, Sarney decretou feriado bancário e anunciou o Plano Cruzado pela televisão:

O pacote de medidas que compunham o Plano Cruzado seguiu o modelo proposto por Francisco Lopes. O ponto mais notável, para o público, foi a criação de uma nova moeda, o cruzado, que seria equivalente a mil cruzeiros. O segundo ponto foi o congelamento de preços por tempo indeterminado. [...] Em princípio, o objetivo do plano era ser neutro, sob ponto de vista distributivo. Mas, na fórmula de conversão de salários pela média, tendo como base o poder de compra dos últimos seis meses, foi acrescido um abono de 8%. O salário mínimo foi fixado em CZ\$ 804,00, que embutia um abono de 16% sobre o poder de compra médio (Prado; Leopoldi, 2018, p.93).

O Plano foi recebido com cautela por movimentos sociais e centrais sindicais, além de grupos de economistas não vinculados ao governo, mas conseguiu um êxito considerável em seus primeiros meses e gerou um amplo otimismo na população. Os efeitos da reforma foram surpreendentemente positivos:

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo com grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98%, enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso. Os trabalhadores deixaram de perder com a inflação diária e ganharam com o aumento do salário mínimo e o abono salarial. Com maior poder de compra e crédito, o consumo aumentou (Ferreira, 2018, p. 47-48).

A partir deste momento, Sarney começa a repetir incessantemente uma estratégia já empregada em seu primeiro programa. Em 25 de outubro de 1985, disse que: “o Brasil vai dar certo. Contem com o Presidente. Mas o Presidente, para o êxito de seu trabalho, precisa contar

com vocês” (Sarney, 1990a, p. 27). A estratégia consistia em demonstrar a eficiência de sua administração e, com isso, estimular o otimismo da população. Além disso, era perseguida a cumplicidade com suas propostas, fazendo com que o sucesso ou fracasso delas fosse fruto não somente da gestão federal, mas também da atuação dos cidadãos. O governo, precavido, tinha colocado alguns mecanismos no plano para prevenir uma eventual insatisfação popular:

Em especial, o governo não contava com condições políticas de realizar um pacto social e, também, não tinha qualquer apoio externo para sua iniciativa. Por essa razão, e dada a preocupação política de não impor perda de renda para os trabalhadores e nem provocar uma recessão, foram incluídas medidas arriscadas no Plano. Foi o caso de se criar o gatilho salarial (quando a inflação acumulada alcançasse 20%), assim como de dar aumento real para os salários, acima da média do poder de compra dos últimos seis meses. [...] O grupo de economistas heterogêneos que formulou a versão final do plano, acabou por propor um modelo que parecia adequado à realidade brasileira e era possível de ser aceito pelo Presidente da República e pela sociedade (Prado; Leopoldi, 2018, p. 93-94).

Neste contexto surgem oficialmente os “fiscais de Sarney”, munidos com as tabelas de preços da Superintendência de Abastecimento e Preços (Sunab), eles fiscalizavam os preços nos mercados e nas lojas e, caso encontrassem irregularidades, chamavam a polícia. Era o ápice da colaboração entre governo e o povo que Sarney tanto clamava, como deixa claro no 19º programa, quando menciona que “Trata-se do maior voluntariado vivido na nossa História e de uma mobilização consciente, em que todos espontaneamente, demonstrando confiança no Presidente, ajudam a fazer uma fiscalização que o Governo[...] não conseguiria jamais realizar” (Sarney, 1990a, p. 73-76).

Fica explícito como Sarney buscava impelir a população a apoiar seu projeto, já que outras propostas de estabilização haviam fracassado. Assim, dotado da ideia de que a proposta era viável e atacava os problemas dos brasileiros, a única razão que poderia derrubar o sucesso do plano seria a sua não correta aplicação. Por isso a centralidade dos fiscais de Sarney dentro do pacto social proposto por Sarney.

Marichal (2016) conclui que, apesar das semelhanças nas crises enfrentadas pelos países latino-americanos, as respostas nacionais variaram consideravelmente. Essas divergências foram influenciadas por uma série de fatores, como as condições econômicas pré-existentes, os contextos políticos e a habilidade de negociar com credores internacionais e instituições financeiras. No caso do Brasil, a abordagem inicialmente mais moderada para enfrentar a crise da dívida externa foi, em parte, um reflexo do desejo de preservar a estabilidade econômica e social, mesmo diante das pressões externas que demandavam reformas mais profundas.

A tradição conciliatória brasileira, conforme descrita por Motta (2014), implica na tendência histórica do Brasil em buscar equilíbrio e evitar conflitos abertos ou rupturas

drásticas. Essa abordagem é evidente em vários aspectos da política e da sociedade brasileira, onde frequentemente se observa a preferência por soluções negociadas e a busca pelo consenso em detrimento de medidas radicais. Aplicando essa perspectiva ao contexto econômico, a resposta do Brasil à crise da dívida externa pode ser entendida como um reflexo dessa inclinação para a moderação e a negociação, evitando medidas que pudessem levar a uma desestabilização social ou econômica mais profunda.

No cenário descrito por Marichal, o Brasil, ao contrário de outros países latino-americanos que talvez adotassem respostas mais drásticas ou imediatistas, optou por uma estratégia que equilibrasse as necessidades de reforma econômica com a manutenção da estabilidade social. Essa abordagem está alinhada com a tradição conciliatória identificada por Sá Motta, onde a busca por soluções que minimizem o conflito e promovam um certo grau de continuidade e estabilidade é um traço distintivo.

Após duas semanas do lançamento do Plano Cruzado, o 19º programa é utilizado para fazer um balanço de um ano de suas medidas e para exaltar os feitos na estabilização da economia:

Deixamos para trás o medo e a violência. Hoje reina a liberdade neste País. Deixamos para trás a desconfiança e a dúvida, que faziam os brasileiros não saber o que os esperava no dia seguinte. Deixamos para trás o desemprego, já que foram criados mais de 1 milhão e meio de oportunidades de trabalho. Deixamos para trás o ódio que separava os brasileiros. Neste País ninguém é discriminado por motivos políticos, ideológicos, religiosos, econômico-sociais ou profissionais. [...] Ao entrarmos no segundo ano, quero convocar o povo para uma outra batalha, a batalha da produção. Com moeda estabilizada é a hora do trabalho e da produção (Sarney, 1990a, p. 77).

Desta forma, confirmada a estabilização, o governo Sarney esperava implementar um ousado programa de desenvolvimento. Tal projeto foi apresentado no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR). Este tinha como diagnóstico que, com o controle da inflação e das contas externas, além de uma decrescente taxa de juros, o país estaria pronto para uma curva acentuada de expansão econômica e social (Matos, 2002). Com estes planos em mente, os discursos procuravam exaltar os brasileiros e caracterizar o país como uma democracia plena e sem discriminações. Também buscava-se diferenciar a administração das anteriores: “O governo e o povo deixaram de ser coisas diversas; são expressões de um único desejo.” (Sarney, 1990a, p. 77-78), ou seja, esta seria uma gestão pautada exclusivamente pela expressão popular.

Envolto na euforia do sucesso do Plano Cruzado, que estava alavancando sua popularidade como jamais imaginara, o presidente não tinha olhares para os problemas envolvidos no congelamento. “No debate político, as críticas à esquerda, mencionavam o perigo

de uma recessão e à direita chamavam a atenção para a necessidade de ajustes fiscais e correções dos desequilíbrios.” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 95). Sarney, porém, não tinha interesse em ouvir nenhuma delas, continuando a promover o êxito de suas ações.

Em poucos meses surgiu o ágio. A mercadoria era vendida pelo preço tabelado, mas o consumidor pagava uma taxa extra para obter o produto. A carne bovina foi um dos principais produtos a desaparecer e em determinado momento a Polícia Federal passou a invadir propriedades para confiscar bois e vacas. O efeito do ágio beneficiava o setor informal, mais difícil de ser taxado e fiscalizado, que acabava por conseguir reajustar seus preços e manter o setor produtivo, enquanto os setores formais lidavam com setores organizados dos trabalhadores, que conseguiam mais frequentemente aumentos salariais e outras benesses, além de muitos outros terem sido pegos com preços desvalorizados durante o congelamento e estavam impedidos de reajustá-los, inviabilizando sua produção. Deste modo, a expansão econômica no ano de 1986 e o crescimento do mercado de trabalho se deu mais profundamente em setores informais da economia, em empregos mais frequentemente precarizados, mal remunerados e que além disso não tinham o poder aquisitivo de seu salário protegido pelo sistema bancário.

Diversos fatores contribuíram para a explosão de consumo que acabou gerando o ágio e o desabastecimento. Houve aumento no poder de compra dos salários com as conversões dos salários com abono salarial, redução das taxas de juros, uma descompressão do consumo que estava reprimido durante os anos de recessão e o congelamento de alguns preços em níveis defasados. “Com isto, alguns integrantes da equipe econômica desejavam uma política monetária mais restritiva e uma taxa de juros mais alta” (Modiano, 2014, p. 361-361).

Não obstante a evidência dos problemas decorrentes do Plano Cruzado, Sarney se mantinha firme no discurso. No final do ano, na 47ª edição, em 03 de outubro de 1986, Sarney mantém o discurso de exaltação da criação de empregos, anunciando que foram criados mais de um milhão e novecentos mil empregos, o que significava uma massa trabalhadora 6% maior. No entanto, o presidente também reage contra as paralizações e as invasões de terra que estavam ocorrendo, elegendo seus agentes como sabotadores da nação. Mais uma vez a mensagem do programa enfatiza a conciliação social, além de priorizar os indivíduos que colaborem com o governo em detrimento daqueles que pressionam por mudanças (Sarney, 1990a, p. 177-180).

No que concerne à área externa, havia um grande embaraço. O crescimento da economia brasileira, altamente celebrado internamente, era incompatível com as contas externas. Isto acontecia porque a produção que ia para a exportação, ou seja, que gerava divisas para o

governo pagar a rolagem da dívida, estava começando a ser direcionada para um mercado interno extremamente aquecido e que já enfrentava o desabastecimento.

O governo, porém, não era receptivo às críticas, nem tampouco planejava tomar atitudes para equacionar os problemas que começavam a se avolumar. Desde o início há uma negação da existência de adversidades estruturais do Plano Cruzado, sendo a responsabilidade atribuída aos “especuladores”, “sabotadores”, que prejudicavam propositalmente o país. Esta concepção fica nítida no discurso da 22ª transmissão, em 04 de abril de 1986: “O governo previu, previu a sabotagem, previu os acidentes prováveis, previu o ódio e a incompreensão, previu o pessimismo e previu despeito, previu até politicagem e aqueles que desejam a política da terra arrasada” (Sarney, 1990a, p. 83-86).

Assim, Sarney assume o que Michel Pêcheux chama de discurso ideológico político, “Neles, faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais.” (Brandão, 2012, p. 31). Assim, quaisquer problemas que pudessem ameaçar o pacto social proposto eram negados peremptoriamente.

O Plano não somente era tratado como um sucesso, como já havia uma ênfase no próximo passo, simbolizado pelo Plano de Metas, que levaria a um grande desenvolvimento e expansão da produção. Dando como certo o fim permanente dos problemas inflacionários, o governo traria um exuberante ciclo de avanço para a nação, algo que certamente agradaria ao presidente, atônito com seus altos níveis de popularidade.

Uma valiosa absorção do neoinstitucionalismo de outros conceitos é o emprego do modelo da racionalidade baseada no medo. Esse modelo sustenta que as ações dos indivíduos são orientadas por cálculos estratégicos, tendo como meta principal evitar prejuízos, uma perspectiva respaldada por estudos renomados em psicologia comportamental (Kahneman, 2012). Assim, os defensores de novos paradigmas não necessitam persuadir os agentes de que sua visão é correta ou mais verossímil que a dominante, mas sim que os benefícios de seguir suas propostas superam os riscos de ir contra a estrutura institucional existente.

O desenho institucional, portanto, cria incentivos para que os “profetas do caos” aumentem as apostas, já que, desse jeito, aumentam-se as chances de as novas proposições encontrarem maior adesão (Weingast, 2005). Não é sem razão, portanto, que Sarney busca criar um senso de urgência bastante tácito no período, buscando assim avalizar suas propostas que solucionar o “caos” gerado pelo processo inflacionário.

Apesar de todo otimismo demonstrado por Sarney, as indicações de superaquecimento da economia eram evidentes, com a cobrança de ágios nos produtos e filas para a compra de automóveis e outros bens duráveis. Jorge Ferreira sintetiza os problemas que surgiam:

O congelamento de preços, pedra de toque do plano, não poderia durar muito. O próprio Dilson Funaro pensou em suspendê-lo em, no máximo, noventa dias, período em que faria desaparecer a inflação inercial. Além disso, reformas econômicas tinham que ser feitas. O déficit público aumentava: de 11,2% em 1985, para 31,89% em 1986. A balança comercial apresentava déficits crescentes com a liberalização das importações e reduções das exportações, naquele momento voltadas para o mercado interno. O congelamento pegou preços de algumas mercadorias defasados, inviabilizando sua produção. O aumento real do salário mínimo, o abono salarial, a queda da inflação e a oferta de crédito insuflaram o consumo. O resultado era o ágio e o desabastecimento. Os preços estavam congelados, mas não havia mercadorias nas prateleiras dos mercados. Podiam-se encontrar somente com ágio. Enquanto alguns economistas denunciavam os perigos da continuidade do congelamento dos preços, outros se mostravam otimistas. Sarney aproveitou a divisão para dar continuidade ao Plano Cruzado e fazer uso de sua popularidade (Ferreira, 2018, p. 48).

O presidente, na 42^a edição, em 29 de agosto de 1986, demonstra sua persistência em manter o Plano da maneira como estava: “Quero arrematar tudo o que foi dito sobre o Plano Cruzado, com uma declaração curta e firme: o congelamento não vai acabar, os preços não vão voltar à orgia das remarcações e o povo pode confiar na firmeza do Governo” (Sarney, 1990a, p. 155-158). Mais uma vez ficava claro que não havia qualquer intenção em tomar atitudes que pudessem remediar os crescentes problemas no cenário econômico.

O congelamento juntamente com a injeção de dinheiro na economia através de aumentos salariais e de crédito, acabou por causar um superaquecimento da economia. Esse superaquecimento foi particularmente problemático devido às baixas taxas de investimento que o país enfrentava na época, exacerbadas por um contexto de instabilidade política e econômica. As baixas taxas de investimento no Brasil, durante o período do Plano Cruzado, podem ser atribuídas a vários fatores. Primeiro, a instabilidade política, com frequentes mudanças nas políticas econômicas e incertezas sobre o futuro, reduziu a confiança dos investidores. As empresas e os investidores tendem a ser cautelosos em ambientes políticos voláteis, preferindo aguardar um clima mais estável antes de realizar investimentos significativos.

Além disso, a instabilidade econômica, caracterizada por anos de inflação elevada e políticas econômicas inconsistentes, criou um ambiente desfavorável ao investimento. A inflação alta e imprevisível dificulta o planejamento a longo prazo e a avaliação de riscos, o que é crucial para decisões de investimento. Além disso, a frequente mudança de políticas gera incerteza, fazendo com que os investidores hesitem em comprometer recursos em projetos de longo prazo.

Durante esse período, a inflação oficial permaneceu baixa, apresentando apenas uma leve tendência de crescimento. Entretanto, esta não refletia a inflação real da economia, devido à proliferação do ágio, que não era contabilizado pelo índice oficial de inflação; pelo desabastecimento, que diminuía a amostragem dos preços e, portanto, sua precisão; além da introdução constante de “produtos novos”⁹, utilizados para burlar a legislação e realizar aumentos de preços (Modiano, 2014, p. 362).

Até meados de agosto e setembro, os elevados superávits da balança comercial não refletiam o excesso de demanda que se observava no mercado interno desde o lançamento do Plano Cruzado. “Esta situação se alterou em novembro, e mais drasticamente em outubro, com a queda da receita de exportações de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 1,3 bilhões.” (Modiano, 2014, p. 363). A conjuntura começava a se deteriorar rapidamente, uma vez que o esvaziamento da pauta de exportação causado pelo superaquecimento da demanda interna acabaria impondo ao Brasil a tarefa de voltar a negociar com seus credores internacionais, incumbência esta que imporá uma série de pressões sobre as medidas heterodoxas que vinham sendo tomadas pela equipe econômica. Dilson Domingos Funaro enfrentou diversas vezes os banqueiros internacionais e aparentava não ter compreensão da magnitude do problema (Modiano; Carneiro, 2014)

Na 52ª edição, em 07 de novembro de 1986, e, portanto, a uma semana das eleições¹⁰, Sarney procura novamente garantir que não realizaria qualquer reajuste estrutural no Plano Cruzado. Buscava, assim, manter o apoio às suas medidas, agora altamente identificadas com a estabilização da inflação. Desse modo, o presidente buscou não expor os problemas que se avolumavam em um período tão próximo das eleições. Isto fica cristalino em: “Assim, o congelamento vai continuar. Porque seria uma loucura acabar com o controle dos preços. Seria o caos. Poríamos por terra tudo o que conquistamos e entregaríamos o país aos especuladores. E isso jamais nós faríamos” (Sarney, 1990a, p. 197). Novamente há o reforço sobre o perigo que os “especuladores” representam, buscando colocar a culpa de qualquer tipo de dificuldade no Plano Cruzado nestes supostos “sabotadores”.

No 53º programa, ocorrido no dia 14 de novembro de 1986, Sarney mais uma vez exalta o legado do Plano Cruzado, que teve como resultado a criação de 1,5 milhões de novos empregos e 33 milhões de novos consumidores. Além disso, o presidente reitera que “Será mantido o Plano Cruzado também para consolidar as conquistas sociais dos mais pobres,

⁹ Estes novos produtos eram basicamente antigas mercadorias que possuíam preços tabelados, mas que eram vendidas como novidades para burlar os preços tabelados da Sunab.

¹⁰ Envolviam os cargos de governadores de todos os estados, 2/3 do Senado e toda a Câmara dos Deputados.

porque, pela primeira vez no Brasil, Presidente tem como meta, justamente, proteger os mais pobres” (Sarney, 1990a, p. 201-203). Como aponta Jorge Ferreira, Sarney buscava angariar uma grande vitória para o PMDB de modo que partido se aproximasse de suas orientações:

Sarney esperou as eleições de novembro. Arrastou o congelamento de preços ao limite, mesmo com o plano de estabilização vazando água por todos os lados. O objetivo era que o PMDB ganhasse as eleições. Foi o que ocorreu. O Partido elegeu 22 dos 23 governadores, 38 das 49 vagas no Senado e 260 dos 487 deputados federais (Ferreira, 2018, p. 48-49).

No dia seguinte à eleição é lançado o Plano Cruzado II, que consistia no aumento de 60,16% no preço dos combustíveis, enquanto tarifas telefônicas e energia elétrica tiveram reajuste de 120%. Muitas outras mercadorias foram reajustadas em 100% e houve um forte aumento dos juros. Ademais, o novo projeto tinha uma política salarial restritiva, desvalorizava a moeda e realizava cortes nos gastos públicos:

Utilizando-se da elevação do IPI concentrada em poucos itens (automóveis, cigarros e bebidas) e da correção de preços e tarifas das empresas estatais (uma real necessidade, reconhecida de longa data) e, secundariamente, da redução de subsídios (restrita ao caso do açúcar – mas havia planos de estendê-la ao trigo, o que terminou sendo abandonado), a política econômica pretendeu finalmente atacar o desequilíbrio macroeconômico na sua raiz, transferindo um volume substancial de recursos do setor privado para o setor público (estimado pelas autoridades em 4,5% do PIB) e desacelerando o consumo. A contundência dos aumentos [...] despertou a ira popular, desinflando a popularidade do governo (mensurada em pesquisas de opinião), e propiciou um fértil ambiente para a rápida proliferação das expectativas mais pessimistas nos mercados financeiros (Macarini, 2009, p. 36).

As ações tomadas marcaram uma profunda ruptura com o que se era divulgado até então. Se até aquele momento eram negados quaisquer tipos de problemas, agora surgiam medidas para debelar a crise. O governo, refém de toda sua comunicação no sentido de que não precisaria tomar atitudes para remendar o Plano Cruzado, acabou traindo suas próprias palavras. O Cruzado II traria grandes perdas para a massa trabalhadora e também despertaria um amplo pessimismo do mercado financeiro. O resultado seria uma administração cada vez mais isolada.

A tentativa de construir um pacto nacional entre o governo e a população dentro da lógica “presidente/indivíduos” encontrou seu ápice durante a vigência do Plano Cruzado, quando surgiram os chamados “fiscais de Sarney”. Neste período, o governo abundantemente recorreu ao seu programa para buscar e manter o apoio do povo às suas ações, de modo que o sucesso inicial do Plano fosse mantido. A sua defesa havia se tornado um elemento essencial do governo e que custaria muito caro para ser rejeitado.

Apesar do sucesso inicial, a administração federal buscou omitir as fartas falhas que existiam em seu plano de estabilização de modo que suas altas taxas de aprovação fossem

mantidas. Com o fim das eleições de novembro de 1986, o Plano Cruzado II iniciou uma nova fase. Se durante a vigência do Plano Cruzado Sarney conseguiu desfrutar de imensa popularidade e pretendia costurar um imenso pacto com cidadãos tomados individualmente, a partir do Plano Cruzado II toda esta situação se desmorona. O povo se sentiu traído por um estelionato eleitoral. O presidente havia prometido por diversas vezes, inclusive dois dias antes do lançamento do novo plano, que não precisaria remendar o primeiro Plano cruzado.

A promessa foi quebrada, assim como a confiança. Não seriam tempos fáceis para a administração de Sarney. O pacto que procurara forjar estava desmoronando, assim como sua legitimidade.

3.3 Plano Cruzado II e Plano Bresser

No Plano Cruzado II, o governo instituiu medidas para diminuir a inflação e também buscou alterar índices para que a inflação oficial fosse menor:

O governo apenas substituiu as ponderações do IPC, que eram originárias do IPCA, pelas ponderações do INPC, que atribuía menores pesos aos preços majorados pelo Cruzado II. Na mesma ocasião, foi regulamentada a escala móvel dos salários: os reajustes acionados pelo “gatilho” ficariam limitados a 20%, com o resíduo inflacionário (equivalente à diferença entre a inflação acumulada e o teto de 20%) sendo carregado para o “gatilho” seguinte." (Modiano, 2014, p. 531).

Na semana seguinte ao lançamento do Plano Cruzado II, em 28 de novembro de 1986, Sarney diz que foi obrigado a tomar as medidas e que, se pudesse, não as tomaria. Também declara que existem dois grandes inimigos do Cruzado: os especuladores e os “radicais que exigem aumentos impagáveis.” (Sarney, 1990a, p. 205). Assim, deixava claro duas coisas. A primeira era que o novo plano econômico era considerado uma mera continuidade do Plano Cruzado e a segunda era que não havia problemas técnicos em suas medidas, apenas adversários que não estavam colaborando.

As vendas experimentaram uma queda significativa devido a uma combinação de fatores: a diminuição do poder aquisitivo real dos salários, o aumento das taxas de juros e um crescimento da incerteza econômica. No entanto, o esfriamento da atividade econômica também tinha suas raízes no lado da oferta. Restrições foram impostas às importações de matérias-primas cruciais e produtos intermediários, motivadas pela escassez de reservas em moeda estrangeira. Além disso, o mercado interno estava em desordem devido ao descongelamento súbito e desorientado dos preços, sem diretrizes explícitas sobre uma futura política de reajustes de preços ou a possibilidade de um novo congelamento. Esses fatores

combinados criaram um ambiente desafiador para a economia, afetando tanto a demanda quanto a oferta (Modiano, 2014).

Frente à iminência de uma escalada inflacionária, o governo iniciou conversações com representantes do setor empresarial e dos trabalhadores, com o objetivo de forjar um acordo social inicial. Neste contexto, o discurso orienta-se em direção à disposição de se efetuar um pacto social entre sujeitos coletivos, representados pelas organizações empresariais e de trabalhadores. Entretanto, a ausência de uma tradição sólida na negociação de acordos de distribuição de renda impossibilitou a pronta conciliação de metas conflitantes. A falta de êxito nessa primeira tentativa de pacto social tornou-se patente já ao final de janeiro de 1987 (Modiano, 2014, p. 532).

O pacto social proposto era para ser costurado por Almir Pazzianotto:

Desde o princípio do Governo eu tenho pregado sempre a necessidade de uma divisão de responsabilidade, dizendo que o progresso começa dentro de cada um de nós. Desde o princípio do Governo eu tenho pregado um pacto, a necessidade de um pacto social, do entendimento de todos os segmentos da sociedade.” (Sarney 1990a, p.229).

Ao proferir essa frase, Sarney ignora que o que propusera até aquele momento não consistia em um pacto social, mas em um acordo entre governo e indivíduos, o que se materializara na figura dos “fiscais do Sarney”. O fracasso do Plano, e por conseguinte do “pacto” proposto inicialmente, talvez tenha contribuído para que o Governo redirecionasse suas estratégias para atrair apoio popular.

Mesmo com a retomada das desvalorizações diárias do cruzado, a balança comercial do Brasil apresentou resultados negativos de outubro de 1986 a janeiro de 1987. Diante da ausência de sinais de melhoria e em um contexto de dificuldades econômicas contínuas, o governo brasileiro optou, no final de fevereiro de 1987, por suspender indefinidamente os pagamentos de juros da dívida externa para bancos privados. As razões oficiais para essa moratória incluíam a necessidade de conter a drenagem das reservas cambiais e dar início a uma nova etapa nas negociações relativas à dívida externa. Adicionalmente, havia um objetivo não declarado: reconquistar o apoio popular, que havia sido abalado pelo insucesso do Plano Cruzado, e assim pavimentar o caminho para futuras iniciativas de estabilização econômica (Modiano, 2014, p. 533).

Este evento é considerado um dos marcos na crise da dívida latino-americana da década de 1980 e reflete a grave situação econômica enfrentada pelo país na época. A decisão de suspender o pagamento dos juros foi um ato de desespero econômico, mas também uma tentativa de negociar melhores condições de pagamento com os credores internacionais. A

suspensão teve várias consequências. No curto prazo, criou tensões nas relações com credores internacionais e instituições financeiras globais. Houve também impactos sobre a credibilidade do Brasil nos mercados financeiros internacionais (Salomão, 2016).

Sarney utiliza o programa para justificar a medida, dizendo que a dívida estava insuportável para a economia:

Foi uma decisão difícil, mas uma decisão de coragem, de fé, patriotismo – e foi uma decisão de prudência, tomada com seriedade e sem demagogia.” [...] Vamos, agora, atacar a válvula de sangria do Tesouro, que são também os subsídios. As medidas de austeridade da administração, que estão em vigor, vão prosseguir. O Governo não está gastando e não vai gastar um tostão além do que ele arrecada (Sarney, 1999a, p. 253-254)

A decisão do governo Sarney de suspender o pagamento da dívida externa em 1987 teve repercussões significativas na política interna do Brasil, afetando diretamente o apoio ao seu governo. Internamente, Sarney enfrentou um declínio no apoio político, evidenciado pelo distanciamento de figuras anteriormente próximas e aliadas. Esses aliados, que antes apoiavam ou toleravam suas políticas, começaram a se afastar em face das crescentes dificuldades econômicas e do descontentamento popular. A suspensão da dívida foi vista por alguns desses aliados como uma decisão extrema, indicando uma incapacidade de gerenciar a crise econômica de forma eficaz e sustentável (Macarini, 2009).

Além disso, os rivais políticos de Sarney aproveitaram a oportunidade para criticar sua liderança, vendo a suspensão dos pagamentos como um sinal de decadência e falha de governança. Eles usaram essa decisão para destacar as deficiências na administração de Sarney e para ganhar apoio para suas próprias agendas e propostas políticas. A decisão de suspender os pagamentos reforçou a narrativa de que o governo estava perdendo o controle sobre a situação econômica do país, contribuindo para uma percepção geral de instabilidade e incerteza (Macarini, 2009).

A situação começou a se deteriorar cada vez mais:

Em abril de 1987, com a taxa de inflação ultrapassando o patamar de 20% ao mês, o ministro Dílson Funaro deixou o cargo. Duas de suas teses demonstraram-se equivocadas: o final da “bolha inflacionária”, o que significava que a inflação iria perder fôlego uma vez que o processo de realinhamento dos preços estivesse completado, não se materializara; e a renegociação da dívida externa, que reaglutinaria as forças da sociedade brasileira, voltara ao estado de impasse (Modiano e Carneiro, 2014, p. 533).

A decisão de Dilson Funaro de renunciar ao cargo de Ministro da Fazenda em 21 de abril de 1987 também foi influenciada pelas pressões e conflitos que enfrentou, tanto dentro do governo quanto com setores da sociedade e do mercado financeiro, que eram críticos a algumas

de suas políticas. Essas tensões, combinadas com as dificuldades econômicas, contribuíram para um ambiente no qual a permanência de Funaro no cargo se tornou insustentável.

Sarney apresenta o novo ministro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, em primeiro de maio de 1987: “Eu disse ao novo ministro que na Nova República a classe dos pobres tem prioridade. Nesta classe está incluída grande parcela dos trabalhadores brasileiros.” (Sarney, 1990a, p. 289). Assim, buscava deixar claro que os rumos da economia não iriam dar uma guinada ortodoxa e recessiva.

O novo ministro assumiu sem grandes medidas concretas, apenas anunciando uma série de metas e intenções:

O novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, iniciou sua gestão anunciando uma meta para a taxa de crescimento do PIB em 1987 de 3,5%, o que colidia com as aspirações do partido governista e, de seu antecessor de crescer 7% neste mesmo ano. Demonstrou a disposição de voltar a dialogar com o FMI se isto se impusesse como absolutamente necessário à renegociação com os bancos credores, embora fosse encontrar forte oposição no seu próprio partido político à iniciativa. Anunciou e promoveu uma mididesvalorização do cruzado de 7,5% em 1º de maio, o que foi percebido como mais um passo em direção a uma política econômica de cunho ortodoxo, repelida pelo PMDB. Tendo manifestado simpatia pela opção do “choque heterodoxo”, não conseguiria conter as sucessivas ondas de rumores sobre um iminente congelamento de preços." (Modiano; Carneiro, 2014, p. 533).

O Plano Bresser, apresentado em 12 de junho de 1987, foi divulgado à população como um programa de estabilização econômica que adotava uma abordagem híbrida, incorporando elementos tanto ortodoxos quanto heterodoxos na luta contra a inflação. Diferentemente do Plano Cruzado original, este novo programa não tinha como objetivo alcançar a 'inflação zero' nem eliminar completamente a indexação na economia. Sua meta era promover um choque deflacionário por meio da eliminação da escala móvel salarial e manter taxas de inflação mais baixas por meio da redução do déficit público.

Em contraste com o Plano Cruzado original, o Plano Bresser anunciou a adoção de políticas monetárias e fiscais ativas. A curto prazo, o governo planejava implementar taxas de juros reais positivas para desencorajar a especulação com estoques e o consumo de bens duráveis, bem como para controlar o fluxo de aplicações financeiras para o mercado paralelo do dólar.

No que diz respeito à política fiscal, o programa buscava reduzir o déficit público em 1987 de aproximadamente 6,7% do PIB projetados para cerca de 3,5% do PIB. No entanto, as primeiras medidas anunciadas resultariam em uma redução apenas modesta: o aumento das tarifas públicas geraria uma receita adicional equivalente a 0,8% do PIB, e a eliminação do subsídio do trigo levaria a uma economia de gastos de cerca de 0,4% do PIB. Posteriormente,

o Plano de Coerência Macroeconômica proporia cortes adicionais no déficit do setor público. Os responsáveis pela execução do plano acreditavam que o adiamento de alguns projetos de investimento público sem fundos orçamentados ajudaria a criar uma nova imagem de austeridade para o governo (Modiano; Carneiro, 2014 p. 536).

Além disso, para o ano subsequente, o Plano Bresser assumia compromissos adicionais que incluíam: a garantia da independência do Banco Central na formulação e execução da política monetária; a vedação das emissões de moeda como fonte de financiamento dos déficits do Tesouro; a obrigatoriedade de prévia orçamentação de todas as despesas do governo; e a consolidação dos diversos orçamentos do governo em um único orçamento unificado (Modiano e Carneiro, 2014, p. 546).

O Plano Bresser, por sua vez, focou mais em medidas como congelamento de preços e salários para controlar a inflação, sem avançar substancialmente na questão da dívida externa. Bresser começou a desenhar uma proposta de securitização da dívida, mas que não avançou. A ideia de securitização da dívida envolvia a conversão de dívidas existentes, muitas vezes em forma de empréstimos, em títulos negociáveis. Esta abordagem permite que os detentores de dívida os vendam a outros investidores, proporcionando liquidez e potencialmente reduzindo o risco de inadimplência.

No contexto do Plano Brady, desenvolvido em 1989 pelo Secretário do Tesouro dos EUA Nicholas Brady, a securitização foi usada como uma estratégia para ajudar países da América Latina a reestruturar suas dívidas externas. Os países trocaram dívidas por novos títulos, muitas vezes com garantias parciais do principal ou dos juros, o que ajudou a reduzir o fardo da dívida e a promover a estabilidade econômica.

No entanto, durante o período do Plano Bresser, a proposta de securitização de Bresser-Pereira não ganhou o apoio necessário, especialmente do então Secretário do Tesouro dos EUA, James Baker. A abordagem de Baker para a crise da dívida latino-americana, conhecida como Plano Baker, focava mais em reformas estruturais e apoio financeiro adicional, em vez de reestruturação ou securitização da dívida (Macarini, 2007).

Apesar disso, Sarney aproveita o programa seguinte ao anúncio do Plano Bresser para defender suas medidas, “(que) se destina(m) a deter a inflação galopante, a preservar o salário real dos trabalhadores, a buscar a retomada do terreno perdido e a procurar melhorar a vida de todos os brasileiros”. Além disso, exalta o aprendizado com a experiência do Plano Cruzado, inclusive dos fiscais do Sarney, que deveriam ajudar na fiscalização dos preços: “O Governo também vai ter a sua parte no Plano, o seu sacrifício. Ele vai ter que economizar, cortar gastos,

passar a pão e água. Tem de cortar subsídios, tem que ferir interesses, mas nós vamos fazer e o povo sabe que não me falta determinação.” (Sarney, 1990a, p. 317-318).

Assim, o discurso começava a se moldar as novas estratégias do governo. Desse modo, o discurso de corte de gastos e economia ganha campo, mas sem nenhum grande embate. O perfil conciliatório de Sarney conjuntamente com a tradição conservadora brasileira se mostra sempre presentes. Apesar da tentativa de emular o pacto social do cruzado com apenas essa adaptação do discurso, o fracasso do plano aconteceu rapidamente:

A inflação oficial caiu de 21,4% em junho para 3% e 6,4% em julho e agosto de 1987, respectivamente. A falta de apoio popular, após o fracasso do Plano Cruzado, e o desmantelamento dos órgãos de controle, com a liberação dos preços após fevereiro de 1987, limitaram o escopo deste segundo congelamento de preços. Assim, na prática, o Plano Bresser contava a curto prazo, do lado dos trabalhadores, com o congelamento de salários por três meses, que a nova regra de política salarial impunha, e com o esquecimento da taxa de inflação de 26,1 % de junho, que não havia sido repassada aos salários. Do lado dos empresários, o plano contava com a mudança de expectativas inflacionárias decorrente do anúncio das medidas de austeridade fiscal e rigidez monetária e da suspensão do “gatilho” salarial (Modiano e Carneiro, 2014, p. 538).

Adicionalmente, o retorno das remessas de recursos reais para o exterior, impulsionado pela recuperação dos superávits comerciais a partir de março de 1987, agravava as tensões internas. A desaceleração da demanda doméstica e a restauração da confiança na política cambial, graças à reintrodução das minidesvalorizações diárias do cruzado, reforçaram o ímpeto das exportações. “Assim, em maio de 1987, as exportações superaram US\$2 bilhões, retomando os níveis anteriores a setembro de 1986. O saldo da balança comercial passou de um déficit de US\$40 milhões em fevereiro de 1987 para um superávit de mais de US\$1,4 bilhão a partir de junho.” (Modiano e carneio, 2014, p. 539).

As pressões inflacionárias levaram o governo a tomar medidas em agosto, mesmo com o congelamento oficial ainda em vigor, reduzindo a gama de preços controlados e autorizando, em caráter de emergência, alguns ajustes limitados a 10%. O realinhamento dos preços administrados e das tarifas públicas, que teve início durante a flexibilização do Plano Bresser, desempenhou um papel significativo na rápida aceleração da taxa de inflação mensal, que saltou de 5,7% em setembro para 14,1% em dezembro (Macarini, 2009).

Ao invés de aderir às premissas caras ao liberalismo, como aquelas relacionadas ao Estado mínimo, à desregulamentação dos mercados financeiros, à privatização de empresas públicas ou estatais, à flexibilização do mercado de trabalho e outras medidas que haviam se tornado uma espécie de doutrina para enfrentar a crise econômica e promover o desenvolvimento, o Brasil parecia seguir uma trajetória oposta. A hegemonia do neoliberalismo

recebeu um apoio inesperado das reformas em curso na União Soviética a partir de março de 1985, quando Mikhail Gorbatchev assumiu a liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Essas reformas incluíram o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social na Europa e a abertura da China para a economia de mercado (Reis Filho, 2014a).

Sem apoio para implementar suas medidas, sem conseguir conter gastos e com medidas da justiça permitindo alterações nos preços, a inflação chega ao final de 1987 superior a 400%. Bresser não consegue implementar um imposto sobre ganhos de capital e se demite em 1987. Marichal (2016) também discute as diferenças nas políticas econômicas internas entre os países endividados. Enquanto o Brasil, por exemplo, tentava equilibrar reformas econômicas e proteção social, países como a Argentina enfrentavam uma instabilidade política e econômica mais severa, o que complicava a implementação de políticas coerentes de longo prazo. Assim, as razões para o fracasso de cada uma das medidas se deveram a razões distintas.

Maílson Ferreira da Nóbrega assumiu o cargo de Ministro da Fazenda do Brasil em 15 de março de 1988, com o discurso da Política feijão com arroz: “iniciou sua gestão rejeitando a alternativa do “choque heterodoxo” e anunciando metas mais modestas: estabilização da inflação em 15% ao mês e redução gradual do déficit público, projetado em 7-8% do PIB para 1988.” (Modiano, 2014, p. 541)

A constante declaração de que o governo não implementaria um novo congelamento de preços contribuiu para manter as taxas de inflação durante todo o primeiro semestre do ano abaixo de 20% ao mês. A estratégia bem-sucedida da política econômica em "não inventar moda" foi eficaz em evitar, a curto prazo, uma explosão inflacionária, embora tenha resultado no retorno das taxas de inflação aos níveis anteriores ao lançamento do Plano Bresser. A desaceleração da demanda agregada, juntamente com o controle das datas de reajuste dos preços públicos, conseguiu manter a taxa de inflação no primeiro trimestre de 1988 entre 16% e 18% ao mês. No entanto, no segundo trimestre do ano, as taxas mensais de inflação voltaram a superar os 19% em abril e junho, devido ao aumento da velocidade de correção dos preços públicos e a um impacto adverso provocado por um choque agrícola que elevou os preços (Modiano, 2014).

As negociações externas foram focadas na busca por novos recursos financeiros, na redução das taxas de juros e no refinanciamento do valor principal da dívida. O país abandonou sua moratória e concordou em efetuar pagamentos de juros em janeiro e fevereiro de 1988 sem exigir contrapartidas. Como resultado desses esforços, o Brasil conseguiu obter aproximadamente 1,4 bilhão de dólares em 1988 e 1989, regularizando sua situação no cenário financeiro internacional (Macarini, 2009).

No final de junho de 1988, finalmente foi alcançado um acordo preliminar para a dívida externa, marcando o retorno do Brasil ao modelo convencional de renegociação. No entanto, em termos de aporte de recursos, o acordo foi relativamente modesto. Dos 5,2 bilhões de dólares em "dinheiro novo" prometidos, o primeiro desembolso, cerca de 4 bilhões de dólares em novembro de 1988, serviu principalmente para quitar os juros acumulados durante o período da moratória. Os outros dois desembolsos ficaram condicionados a acordos com o Banco Mundial (BIRD) para financiamento de projetos específicos e, até abril de 1989, ainda não haviam sido liberados. No entanto, não consegue cumprir metas monetárias, o que leva a interrupção da ajuda do FMI e das negociações com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (Modiano, 2014).

Nesse momento a estratégia no programa começa a sofrer mudanças. Os constantes anúncios sobre dados econômicos são deixados de lado, demarcando a estratégia de Sarney de omitir pautas negativas no programa. Essa mudança pode ser vista como uma estratégia de omissão, que tem implicações importantes na análise de discurso, particularmente no contexto das teorias de discurso de Michel Pêcheux. No contexto da análise de discurso de Pêcheux, as omissões são consideradas formas de poder e controle ideológico. A omissão seletiva de informações ou a ênfase em determinados aspectos da realidade podem moldar a percepção pública e influenciar a construção de significados. Portanto, quando Sarney opta por omitir pautas negativas em seu programa de comunicação, ele está exercendo uma estratégia de controle ideológico, influenciando a maneira como o público percebe a realidade econômica e política (Pêcheux, 2002).

Além disso, a mudança na estratégia também pode ser vista como uma forma de manipulação discursiva, já que a ênfase é deslocada para informações mais favoráveis, criando uma narrativa específica que serve aos interesses do governo. Essas omissões podem distorcer a compreensão pública da realidade e moldar a opinião das pessoas de acordo com a perspectiva do governo. Portanto, a frase em questão destaca a importância das omissões no discurso de Sarney, ilustrando como a manipulação discursiva e o controle ideológico por meio da omissão de informações desempenham um papel significativo na análise de discurso.

A desvinculação da economia, independentemente da alternativa escolhida, necessitava de um compromisso social reforçado que já estava recomeçando a ser negociado entre empresários e trabalhadores. Aumentos de preços adotados como medida defensiva contra a possibilidade de um congelamento, juntamente com a escassez de carne devido à entressafra, resultaram em um novo recorde na taxa de inflação em outubro, atingindo 27,2% (Modiano, 2014).

Em outubro de 1988 a nova Constituição brasileira foi promulgada com novidades para a área econômica:

Em matéria econômica, a nova Constituição ainda aumentou as vinculações da receita, ampliou e enrijeceu os gastos do governo federal, e encareceu o custo da mão de obra para os setores produtivos privado e público. A redistribuição de cerca de 25% da receita da União em favor dos estados e municípios, sem a contra partida de uma transferência equivalente de encargos, ampliou as necessidades de financiamento do setor público lato sensu. A estabilidade adquirida pelos funcionários públicos com mais de cinco anos de serviço exemplifica o enrijecimento das despesas de pessoal (Modiano, 2014, p. 544).

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o país enfrentou uma série de dificuldades relacionadas à gestão das finanças públicas e à conciliação de políticas econômicas. A Constituição estabeleceu um conjunto de obrigações e direitos sociais que representaram um avanço importante em termos de garantia de benefícios e proteção dos cidadãos. No entanto, essas obrigações também trouxeram desafios significativos.

Essas restrições orçamentárias também contribuíram para pressões inflacionárias, uma vez que o governo muitas vezes teve que recorrer à impressão de dinheiro para financiar seus compromissos. As medidas que aumentaram os gastos públicos e vincularam a receita contribuíram para esse cenário.

Além disso, a nova Constituição estabeleceu uma série de direitos sociais, o que exigiu investimentos significativos em áreas como educação, saúde e previdência social. As dificuldades financeiras e a necessidade de tomar decisões impopulares, como cortes de gastos ou reformas tributárias, levariam a conflitos políticos e debates intensos no Congresso e na sociedade. Encontrar um equilíbrio entre a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição e a busca por políticas econômicas mais alinhadas com o neoliberalismo representou um grande desafio para o governo e os legisladores (Salomão, 2016).

Esse conflito aparecia no programa, como fica claro no seu discurso falando de Mailson da Nóbrega:

Quando o chamei, também dei-lhe uma recomendação clara: O Brasil não pode parar. É tudo se precisa fazer para enfrentar a crise econômica e evitar o desemprego e a recessão. Temos que vencer a inflação, esmagar este monstro que vem corroendo a nossa economia, corroendo os salários dos trabalhadores e que não é um fenômeno só da inflação recrudescer neste ano que passou. Temos que reduzir os gastos de setores do Governo que não seguem o exemplo da austeridade que procuro dar na Presidência da República (Sarney, 1990b, p. 35).

O governo, então, propôs um novo pacto social, já que desejava realizar os ajustes, mas manter o apoio dos trabalhadores:

Os termos deste pacto social compreendiam: reajustes das tarifas e dos preços públicos e privados até o limite máximo de 26,5% no período compreendido entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 1988 e de 25% entre 3 de dezembro e 2 de janeiro de 1989; a observação de um prazo mínimo de 30 dias para os reajustes de preços contados a partir de 3 de outubro de 1988; o acompanhamento pelos signatários dos reajustes de preços de uma lista de 94 produtos básicos; a revisão da sistemática de reajustes dos salários, evidenciada a queda da inflação no prazo de 60 dias; e um vago compromisso do governo de apresentar em 30 dias uma proposta de saneamento das finanças públicas (Modiano, 2014, p. 545).

O principal mérito do pacto social consistiu em conter temporariamente a ameaça da hiperinflação. A timidez das metas inflacionárias acordadas refletem nitidamente as dificuldades em romper a inércia inflacionária por consenso, distribuindo de forma equânime as perdas e os ganhos inerentes a uma queda substantiva da inflação.

O pacto social começou a perder vigor durante o mês de novembro, e já no início de dezembro os empresários alegavam que os preços estavam defasados em relação aos custos, pressionando por medidas para sanear as finanças públicas. O governo, por sua vez, mostrava descontentamento com a estrita observação dos limites do pacto no que dizia respeito aos reajustes das tarifas públicas. Os trabalhadores, por sua parte, acusavam os empresários de não respeitar os limites do compromisso e demandavam o aumento real de salários que havia sido prometido como resultado da gradual redução da inflação (Modiano, 2014, p. 545-546).

Sarney, no entanto, continuava a buscar apoio e exaltar o Plano Bresser como continuidade do Plano Cruzado:

A grande revolução social do Brasil, portanto, começou com o Plano Cruzado que, devo repetir, não fracassou. Ele foi derrotado pela falta de apoio político, pelos especuladores, por aqueles que defendem a terra arrasada e que promoveram mais de duas mil greves para desestabilizar. Mas foi com o Plano Cruzado que começou a maior distribuição de renda da História do Brasil. E hoje muitos me combatem porque dei ao Brasil um ano de felicidade durante o tempo do Plano Cruzado, que não foi sustentado, que não teve continuidade, como eu disse, porque foi derrotado pelas forças poderosas que contra ele se colocaram.” (Sarney, 1990b, p. 244)

A situação, no entanto, estava se deteriorando rapidamente: “Na quinzena que precedeu o lançamento de um novo programa anti-inflacionário – isto é, o Plano Verão, divulgado em 15 de janeiro de 1989 -, a inflação diária chegou a 1,4% ao dia o que equivale a uma taxa anual de cerca de 15.000%.” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 101). Nesse contexto, não restou outra alternativa a não ser uma mudança na política econômica.

3.4 Plano Verão

O Plano Verão foi anunciado em 15 de janeiro de 1989 e marcou uma mudança significativa na estratégia econômica do governo brasileiro da época. Diferentemente das

medidas anterior de Maílson da Nóbrega, mais paulatinas e conhecidas como "feijão com arroz", o Plano Verão optou por medidas heterodoxas para tentar controlar a hiperinflação que assolava o país.

Uma das principais medidas do Plano Verão foi a implementação de um novo congelamento de preços e salários sem tempo determinado, sendo mais parecido nesse aspecto com o Plano Cruzado do que com o Plano Bresser. Além disso, o plano buscou eliminar a indexação, exceto para a poupança, uma prática comum que atrelava os valores de diversos ativos à inflação. Para marcar essa mudança, o governo introduziu uma nova moeda, o "cruzado novo", equivalente a 1.000 cruzados. Essa troca visava simplificar os valores monetários e, de certa forma, criar uma sensação de estabilidade. O plano também restringiu o acesso ao crédito como uma forma de conter a expansão da moeda e controlar a demanda agregada.

Outra medida importante foi uma nova desvalorização da moeda e a centralização cambial, ou seja, o governo passou a ter maior controle sobre as taxas de câmbio e as operações de câmbio. Além disso, as taxas de juros foram mantidas em níveis elevados para combater a inflação, incentivando as pessoas a manterem seus recursos em investimentos financeiros em vez de gastá-los. Porém, em contraste com os Planos Cruzado e Bresser, o Plano Verão não estabelecia a priori uma nova regra para os reajustes salariais. Esta seria decidida em conjunto com os representantes dos empresários e trabalhadores que participavam das negociações do pacto social (Modiano, 2014, p. 548).

Além disso, o plano propôs um ajuste fiscal mais claro, diferentemente dos planos anteriores:

O ajuste fiscal proposto pelo governo junto com o Plano Verão deveria atuar em quatro frentes: redução das despesas de custeio através de uma ampla reforma administrativa, que incluiria a extinção de cinco ministérios; redução das despesas de pessoal através da demissão de funcionários públicos; redução do setor produtivo estatal através de um amplo programa de privatização; rigidez na programação e execução financeira do Tesouro, através de limitações à emissão de títulos da dívida pública e à realização de despesas não financeiras de acordo com a disponibilidade de caixa (Modiano, 2014, p. 550).

Na edição seguinte ao anúncio, apenas 5 dias depois, Sarney fala das medidas e não menciona o nome 'Plano Verão', mas sim 'Novo Cruzado', destacando o constante saudosismo com o sucesso que o Plano Cruzado havia trazido. Ele começa justificando que "Como todos sabem, a inflação não começou no meu Governo. Nem a dívida externa começou também no meu Governo. Quando assumi, a inflação já era elevada e o Brasil tinha a maior dívida externa do mundo e tínhamos uma grande dívida interna.". Assim, buscava se eximir da culpa sobre quaisquer problemas econômicos no momento sem, entretanto, mencionar que diversos

indicadores haviam piorado na sua presidência. Além disso, também enfatiza bastante as medidas de cortes de gastos novamente reforçando a virada na comunicação em prol de um lidei discurso mais austero sem abandonar o pacto social ou o discurso em prol de medidas em favor dos trabalhadores e dos mais pobres (Sarney, 1990b, p.293-295).

A análise de discurso permite a compreensão de que “A relação entre um discurso e suas condições de emergência não é linear, algumas vezes as condições iniciais desaparecem e o discurso permanece, outras o fenômeno se dá ao inverno, mantêm-se as condições e o discurso perde sua capacidade de interpelar.” (Brandão, 2012, p. 39). Assim, apesar do momento indicar baixíssima aprovação do governo e dos novos planos indicar uma série de cortes, o presidente continua a tentar emular um pacto social nos moldes do Plano Cruzado, que envolviam um repúdio a recessão e um aumento de benefícios ao governo.

Desde logo a sociedade exploraria os aspectos artificiais e temporários do programa, especulando sobre o fôlego das contas públicas para a consecução de uma política de juros reais elevados, sobre as dificuldades políticas envolvidas no ajuste fiscal anunciado num ano eleitoral e sobre a duração e o escopo do congelamento de preços.

A implementação do Plano Verão tinha como objetivo inicial a criação de um período de dois a três meses com taxas de inflação baixas, ao mesmo tempo em que a economia seria desindexada. Isso visava induzir os agentes econômicos a reconsiderar as periodicidades dos reajustes, bem como a discutir as futuras regras de indexação. Nesse estágio, o governo também planejava aprofundar o ajuste fiscal. Para conter a inflação, as taxas de juros foram mantidas em patamares elevados, com a intenção de promover uma recessão controlada a curto prazo, o que facilitaria a eliminação gradual do congelamento de preços. O congelamento de preços seria realizado em etapas menores e de curta duração, permitindo uma avaliação cuidadosa do equilíbrio de preços na economia (Modiano, 2014).

No entanto, os resultados iniciais não foram os esperados:

Os resultados dos primeiros meses do Plano Verão não corresponderam às expectativas do governo. A variação oficial do IPC em fevereiro ficou em 3,6%. Porém, já em março, segundo mês do congelamento, a inflação alcançou 6,1%, influenciando negativamente o curso das negociações sobre as novas regras de indexação da economia. Sem o braço da política fiscal, cujo ajuste anunciado não se materializou, o governo se viu obrigado a manter as taxas de juros excessivamente elevadas por um período mais longo do que previsto inicialmente, o que agravou ainda mais o desequilíbrio fiscal. Segundo estimativas do próprio governo, o custo da conta de juros da dívida interna após o Plano Verão deveria alcançar 3% a 4% do PIB em 1989, o que sinalizaria um déficit operacional para o setor público da ordem de 6% a 7% do PIB. Em bases anuais o déficit operacional de fato acabou alcançando, em 1989, 6,9% do PIB em comparação com 4,8% no ano anterior (Modiano, 2014, p. 551-552).

Ademais, a falta de credibilidade no programa também estimulou o consumo, pois a percepção da fragilidade e da temporariedade do congelamento surgiu mais cedo do que o esperado. Isso resultou em um cenário no qual a recessão prevista pelo Plano Verão, que consolidaria a estabilização dos preços, não se materializou. Na mesma ocasião, o governo estabeleceu as regras do descongelamento: após a primeira revisão dos preços, sem data marcada, a ser autorizada pelo ministro da Fazenda, os reajustes só poderiam ocorrer em intervalos de 90 dias, exceto em casos excepcionais (Modiano, 2014, p. 556).

As medidas, porém, não surtiram o efeito desejado:

De acordo com a estratégia anunciada pelo governo de só manter sob controle oficial os preços dos segmentos oligopolistas e monopolistas, foram liberados diversos preços de setores classificados como competitivos. Como era esperado, o descongelamento provocou uma forte aceleração da inflação ainda em maio, com a taxa oficial, medida entre os dias 15 de abril e 14 de maio, alcançando 9,9% no mês. Dado que os percentuais de reajustes dos preços administrados a partir de maio variaram na faixa de 15% a 25%, estimava-se uma taxa de inflação não inferior a 15% em junho, sancionada pela elevação das taxas de juros do mercado aberto no início de junho e excedida pelos mais de 20% de fato verificados. A inflação no segundo semestre escalou rapidamente: mais de 30% em agosto, de 40% em outubro, de 50% em dezembro. Em fevereiro de 1990 alcançou mais de 70% e, em março, o pico de 84%, ou seja mais de 4.800% nos últimos 12 meses (Modiano, 2014, p. 554).

A comparação entre o fracasso do Plano Primavera argentino e o desempenho do Plano Verão no Brasil suscitou especulações e preocupações quanto às possíveis consequências econômicas, políticas e sociais deste último. O Plano Primavera na Argentina resultou em uma hiperinflação e em massivos déficits públicos, levando a uma situação de crise financeira. A explosão inflacionária tornou-se insustentável, atingindo níveis alarmantes de 100% ao mês e quase 12.000% ao ano em junho de 1989 (THE ASCENT OF MONEY | PART 4, 2008).

O desdobramento da crise financeira na Argentina incluiu a moratória da dívida, com a incapacidade de pagar as obrigações externas, bem como o esgotamento dos recursos para imprimir dinheiro. Essa situação refletiu a gravidade da crise econômica e financeira no país vizinho.

Esses eventos na Argentina serviram como um alerta e alimentaram as preocupações no Brasil em relação ao Plano Verão. Havia o temor de que o Brasil também pudesse enfrentar desafios semelhantes, como déficits públicos crescentes e uma escalada da inflação, caso o Plano Verão não conseguisse conter a hiperinflação e estabilizar a economia brasileira. A comparação com a situação argentina despertou inquietações sobre as consequências econômicas e políticas que o Brasil poderia enfrentar se o plano não tivesse sucesso (Marichal, 2016).

Tudo isso aconteceu em meio as primeiras eleições livres e diretas para Presidente após a Ditadura Militar. A campanha foi intensa e polarizada, com debates acalorados sobre a direção futura do Brasil. A eleição também foi marcada pelo uso inovador da televisão, que desempenhou um papel fundamental na forma como os candidatos comunicavam suas mensagens e se conectavam com o eleitorado.

A campanha eleitoral para a presidência do Brasil em 1989 foi uma das mais concorridas da história do país, com mais de vinte candidatos disputando o cargo. Um dos candidatos notáveis foi Ulysses Guimarães, uma figura proeminente na política brasileira e membro do PMDB. No entanto, sua candidatura sofreu um revés significativo, em grande parte devido à sua associação com o presidente José Sarney. Guimarães, tendo apoiado e fortalecido politicamente Sarney durante seu mandato, acabou pagando um preço alto por essa aliança. Sua candidatura foi marcada por altos níveis de rejeição, superados apenas por Paulo Maluf, e ele acabou sendo marginalizado dentro do próprio PMDB, com a justificativa de que era velho demais para governar o país (Schwarcz; Starling, 2015, p. 492).

Além disso, a campanha também foi marcada pela intensa disputa pelo voto anti-Collor. Fernando Collor de Mello emergiu como um candidato controverso, e muitos eleitores buscavam uma alternativa a ele. Neste contexto, a competição pelo posicionamento como a principal alternativa a Collor foi principalmente entre Leonel Brizola, do PDT, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Ambos os candidatos representavam plataformas de esquerda, com Brizola tendo um histórico de longa data na política brasileira e Lula emergindo como uma nova voz no cenário político, representando as classes trabalhadoras e movimentos sociais.

Recebendo críticas de todos os lados principalmente por sua condução econômica, o governo retomou o mote da política feijão com arroz e buscou afastar os temores de hiperinflação:

Continuamos a ser vítimas de uma permanente onda de boatos de catastrofismo e profecias sobre a hiperinflação. Aliás, eu já não estranho, porque desde que assumi o Governo, como tenho dito, todo o dia, segmentos não perfeitamente identificados não fazem outra coisa senão anunciar o caos. Graças a Deus o caos nunca chegou e não chegará. O Brasil não é um país do caos. Embora tenhamos uma inflação alta, esta inflação indesejável, brutal, injusta e calamitosa, que sou o primeiro a condenar, adotamos sempre a linha de proteger principalmente duas coisas: o desenvolvimento e o emprego – o salário do trabalhador, principalmente o de baixa renda (Sarney, 1990b, p.415)

Assim, Sarney continuava a repetir as mesmas estratégias discursivas. Identificar os problemas econômicos como legados de governos anteriores, sem identificar propriamente os culpados, já que ele mesmo fora um grande aliado da Ditadura. Além disso, buscava culpar a falta de colaboração pela não resolução dos problemas, já que em sua visão não havia erros

técnicos em suas medidas. Por último, buscava exaltar suas medidas para o campo social com a proteção dos mais pobres mesmo em meio à crise. Assim, Sarney representa um exemplo da cultura política conciliatória descrita por Rodrigo Patto Sá Motta. Essa cultura se caracteriza pela busca de equilíbrio, negociação e compromisso, em vez de confronto direto ou medidas extremas.

Dentro dessa tradição conciliatória, Sarney buscou incessantemente repetir o sucesso dos fiscais de Sarney durante o Plano Cruzado. Buscava exaltar seu “pacto social”, que envolvia a estabilidade econômica conjuntamente com um crescimento robusto que permitisse uma série de medidas sociais como a valorização dos salários, o incremento no emprego e outras medidas como o vale transporte. Isso pode ser visto nos lançamentos de suas medidas, quase sempre colocadas como meras continuidades do Plano Cruzado. Isso também refletia uma visão sobre o Estado que o colocava enquanto um elemento central na organização, apoio e gerência da econômica.

Em resposta aos desafios que emergiam, a abordagem adotada frequentemente consistia em negar, ocultar ou atribuir a responsabilidade a um legado problemático ou à falta de cooperação. Observou-se uma ligeira alteração na direção política a partir da implementação do Plano Bresser, momento em que se adotou uma postura mais austera na gestão econômica. Contudo, essa mudança foi discreta e continuou alinhada com o esforço de conciliar os interesses econômicos com a preservação das prioridades sociais.

A nova orientação do pacto social também substituiu o eixo “Presidente/Indivíduos” por um grande acordo que envolveria o governo e as entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários. Todavia, as dificuldades impostas pelo contexto econômico e social e a falta de tradição política na costura de tal medida acabaram emperrando qualquer política nesse sentido.

Assim, seu discurso se encaixa nitidamente no que Pêcheux chama de discurso político, que não apenas transmite mensagens políticas, mas também é uma ferramenta para construir a realidade social, moldar identidades e relações de poder, e influenciar a percepção e o comportamento das pessoas. A sua proposta era se constituir enquanto um mero árbitro do pacto social sem qualquer tipo de interesses individuais e políticos (Pêcheux, 2011).

4 OUTRAS FACETAS

O presente capítulo busca analisar os discursos de Sarney em outras áreas para além da economia. Nesse sentido, buscou-se escolher os temas que tiveram maior destaque no período e nas edições do programa. Assim sendo, o primeiro item explora a questão social e a relação com os trabalhadores, o segundo examina o discurso voltado para o campo e a reforma agrária e a última parte investiga como é abordado o tema da transição democrática no programa.

4.1 Tudo pelo social

A escolha do tema do tema social envolve todo enfoque que o governo atribuía ao tema. O aspecto social aparece de forma evidente em 111 dos 226 programas analisados, sendo que a pesquisa considerou para fins de quantificação as edições que faziam menções explícitas a programas sociais no Brasil ou que mencionavam também de forma evidente alguma situação social do país, como ao abordar a educação. Além da ênfase dada na atração, a escolha do lema *Tudo pelo Social* demonstra a importância do tema para que Sarney buscasse alavancar sua popularidade, que no início do mandato estava baixíssima.

Para fins de divisão, esta seção demarcará como o programa era utilizado para criar um diálogo constante entre os trabalhadores e o presidente, emulando o pacto social já exemplificado nos primeiros itens. Assim sendo, são evidenciados através de uma bibliografia selecionada os aspectos gerais da vida do trabalhador brasileiro durante o período, buscando contrastar essa realidade com o discurso de Sarney. Além disso, é realizada uma abordagem geral sobre o tema, focando nos programas sociais, para então escrutinar como o governo procurava divulgar a criação de projetos sociais e as ações de sua gestão para alavancar seu apoio perante a população. Por fim, é realizada uma análise sobre a relação que o presidente buscava criar com os trabalhadores.

O objetivo inicial é demonstrar de forma sucinta como a situação social do país se encontrava e contrastar este aspecto com a ampla divulgação de projetos sociais pelo governo em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Esta divulgação não era acidental, mas revelava a aposta de Sarney em construir seu apoio nas ruas em um momento de ampla instabilidade econômica, social e institucional

Conforme Prado e Leopoldi (2018, p. 18) elucidam:

A década de 1980 – e, em especial, o governo Sarney – é um momento de inflexão da trajetória de longo prazo da economia brasileira. Por meio século, desde a recuperação

da Grande Depressão na década de 1930, a economia brasileira empreendeu um longo processo de convergência em direção ao nível de renda de economias mais desenvolvidas. Isso se deu através de uma elevada taxa de crescimento da renda per capita e de mudanças estruturais na sua economia. Ou seja, de um país essencialmente agrário, com um pequeno parque industrial têxtil, até a década de 1920, a economia brasileira no início da década de 1980 alcançou um nível de complexidade e diversificação de sua estrutural sem precedente entre os países em desenvolvimento.

A grande expansão brasileira, porém, não se deu sem diversas tensões e assimetrias. “Em especial, o crescimento econômico brasileiro deu-se com o aprofundamento de um processo de exclusão de importantes setores da sociedade brasileira, caracterizando-se como um dos países de renda mais concentrada do mundo.” (Prado; Leopoldi, 2018, p. 78). Outra questão é que o desenvolvimento do país trouxe consigo o pesado fardo das assimetrias regionais. Houve a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a inspiração de Celso Furtado, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que constituíam buscas por um novo modelo de expansão para o país que ocorresse de forma mais uniforme, mas que acabou não chegando aos resultados esperados (Prado; Leopoldi, 2018, p. 78-79).

Outro aspecto importante de se mencionar é que as políticas recessivas do começo da década de 1980 alteraram profundamente o mercado de trabalho, como demonstra Arandia (1991, p. 150):

Desse modo, o ajuste ortodoxo do período 1981-83, ao afetar mais intensamente as pequenas e médias empresas — em decorrência dos efeitos da política de estabilização adotada e no contexto de uma conjuntura recessiva —, deu-se às custas de uma elevada taxa de desemprego e da falência de inúmeras empresas, principalmente de pequeno e médio portes. Novamente, a região mais atingida, nesse período, foi a Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, onde se concentram aproximadamente 60% do emprego formal e dois terços da indústria de transformação do País, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei nº 4.923/65).

A insurgência de novos atores no cenário político nacional durante a crise dos anos 80 é notória, uma vez que desejavam melhores condições de vida, como aborda Teixeira (2007, p. 270): “Um novo personagem surgiu, sob o governo Figueiredo, com toda a força no cenário político: as lideranças sindicais. O cenário econômico encontrado por Figueiredo era de crise financeira avançada, com dezenas de greves e exigências de aumentos salariais”.

No entanto, como o capítulo anterior mostrou, Sarney não tolerava muito os movimentos organizados que estavam em constante atrito com os governos, principalmente a partir da crise econômica da presidência de Figueiredo. Dessa forma, apesar da ascensão desses movimentos, o foco da atenção e publicidade governamental parecia se direcionar à população não mobilizada, buscando seu respaldo incondicional. Na 11ª edição, em 03 de janeiro de 1986,

fica evidente a política de Sarney quando comenta que “Nossa prioridade, a grande prioridade, é o social. Não somente para esvaziar tensões, num projeto de curto prazo. Nosso objetivo é criar uma sociedade justa.” (Sarney, 1990a, p. 49). Evidenciava assim a prioridade da administração, pelo menos em seu discurso, que era a área social. Também salientava que havia um projeto pautado por uma sociedade mais justa, quando na verdade o projeto de governo propunha esvaziar as tensões da sociedade em um enorme pacto nacional calcado inclusive em medidas de caráter assistencial e que envolveria o eixo “Presidente/indivíduos”.

Na 7ª edição, em 6 de dezembro de 1985, Sarney deixava claro qual seria a prioridade do seu governo a partir do ano seguinte, “Quero que 1986 seja o ano brasileiro dos programas sociais.”, e acrescentou, “É o maior esforço já feito, em qualquer governo, em favor da área social. 1986 será o ano dos programas sociais. É a opção pelos pobres de que tenho falado sempre.”. Ficava evidente, assim, o porquê de o lema governamental ter priorizado a área social. Para além dessa temática, as edições também abordavam o seu programa de distribuição de um litro de leite para trabalhadores que ganhavam até 2 salários mínimos e da mesma forma um projeto federal de distribuição de cerca de 40 remédios. Por fim, é anunciado um projeto de merenda escolar que funcionaria até mesmo nas férias, algo bastante inovador para época, uma vez que sequer o ensino havia sido universalizado ou se encontrava em boas condições (Sarney, 1990a, p. 39-41).

No programa seguinte em 13 de dezembro de 1985, ele anuncia o vale-transporte “O vale-transporte é um instrumento de cooperação, em que os patrões beneficiam seus trabalhadores e o Governo deixa de cobrar impostos sobre as quantias aplicadas em tal fim.”. Assim, exalta uma colaboração nacional aos moldes do pacto social tão aventado em sua comunicação. Em troca da estabilidade econômica e de avanços sociais, a população apoiaria suas medidas.

O cenário para educação, naquele momento, não era o mais otimista. Apesar da consolidação do sistema universitário, a expansão das vagas durante a ditadura militar se deu prioritariamente de forma precarizada e no setor privado, deixando sequelas duradouras para a educação. Conforme Echeverría (2001, p. 342):

O país estava mal em diversos índices. Na área de educação, a ditadura militar realizou grandes estragos. Durante o governo Sarney, 25 milhões de pessoas eram analfabetas e 30 milhões não compreendiam o que liam. Metade da população era composta de analfabetos e semianalfabetos.

Conforme a autora destaca, a conjuntura da educação no país era bastante caótica e não poderia ser ignorada pela administração. Na 43ª edição, em 05 de setembro de 1986, Sarney

anuncia com louros os feitos da Fundação Educar, buscando demonstrar que não estava paralisado na área. Além disso, é anunciado o lançamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), que tinha em seu foco o progresso social e econômico do país, sendo um de seus objetivos a melhora e expansão do sistema de ensino público. No entanto, conforme destaca Matos (2002, p. 71-73), o plano elencava os objetivos de forma difusa e não exibia qualquer proposta mensurável, algo que coaduna com a argumentação de que o foco social se mantinha mais no discurso que na realidade prática.

O I PND-NR foi um programa econômico ambicioso lançado no Brasil com o objetivo de revitalizar a economia do país após anos de regime militar e instabilidade econômica. Uma das poucas metas centrais do plano era alcançar um crescimento anual de 6% no Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de um período de três anos. Para atingir este objetivo, o plano propunha uma série de medidas e investimentos, com foco especial na atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O BNDES, um dos principais instrumentos de política econômica do governo, foi colocado no centro deste plano de desenvolvimento. O objetivo era que o banco desempenhasse um papel fundamental na mobilização de recursos e no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento industrial. O FAT, por sua vez, foi concebido como uma fonte de financiamento para programas de apoio ao emprego e qualificação da mão de obra, além de servir como um fundo para sustentar investimentos em áreas-chave para o crescimento econômico (Giambiagi, 2017).

Entretanto, o plano enfrentou diversos desafios e críticas, especialmente no que diz respeito à sua implementação e aos impactos de suas políticas. Enquanto as metas de crescimento eram ambiciosas, o Brasil ainda lidava com problemas estruturais profundos, como alta inflação, dívida pública crescente e desafios sociais significativos. Além disso, as discussões sobre a indústria de informática muitas vezes esbarravam em questões sobre protecionismo versus abertura de mercado, bem como na capacidade do país de competir no cenário tecnológico global.

Ainda sobre a educação, na 49ª edição do programa, em 17 de outubro de 1986, Sarney fala a respeito da parceria tecida com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em busca da criação de 3500 novas creches, novamente demonstrando o empenho de Sarney em anunciar novas medidas sociais a menos de um mês para as eleições de novembro de 1986 (Sarney, 1990a, p. 185-188).

Como salienta Ferreira (2018, p. 55):

Em seu governo, medidas que beneficiaram os trabalhadores foram implementadas – algumas delas vigentes até hoje –, enquanto outras foram reformuladas – como seguro-desemprego, distribuição gratuita de certo número de medicamentos, vale-transporte, Lei de Incentivo à cultura, aumento da oferta de merenda escolar, entre outras.

Apesar dessas inúmeras medidas, que também incluíam diversas políticas de auxílios para o setor agrícola, medidas de distribuição de alimento e programas de vacinação como contra a poliomielite, ficava claro que a grande ênfase dada aos projetos sociais no governo Sarney não eram somente decisões que visavam trazer justiça social para o país, mas eram igualmente fruto da tentativa de constituir um pacto social que envolvesse governo e a população para equacionar as questões econômico-sociais do país. Sendo assim, o foco social se sustentava mais através do discurso do que na realidade concreta, ainda mais porque nesse primeiro momento o governo se recusava a incluir entidades representativas nesse acordo.

A explicação da origem e das modificações das instituições dada pelo neoinstitucionalismo é bastante proveitosa para analisar esse momento, já que identifica que as novas institucionalidades não surgem do nada, mas partem de uma visão de mundo e de regras que permeiam a sociedade (Hall; Taylor, 2003). Com essa concepção podemos entender melhor as contradições do discurso de Sarney, que carrega um forte enfoque social e nas liberdades civis, mas que ao mesmo tempo é dotada de inúmeras leis e influências da Ditadura Militar (Perlatto, 2015; Carvalho, 2005).

Assim, o discurso de Sarney é marcadamente ideológico para a análise de discurso:

Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de "lacunas", "silêncios", "brancos" que preservem a coerência do seu sistema (Brandão, 2012, p. 22).

Da mesma forma com que Sarney começa a exaltar o legado da transição e salientar suas políticas sociais em distinção ao que era feito na ditadura, o seu governo também evitava críticas diretas e incisivas ao período anterior, já que sua base de apoio institucional era permeada por apoiadores e ex-integrantes do antigo regime.

Esse ponto fica ainda mais notório quando é demonstrado que a divulgação dos projetos sociais ganhou ainda mais ênfase no período que antecede às eleições de 1986, ficando comprovado que a pauta social era primordial para o presidente buscar construir um consenso nacional que o apoiasse e legitimasse seus feitos. No entanto, conforme a crise econômica foi se agravando, a área social começa a perder espaço no discurso.

Assim, conquistas como o vale-transporte, o seguro-desemprego e ajustes do salário mínimo seriam amplamente exaltadas como o legado social do governo. Mesmo em momentos de restrição financeira, como durante o Plano Bresser, Sarney sempre buscou apresentar medidas de cunho positivo, como ao divulgar a expansão em 500% do orçamento da LBA (Sarney, 1990a, p.367). No entanto, o discurso social se torna cada vez mais superficial, já que a tomada de medidas efetivas era amplamente limitada pelas restrições orçamentárias.

Em relação a Constituinte, as facções mais radicais presentes na Assembleia Constituinte, entre elas o Partido dos Trabalhadores (PT), expressaram intensa crítica pela rejeição de várias propostas que consideravam fundamentais. Entre essas, estava a reivindicação histórica, originada ainda no século XIX, de reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, que acabou sendo estabelecida em 44 horas na Constituição. Outras demandas importantes, como a extinção ou remuneração em dobro das horas extras, não foram atendidas, mantendo as horas extras com uma gratificação de 50%. Além disso, a proposta de pagamento em dobro do salário durante as férias foi substituída por um abono de um terço, e a estabilidade no emprego, uma reivindicação importante dos trabalhadores, também não foi garantida como esperado.

Esses desfechos refletiram a influência e o poder da maioria do Centrão na Constituinte, um grupo de parlamentares de centro e direita. Este bloco conseguiu assegurar a manutenção de várias disposições que haviam sido formuladas durante o período da ditadura militar. A incapacidade de incorporar plenamente as reivindicações das alas mais progressistas e trabalhistas na nova Constituição evidenciou as complexidades e as disputas políticas que marcaram o processo constituinte, bem como as limitações em atender a todas as expectativas e demandas dos diferentes grupos envolvidos na elaboração do novo texto constitucional (Reis Filho, 2014a).

Assim, o governo buscou omitir boa parte desses debates no programa, procurando manter um discurso conciliatório caro a tradição brasileira:

A maior prioridade do Governo passou a ser o setor social – programas sociais estão espalhados pelo Brasil inteiro, os salários superaram o arrocho que vinham tendo até o início do meu Governo e passaram a recuperar o seu poder de compra. [...] O arrocho salarial, portanto, acabou e o esforço nosso, que é feito hoje, é de tentarmos acompanhar as perdas geradas pela alta inflação.” (Sarney, 1990b, p.183).

Portanto, Sarney buscava manter seu discurso, mesmo diante de um cenário eminentemente desfavorável. Isso também se aplicava à relação que ele propunha com os trabalhadores. Desde o começo de seu governo ficou claro que as políticas adotadas para contornar a crise econômica brasileira e as condicionalidades externas envolviam constantes

sacrifícios dos trabalhadores, muitas vezes os primeiros a terem seus salários congelados durante crises inflacionárias, além de recorrentemente perderem seus empregos devido às ações contracionistas então empregadas.

Não é sem razão, portanto, que o governo Sarney iniciou com uma proposta de se diferenciar dos anteriores. Em sua segunda edição, em 01 de novembro de 1985, o programa é utilizado para demonstrar toda a recusa ao tratamento ortodoxo da crise, identificado pela recessão e pelos poucos resultados, além de seus constantes achatamentos dos salários, como o próprio Sarney diz, “O Brasil somente terá tranquilidade social no dia em que colocar a remuneração aos trabalhadores, e todos os assalariados, num nível digno.”. Em outras palavras, desde a segunda edição, uma nítida distinção na política econômica deste governo em relação aos anteriores é estabelecida. Vale ressaltar que, como destacado na segunda seção do primeiro capítulo, em novembro de 1985, já havia uma notável sintonia entre a equipe econômica, especialmente Dilson Funaro e o presidente, demonstrando uma aversão a qualquer solução recessiva. Buscando emplacar sua concepção para além da narrativa, nesta mesma edição o presidente exalta o aumento do salário mínimo concedido e esclarece que “Há 24 anos, não era dado um aumento real do salário mínimo igual ao que foi concedido: 12% acima da inflação. [...] Esse procedimento confirma nossa opção pelos pobres e a firmeza de propósitos em corrigir injustiças.” (Sarney, 1990a, p. 29-30).

Fica evidente neste programa o empenho que o executivo tinha para construir um discurso em volta de uma administração pautada pelos pobres e trabalhadores, algo que coaduna com a escolha do seu lema, uma evidente jogada de marketing para um momento que, segundo Santana (2007, p. 285-287):

A década de 1980, caracterizada pela abertura política (em que o regime militar implantado no país em 1964 ia dando seus últimos suspiros) e pela transição para o regime democrático, pode ser considerada um período de ressurgimento, mobilização e ascensão dos movimentos dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional. [...] Vivendo um ambiente de efervescência, ela verá surgir inúmeros movimentos sociais que irão pavimentando o caminho para o processo de redemocratização. [...] Dentre esses movimentos, podem ser listados o estudantil, o de mulheres, o de bairros e contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão o caldo da luta democrática do período. Esta luta terá nos trabalhadores um sólido ponto de sustentação.

Apesar de todas as críticas possíveis ao Sarney, ele foi um político que soube permanecer no jogo político nacional por mais de 50 anos, sendo capaz de se adaptar as diferentes realidades políticas que o Brasil passou. Por conseguinte, a escolha de um lema e de uma comunicação voltada para o aspecto social se embasava em uma realidade política que

tinha nos proletários um grupo em franca ascensão, não sendo fortuita ou para a mera publicidade dos seus programas sociais.

Há de considerarmos, por exemplo, Ciclo grevista (1978-1980) e a Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e a formação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. De acordo com Santana (2007, p. 294):

Nos marcos de suas reivindicações podemos incluir desde a quase onipresente questão salarial, passando pela resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias, indo até a luta contra os sucessivos pacotes econômicos governamentais, os quais, em busca de correções nos rumos da economia – então marcada pelas altas taxas de inflação -, acertavam duros golpes nas condições de vida dos trabalhadores.

Nos anos 80, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) emergiu como uma força significativa no cenário sindical brasileiro. Durante este período, a CUT focou suas energias e estratégias principalmente em questões sindicais, enfatizando as demandas e necessidades específicas dos trabalhadores. As reivindicações giravam em torno de melhorias nas condições de trabalho, salários mais justos, direitos trabalhistas, e a luta contra as políticas econômicas que afetavam negativamente a classe trabalhadora.

Os líderes e dirigentes da CUT, durante as greves e manifestações, esforçavam-se ao máximo para manter o movimento distante das influências partidárias e políticas. Essa abordagem visava enfatizar o caráter “apolítico” e apartidário do movimento, concentrando-se exclusivamente em questões trabalhistas. O objetivo era garantir que as reivindicações sindicais não fossem ofuscadas ou desviadas por agendas políticas mais amplas, mantendo o foco nas necessidades imediatas e práticas dos trabalhadores.” (Reis Filho, 2014a).

Neste contexto, surgiu a necessidade premente entre os trabalhadores de formar um partido próprio, uma entidade política que eles mesmos pudessem estabelecer e liderar, refletindo seus interesses e aspirações. Foi neste ambiente fértil de reivindicações e lutas operárias que começou a se desenhar a ideia do que viria a ser o Partido dos Trabalhadores (PT). A criação do PT não apenas simbolizava uma nova direção política para os trabalhadores, mas também garantia a relevância das lideranças operárias emergentes naquele momento.

Este movimento foi significativo, pois marcou uma nítida diferenciação dos trabalhadores em relação a outros partidos tradicionais que representavam a esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as diversas facções do trabalhismo. Ao invés de se alinhar com estas correntes já estabelecidas, que possuíam suas próprias agendas e histórias, os trabalhadores sentiram a necessidade de uma plataforma que fosse genuinamente sua, que emergisse diretamente de suas experiências e lutas (Reis Filho, 2014a).

Assim, o PT emergiu como um partido distinto, enraizado nas realidades e desafios específicos enfrentados pelos trabalhadores brasileiros. Ele representava uma ruptura com as práticas políticas tradicionais e uma nova abordagem para a representação e defesa dos direitos dos trabalhadores. A criação do PT foi um passo crucial na politização e mobilização da classe trabalhadora no Brasil, oferecendo um canal para que suas vozes fossem ouvidas e suas demandas, atendidas no cenário político nacional (Reis Filho, 2014a).

No entanto, apesar do momento propício para os movimentos organizados, eles não encontraram uma real via de acesso ao poder federal, que enxergava os grandes movimentos de trabalhadores como obstáculos à suas políticas. Isto se demonstra logo na segunda edição, em que Sarney fala que “Ele não tem sindicato forte e ele não precisou fazer greve. O Governo correspondeu às necessidades desses trabalhadores, que são a maioria esmagadora dos assalariados brasileiros. Cumpriu o seu dever, sem receber pressão” (SARNEY, 1990a, p. 29-30). Nesta fala o presidente deixa claro a estreita via de diálogo que realmente possuía com os grupos de trabalhadores organizados, uma vez que o programa, como as primeiras seções comprovaram, procurava erigir a sua imagem como a de um estabilizador, não somente no aspecto econômico, como no que concerne as latentes tensões sociais brasileiras. Deste modo, aqueles que se movessem em pressão ou contrariamente ao governo ganhavam as pechas de “especuladores”, “sabotadores”, “pessimistas”, etc.

A Nova República foi estabelecida em março de 1985, marcando o fim de 21 anos de regime militar no Brasil. Durante a campanha eleitoral de Tancredo Neves, a ideia de um "pacto social" foi fortemente destacada, ressaltando a importância de equilibrar demandas por aumento do salário real com o objetivo de reduzir as elevadas taxas de inflação. No entanto, ao assumir o governo, a nova administração iniciou sua gestão econômica focando primariamente em medidas de austeridade fiscal e monetária. Esse enfoque indicou uma abordagem mais restritiva em relação às finanças públicas e à política monetária, em vez de priorizar as medidas de conciliação social que haviam sido prometidas durante a campanha (Modiano, 2014).

Em vista disso, a real política durante este governo pouco buscou um real diálogo com os movimentos organizados mais combativos, como a CUT. Não é à toa que o pacto social se embasava na relação entre o presidente e população enquanto indivíduos, deixando de lado as entidades representativas que estavam em ascensão e tinham aspirações que não se encaixavam com as políticas propostas por Sarney.

A partir do sucesso inicial do Plano Cruzado, o programa inicia um novo diálogo com os trabalhadores, enfatizando o enorme avanço na vida do povo trabalhador, que teve seu salário valorizado, e na economia como um todo, capaz de gerar um grande boom de consumo. Essa

exaltação do plano econômico gera na atração um esquecimento da temática social. Se das primeiras dezenove edições, quatorze mencionavam alguma temática social, o programa se dedica nas seis edições seguintes ao lançamento do Plano Cruzado sem mencionar qualquer coisa do tipo. A ênfase era no plano econômico e na busca na colaboração da população, como demonstrado na 20ª edição, de 07 de março de 1986:

Trata-se do maior voluntariado vivido na nossa História e de uma mobilização consciente, em que todos espontaneamente, demonstrando confiança no Presidente, ajudam a fazer uma fiscalização que o Governo, com todos os seus funcionários, órgãos e forças não conseguiria jamais realizar (Sarney, 1990a, p. 73-76).

Nesse sentido, Sarney buscava a construção de uma identidade e sentido de comunidade nos trabalhadores. De acordo com Starkey (2004), o rádio desempenha um papel na construção de identidades individuais e coletivas. Os programas de rádio podem refletir e moldar identidades culturais, regionais ou nacionais, influenciando a maneira como os ouvintes percebem a si mesmos e aos outros.

Conseqüentemente, o canal de diálogo com movimentos que exigissem mais do governo não era aberto, sendo somente o suporte irrestrito realmente bem-vindo nas concepções do executivo. Este ponto fica evidente na 34ª e 35ª edições do programa, respectivamente em 27 de junho de 1986 e 04 de julho de 1986, em que além de novamente aclamar o Plano Cruzado, que neste momento também tinha boa recepção do setor empresarial, Sarney concomitantemente busca acentuar como a conjugação de esforços entre o Estado e os empresários é muito importante, reforçando que quando estavam em sintonia com a política governamental eles eram tratados como heróis da nação (Sarney, 1990a, p. 123-130).

Dessa forma, o diálogo com os trabalhadores se assemelha bastante ao uso de Vargas principalmente durante o Estado Novo. O rádio não apenas informava, mas também ajudava a moldar a percepção pública sobre as ações do governo, especialmente em relação aos direitos dos trabalhadores. O discurso radiofônico servia como um elo entre o presidente e a população, transmitindo uma imagem paternalista e protetora de Vargas (Gomes, 1988). A grande diferença era que, nesse momento, o presidente se recusava a negociar o pacto social com instâncias sindicais ou patronais.

É válido ressaltar que, no que tange a expansão do mercado de trabalho a partir de 1984:

Paralelamente, verificou-se, no biênio 1984-85, uma considerável ampliação da produtividade do trabalho através, sobretudo, da introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Em decorrência, com a recuperação verificada a partir de 1984 e intensificada em 1985, somente uma parte dos postos de trabalho perdidos teria sido recuperada, enquanto o nível de atividade já seria superior ao de 1980 e boa parte da capacidade instalada voltava a ser utilizada (Arandia, 1991, p. 151).

Por consequência, apesar dos inúmeros avanços na economia que aconteceram a partir de 1984, o mercado de trabalho ainda se encontrava limitado e aquém do que fora cerca de 5 anos antes, além de lembrarmos dos inúmeros anos de políticas recessivas e de restrição salarial e do consumo, além da manutenção de altas taxas de inflação, que prejudicavam especialmente os setores mais vulneráveis da população. Parte destes problemas só seria sanado temporariamente durante a vigência do Plano Cruzado.

Um aspecto importante que marcou o período foi um aumento da informalidade:

[...] observa-se no mercado de trabalho, no ano de 1986, ao contrário do de 1985, um aumento do emprego de trabalhadores autônomos bem mais intenso do que de trabalhadores assalariados. Ou seja, enquanto estes últimos apresentaram uma elevação de 12% em 1985 contra 9,5% em 1986, o emprego dos trabalhadores autônomos cresceu cerca de 3,4% e nada menos do que 16,8% respectivamente (Arandia, 1991, p. 153).

Este efeito era causado por motivos já explicitados, uma vez que o setor informal, mais difícil de ser taxado e fiscalizado, acabava por conseguir reajustar seus preços e manter o setor produtivo, enquanto os setores formais lidavam com setores organizados dos trabalhadores, que conseguiam mais frequentemente aumentos salariais e outras benesses, além de muitos outros terem sido pegos com preços desvalorizados durante o congelamento e estavam impedidos de reajustá-los, inviabilizando sua produção. Deste modo, a expansão econômica no ano de 1986 e o crescimento do mercado de trabalho se deu mais profundamente em setores informais da economia, em empregos mais frequentemente precarizados e mal remunerados.

Mesmo assim, no final do ano, na 47ª edição, em 03 de outubro de 1986, e, portanto, já um período conturbado e marcado pelo ágio e pelo desabastecimento, Sarney mantém o discurso de exaltação da criação de empregos, anunciando que foram criados mais de um milhão e novecentos mil empregos, o que significava uma massa trabalhadora 6% maior. Com efeito, o presidente também reage contra as paralizações e as invasões de terra que estavam ocorrendo, dizendo que são fruto de sabotadores da nação. Mais uma vez a mensagem do programa enfatiza a conciliação social, além de priorizar os indivíduos que colaborem com o governo, e não movimentos que pressionam por mudanças. Na mesma edição o presidente anuncia a criação do vale-transporte dizendo “O vale-transporte é um instrumento de cooperação, em que os patrões beneficiam seus trabalhadores e o Governo deixa de cobrar impostos sobre as quantias aplicadas em tal fim.” (Sarney, 1990a, p. 177-180).

Conforme os problemas foram aparecendo no Plano Cruzado e as eleições foram chegando, a divulgação de programas de assistência social e de benefícios para a classe trabalhadora se tornam normativa. Na 44ª edição, em 12 de setembro de 1986, há o anúncio de

que o salário mínimo no início do mandato era de 25 dólares e agora seriam de 60 dólares (Sarney, 1990a, p. 173-80). Na 45ª edição há a culpabilização dos especuladores, que seriam os responsáveis pelo desabastecimento, principalmente da carne nos mercados. Como já exposto, a carne foi um dos produtos que mais faltava nos mercados e que mais sofria com o ágio. Por fim, no 46º programa, em 26 de setembro de 1986, houve o anúncio da proibição do despejo de inquilinos por alguns meses. Isso foi feito porque a crise começou a gerar uma grande onda de despejo porque os arrendadores estavam aguardando o descongelamento (Sarney, 1990a, p. 163-177). Destarte, o governo combina uma agressiva propaganda de seus feitos e de anúncio de projetos de assistência social com uma mensagem que sempre enfatiza um inimigo da nação, como os especuladores e sabotadores, que seriam os verdadeiros culpados dos principais problemas do país, como o desabastecimento e o ágio.

Como diz Votre (2019, p. 96), "Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso". Dessa forma, Sarney busca criar a imagem de um inimigo sabotador para se contrapor enquanto um presidente benevolente e bem-intencionado em uma tática política bastante clássica do rádio (Meditsch, 2005).

A personalização do discurso tornou-se uma estratégia poderosa na era moderna da comunicação. Esta técnica visa criar uma conexão mais íntima entre o emissor e o receptor, dando a impressão de que a mensagem foi feita especificamente para o indivíduo que a está recebendo. Como observado, "Hoje em dia o rádio cria a ilusão nas pessoas de que os programas são só para elas, individualmente." (Meditsch; Zucoloto, 2008, p. 165). Esta capacidade do rádio de fazer os ouvintes sentirem-se exclusivamente endereçados é uma representação nítida de como a mídia pode ser usada para estreitar laços e criar uma sensação de proximidade com seu público.

Na 48ª edição, em 10 de outubro de 1986, Sarney busca manter a confiança no Plano Cruzado, comentando que "foi a maior distribuição de renda já havida no Brasil em favor dos mais pobres. Eles estão se alimentando mais, hoje. Eles estão vivendo melhor. Eles foram vistos e considerados prioritários num programa governamental.". No mesmo programa ele também diz que:

Outro dia, também eu devo dizer, ouvi de um trabalhador rural o seguinte: "Presidente, durante quatro anos, no período mais difícil que o País passou – que todos nós sabemos, foi o período da recessão de nossa História – (ele me disse): eu passei comendo pão, café, farinha com água e açúcar. Agora, depois do Plano Cruzado, estou me alimentando de arroz e feijão." (Sarney, 1990a, p. 181-184).

A comunicação marcadamente toma um apelo emotivo, emulando a história de um trabalhador rural que é muito grato por tudo que fez Sarney, exatamente o que esperava o

presidente de seus compatriotas. Além do mais, a divulgação da distribuição de renda realizada e do aumento do salário chegam em um momento que a crise estava se estabelecendo, não sendo fortuita essa campanha de promoção das ações da gestão. No 48º programa, em 17 de outubro de 1986, o presidente anuncia que a distribuição de leite pela administração chegou a 2 milhões e 400 mil litros, sendo que a meta seria chegar aos 3 milhões ainda naquele ano e 12 milhões no final do mandato (Sarney, 1990a, p. 185-189). Era um objetivo que simbolizava a confiança em seu plano econômico e igualmente o ímpeto em se sair bem nas eleições que aconteceriam cerca de um mês adiante.

Assim, fica evidente que "O quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso; o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior do interdiscurso." (Pêcheux, 2011). Embebido em um cenário desafiador, Sarney buscava atenuar qualquer tipo de crítica e reforçar suas supostas conquistas.

Em 31 de outubro de 1986 ocorre a 51ª edição, marcada pelo conclave de Sarney pela economia de energia do país, que devido ao superaquecimento da economia era ameaçada por apagões. Além disso, estando há apenas 2 semanas das eleições, elas são tratadas como um símbolo da Nova República, que novamente conferia a noção de cidadania à sua população. Nas palavras do presidente, era preciso lembrar:

[...] que nesta eleição o povo está readquirindo, cada vez mais, a sua noção de cidadania. Uma cidadania que começa com as conquistas da Nova República. Começa também com o saneamento do alistamento eleitoral, o novo título que neste instante, todos, no Brasil inteiro, estão recolhendo (Sarney, 1990a, p. 193-197).

Assim, as eleições eram alardeadas como uma benesse que estaria sendo concedida ao povo, e não como fruto de uma luta política. Na 53ª edição, em 14 de novembro de 1986, um dia antes das eleições, Sarney exalta os 97 anos da Proclamação da República, anunciando todos os louros que ela supostamente trouxe, além de comentar sobre o fato de o país ser uma democracia racial e religiosa, buscando enfatizar a harmonia do povo. Além do mais, o presidente aclama os 1,5 milhões de novos empregos criados e os 33 milhões de novos consumidores desde o começo do ano. Por fim, responde às críticas realizadas que enfatizavam a necessidade de um reajuste do Plano Cruzado e diz que:

Será mantido o Plano Cruzado também para consolidar as conquistas sociais dos mais pobres, porque, pela primeira vez no Brasil, o Presidente tem como meta, justamente, proteger os mais pobres, dar continuidade aos programas de governo que nas áreas mais carentes de todo o Brasil estão ajudando o povo (Sarney, 1990a, p. 197).

O que aconteceu dois dias depois foi narrado nesse trabalho. Há o anúncio do Plano Cruzado II, com diversas medidas que prejudicavam os trabalhadores. Eles se sentiram traídos pelo governo, que havia enfatizado até o fim que jamais acabaria com o congelamento e de que o Plano estava no caminho certo.

No contexto do Plano Cruzado II, da disparada inflacionária e de moratória da dívida externa, Sarney continua tentando justificar suas medidas e busca achar culpados: “Tivemos uma semana em que ocorreram muitas greves, que prejudicaram bastante a nossa nação.” Também aproveita para anunciar uma mensagem encaminhada ao Congresso com medidas benéficas aos trabalhadores como o fato de que os valores das aposentadorias, pensões, auxílios doenças e auxílios reclusão não seriam inferiores a 95% do mínimo. Assim, ele emula a estratégia de sempre dar notícias ruins ou tecer críticas ao mesmo tempo que faz anúncios positivos, anunciando também um conselho conjunto com os trabalhadores para a definição de uma nova política de ajuste dos salários (Sarney, 1990a, p.273). Assim, ficava evidente que a proposta de pacto social passaria a incluir instâncias representativas como sindicatos, em um claro sinal da mudança de eixo de sua proposta.

A economia, no entanto, continuava a apresentar problemas. Assim, foi anunciado o Plano Bresser, que incluía o fato de que os salários seriam congelados por um prazo máximo de três meses, nos níveis prevalecentes em 12 de junho de 1987. Após congelamento, os reajustes teriam base na URP (Unidades de referência de preços) que aumentava a defasagem entre os níveis de inflação e seu repasse para os salários (Macarini, 2009). Nesse sentido, Sarney continua buscando manter o apoio dos trabalhadores justificando as razões para as medidas tomadas e também apresentando providências para ajudar os trabalhadores e os mais pobres:

[...] esse Plano que, como eu disse, visa a baixar a inflação, deter a carestia, evitar a erosão que se vinha verificando nos salários, mesmo com o gatilho, e possibilitar, a partir de agora, um aumento real dos ganhos dos assalariados. Visa também criar empregos, evitar a recessão, fazer voltar os investimentos, porque o essencial é estabilizar a economia evitando o desemprego. [...] Plano de contenção que – devo ressaltar – não atingirá a área social, pois como eu sempre tenho afirmado, sendo a prioridade para os mais pobres, os recursos disponíveis que tivermos serão investidos na área social (Sarney, 1990a, p. 322).

Sarney, porém, se deparava com um cenário muito mais complexo no campo dos trabalhadores. Rodrigues (2010) destaca o papel crucial da CUT na formação de uma nova identidade para o movimento sindical brasileiro. A central sindical ultrapassou as fronteiras tradicionais, concentradas em questões de trabalho e salário, engajando-se ativamente em temas políticos e sociais mais amplos. Seu envolvimento em movimentos contra a ditadura e em prol

de reformas sociais demonstra uma abordagem mais abrangente, influenciada por ideologias que contextualizam a luta dos trabalhadores em um panorama social e político mais vasto.

Se inicialmente, no final dos anos setenta, o movimento sindical era predominantemente representado pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, que liderava o ressurgimento dos trabalhadores na cena política nacional com foco na democracia, autonomia sindical e melhorias salariais, a década seguinte viu uma expansão considerável. Esse alargamento incluiu uma diversidade maior de categorias e abrangeu diferentes regiões, demonstrando um enriquecimento e uma maior complexidade do movimento sindical brasileiro, refletindo uma variedade mais ampla de vozes e demandas dentro do contexto sindical e político do país (Santana, 2011, p. 2).

Um dos poucos temas de consenso entre os trabalhadores era a valorização do salário mínimo. Isso ficava claro com o compromisso do governo de dobrar o valor real do piso salarial até o fim do governo. No contexto do Plano Verão a falta de clareza na política salarial foi identificada como um dos fatores que exacerbaram a onda de greves que se espalhou pelo Brasil a partir de março. Durante esse período, houve uma variação significativa nas taxas de juros reais mensais, que caíram para 1,36% em maio, mas posteriormente aumentaram, atingindo um nível que oscilava entre 5,3% e 7,4% no período de dezembro de 1989 a fevereiro de 1990 (Modiano, 2014, p. 553).

Nesse cenário desfavorável, Sarney buscava valorizar alguns índices no programa, como fato do Brasil ter alcançado o posto de oitava maior economia do mundo, além de criticar as greves:

Durante o Governo eu enfrentei muitas tentativas de desestabilização e quero fixar uma delas. Um aspecto dessa ação, por exemplo, tem sido o grevismo selvagem, que não é exercido para defender direitos sociais ou trabalhistas, mas para ocupar espaços, por grupos políticos, que não aceitam o jogo democrático, não aceitam o império da lei (Sarney, 1990b, p. 363-364).

Assim, Sarney fazia basicamente um clamor para que as pessoas colaborassem no seu esforço principalmente na área econômica, social e na transição democrática. Seu intuito era “cria(r) a ilusão nas pessoas de que os programas são só para elas, individualmente.” (Meditsch, 2005, p. 165).

O programa se assemelha bastante aos programas *A Hora do Brasil*¹¹ e *Café com o Presidente*¹² na sua busca por se aproximar dos trabalhadores e forjar um pacto social em torno de suas medidas. Apesar disso, o apreço do governo pela questão social nitidamente adivinha mais do discurso que da prática. Ao colocar como seu lema *Tudo pelo Social*, a gestão buscou atrair o respaldo de uma população que estava cada vez mais organizada e articulada e em breve estaria com o poder de voto. Enquanto a economia andou bem e Sarney manteve pelo menos em parte suas promessas, o pacto supostamente funcionou. O governo se vendia como uma administração que tinha como preocupação primordial a população mais vulnerável, além de argumentar que a gestão era uma mera expressão do desejo popular, ressaltando o caráter positivo da equipe de governo.

Quando a economia começou a desandar e diversas promessas foram descumpridas, como a de manter o funcionamento do Plano Cruzado da maneira como estava, a construção de um consenso ficou quase impossível e o que restou foi uma nação cujo os habitantes se sentiam ludibriados e um presidente que carecia de apoio nas ruas.

O presidente, entretanto, continuava a buscar a construção de um pacto social. Para isto, buscava exaltar o seu legado na área social, culpabilizava aqueles que não colaboravam com o seu governo pelos problemas existentes e também omitia temas que pudessem gerar maiores embates, como a questão da desigualdade. Além disso, o governo buscou entidades de trabalhadores e empresários, modificando o pacto social que anteriormente se orientava somente a indivíduos, numa evidente tentativa de prover maior robustez para esse novo consenso nacional

Assim, fica evidente a flexibilidade e a adaptabilidade do rádio em se adaptar a diferentes contextos e públicos. Esta mídia pode variar de formatos informativos a entretenimento, atendendo a uma ampla gama de interesses e necessidades. Essa maleabilidade faz do rádio um meio resiliente e relevante em diversas situações socioculturais (Starkey, 2004). Sarney buscou se apropriar disso para tentar construir um discurso que agradasse a todos, mas a concretude de suas medidas acabou sendo um grande obstáculo.

4.2 Reforma agrária e o setor rural

¹¹ Para saber mais sobre o programa, consultar: GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

¹² Para saber mais sobre este programa, consultar: SANTOS, L. J. **Vai um Café? Análise do personagem Lula no programa Café com o presidente**. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

Nesta seção, aborda-se a temática da Reforma Agrária e do campo, investigando o desenvolvimento desse movimento desde os anos 50 até o final do governo Sarney. Em seguida, examina-se como o programa se utilizava do discurso da reforma agrária para atrair os setores rurais para sua aliança, sejam eles simples trabalhadores do campo ou proprietários de terra, destacando que a reforma agrária do governo possuía um caráter profundamente agregador e conservador.

A tensão no campo é uma característica de longa duração da sociedade brasileira. A efêmera presidência de João Goulart foi uma das primeiras que buscou tratar da questão de forma prioritária, investindo pesadamente na organização do campesinato e regulamentando a sua sindicalização, o que levou à proliferação de entidades em todos os estados (Grynspan, 2007, 320). Importante também foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que estendia aos trabalhadores do campo os direitos trabalhistas que gozavam os urbanos. No entanto:

Com o golpe de 1964, portanto, procurou-se pôr um freio nesse processo, impondo-se a desmobilização, eliminando-se focos de tensão. Isso foi feito por meio de mecanismo de força, repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades, promovendo a desocupação de áreas invadidas. A questão era que boa parte da população enxergava a reforma agrária como um antídoto para os males econômicos e sociais da época, como demonstra a pesquisa realizada em 1964 que indicavam um apoio de 72% do eleitorado das principais capitais do país à realização de uma reforma agrária (Grynspan, 2007, 322).

O autor demonstra, porém, que apesar de a reforma agrária ter permanecido em foco durante a ditadura militar, que percebia o suporte da população à realização da mesma e buscava assim captar esse suporte para si. Seu foco a partir do Estatuto da Terra passou de uma ênfase política de ampliação do acesso à terra para um enfoque econômico que procurava aumentar a produtividade e a oferta de bens agrícolas, sendo utilizado para isto o Imposto Territorial Rural (ITR) e a desapropriação de terras improdutivas, que tinham o intuito que as grandes propriedades fossem obrigadas à ampliar a área de cultivo. Assim, o próprio capitalismo ditava a exploração do meio rural em benefício das classes mais avantajadas do meio urbano (Frano, 2021).

Com o enfraquecimento dos mecanismos de repressão da ditadura e o fortalecimento dos movimentos sociais durante os anos 1980, houve um aumento significativo das demandas por reforma agrária. Esse movimento culminou em 1984 com a fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra):

O primeiro congresso nacional do MST realizou-se em 1985 e suas resoluções já indicavam uma mudança fundamental no curso das lutas pela terra no país. Falava-se em extinção do Estatuto da Terra e na edição de novas leis que levassem em conta as lutas dos trabalhadores, reivindicava-se a expropriação de terras em mãos de multinacionais e a desapropriação de áreas superiores a 500 hectares. Mais significativa, porém, era a proposta de ocupação de terras improdutivas ou públicas, adotando-se o lema “Ocupação é a única solução” (Grynspan, 2007, p. 337).

A partir de então há uma mudança de imagem do movimento agrário, que passaria a ser nacionalizado, deixando de ser visto como exclusivo das áreas de fronteira agrícola. Ademais, o movimento ganha uma nova feição, agora como um movimento combativo e altivo, e não mais um movimento meramente responsivo às ações de grileiros e grandes proprietários.

Ainda governador, Tancredo declarou a respeito:

A reforma agrária não pode ser adiada por mais tempo, porque ela vai resolver, em grande parte, o problema do desemprego, vai ampliar o mercado interno do Brasil e vai dar estabilidade a essa massa rural que está sendo expulsa dos campos para empobrecer ainda mais as periferias das grandes cidades.” – entrevista a Lua Nova, v. 1, n. 2, jul./set./1984, p. 9.

Além disso, o êxodo rural alimentou um adensamento urbano extremamente caótico e desorganizado, "Assim, não só se invertia a relação campo-cidade, com o avanço da urbanização, como ainda começava a se alterar a paisagem urbana, com o surgimento de favelas e alagados povoados por gente expulsa do campo" (Linhares; Silva, 1999, 155). Dessa maneira, a questão agrária adentrava cada vez mais as discussões nos centros urbanos, deixando de ser um tema caro somente a população do campo.

Com o tema bastante evidente, Tancredo declarou, ainda governador, que a reforma agrária não poderia ser adiada por mais tempo. Eleito presidente, os sinais emitidos pareciam confirmar essa posição, sobretudo com a nomeação para a presidência do Incra de José Gomes da Silva, considerado pela Contag um símbolo da reforma agrária. O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1985, alimentou ainda mais as esperanças por uma nova política agrária.

O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em 1985 alimentou as esperanças por uma nova política agrária:

A ele compareceram o novo presidente do Incra, José Gomes da Silva, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e autor do estatuto da Terra, e Nelson ribeiro, titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), criado cerca de um mês antes. O ministro lançou publicamente, no congresso, uma proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República (Grynspan, 2007, p. 338).

Os compromissos e as nomeações de Tancredo foram mantidos por Sarney logo que assumiu o cargo de presidente. Uma das principais apostas no campo social e econômico é

relacionado ao tema do campo. Na 8ª edição, de 12 de dezembro, fica claro como a reforma agrária estaria no centro de prioridades da propaganda governamental, quando Sarney exalta o Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) como símbolos da luta por justiça social que o governo estava acampando. A propaganda do PNRA dizia o seguinte:

A Reforma agrária do Presidente Sarney, porém, é brasileira e atende à realidade política, econômica e social do país. Todos podem apoiá-la, pois é justa, pacífica, racional, produtiva e democrática. Nossa Reforma agrária não combate a propriedade privada. Pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade (Sarney, 1990a, 42).

Mais uma vez estava nítido que a reforma agrária teria um enfoque econômico, de aumento da produção e da produtividade, em detrimento de seu aspecto social, de diminuir a desigualdade no acesso à terra, o que não atendia aos movimentos organizados. O presidente também aproveitou o programa para lançar o suporte a pequenos agricultores do nordeste através do financiamento da SUDENE, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Mais uma vez era uma tentativa de angariar apoio em meio ao seu reduto eleitoral, demonstrando que o discurso de realização da reforma agrária não encontrava embasamento na realidade.

Essa ideia é reforçada pelo fato de que o presidente José Sarney lançou o primeiro PNRA, com meta de assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989, porém, apenas 82 mil foram assentadas, segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Outro momento que demarca a falta de consonância entre o discurso e os fatos concretos foi o pedido de demissão do Incra de José Gomes da Silva em outubro de 1985, decepcionado com o plano aprovado por Sarney, que ele avaliava como aquém do próprio Estatuto da Terra aprovado durante a ditadura militar e que era bastante conservador. Apesar dos inúmeros recuos, a comunicação governamental continuava a reforçar seu compromisso com a reforma agrária. Na 10ª edição, em 27 de dezembro de 1985, é apontado que os dois grandes desafios da administração eram a reforma agrária e a inflação (Sarney, 1990a, p. 45-48). Além disso, no decorrer do programa ocorreram citações ao tema da terra e da agricultura em 88 programas, enquanto houve 66 menções à indústria, sempre de formas muito pontuais, o que evidencia a importância do tema no discurso do presidente.

Os movimentos sociais, no entanto, continuavam bastante ativos. A insurgência de novos atores no cenário político nacional durante a crise dos anos 80 é eminentemente notória, "Um novo personagem surgiu, sob o governo Figueiredo, com toda a força no cenário político: as lideranças sindicais. O cenário econômico encontrado por Figueiredo era de crise financeira avançada, com dezenas de greves e exigências de aumentos salariais" (Teixeira, 2007, 270). No

entanto, como já comentado, Sarney não construiu boas relações com os movimentos organizados, que estavam em constante atrito com os governos, principalmente a partir da crise econômica da presidência de Figueiredo. Dessa forma, apesar da ascensão desses movimentos, o foco da atenção e publicidade governamental pareciam se direcionar à população não mobilizada, buscando seu respaldo incondicional.

Além disso, As Forças Armadas eram empregadas de maneira assertiva para enfrentar trabalhadores em greve ou em manifestações. Assim, para aqueles que não aceitassem as propostas e medidas do governo, era esperada uma repressão forte (Carvalho, 2019).

Nesse mesmo sentido, a ênfase é sempre dada à reforma agrária como um movimento pacífico, de consenso, como mais um instrumento do pacto nacional que o governo tentava forjar, como se pode ver nas críticas às invasões, “Vamos acabar com as invasões, porque invasão é crime, é esbulho, com perseguições, violências e quaisquer outras formas de tornar odioso um projeto tão alto, tão moderno e tão importante a para a democracia no Brasil” (Sarney, 1990a, 107).

A vista disso, Sarney procurava conquistar o apoio da população pobre e rural com a promessa de uma reforma agrária que abarcasse seus interesses, enquanto buscava um completo domínio sobre este projeto de modo a impedir que contrariasse o interesse dos grandes proprietários. Essa não foi uma característica única do seu governo, já que as transições democráticas que ocorreram na chamada 3º onda de democratização envolveram uma série de concessões, que dificultavam projetos que contrariassem os interesses das elites nacionais (Huntington, 1991).

A reforma agrária, assim, buscava um enfoque substancialmente econômico, de aumento da produção e da produtividade, em detrimento de seu aspecto social no sentido de diminuir a desigualdade no acesso à terra. Isso fazia com que ela não atendesse às demandas dos movimentos organizados, mas que a tornava mais palatável à elite nacional. O problema era que, apesar de buscar uma conciliação no campo, a reforma agrária enfrentava ampla rejeição de setores ligados aos grandes proprietários, inclusive de agremiações paulistas empresarias que haviam lucrado bastante com as políticas da Ditadura Militar para o setor (Mendonça, 2010, 27). Assim, o tema encontrou cada vez menos espaço no discurso do governo, cada vez mais focado em temas econômicos, que geravam menor resistência da base no Congresso Nacional.

Em 1986, apesar do resfriamento da pauta da reforma agrária, ela ainda aparece em suas propagandas como um objetivo primordial do governo. Não é sem interesses, portanto, que no 30º programa, em 30 de maio de 1986, seja anunciado a posse de Dante de Oliveira, o popular

deputado por trás da campanha das “Diretas Já”, como o novo Ministro da Reforma Agrária:

Seu papel será importante, pois lhe cabe executar um dos programas mais difíceis de meu governo, a reforma agrária, um programa de justiça social e desenvolvimento econômico, que só poderá dar certo se essas duas andarem juntas. [...] A reforma agrária é paz, não é guerra (Sarney, 1990a, 108).

Nesse discurso fica claro que a propaganda da administração ainda buscava um atrelamento de sua imagem com a popular reforma agrária e que, além disso, se utilizou da imagem de um famoso deputado para tentar divulgar suas ações e propostas para a população. A sua estratégia se vincula nitidamente ao que a análise de discurso chama de discurso ideológico político, "Neles, faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais." (Brandão, 2012, 31). Assim, embora a realização de uma reforma agrária em grande escala se mostrasse cada vez mais inviável, sua popularidade fazia com que o tema continuasse presente como mote do governo, que buscava omitir sua inoperância dentro da sua costura política.

Contudo, o foco do ano de 1986 passa a ser o Plano de Metas, que traria um novo ciclo de rápido desenvolvimento para o país, visto que a inflação era considerada como superada. Com isto, a reforma agrária começou a ficar cada vez mais deixada de lado, evidenciando uma latente indiferença da administração quanto ao tema, que fora utilizado para buscar apoio da população em um momento em que Sarney carecia de legitimidade. Com o Plano Cruzado e o relativo sucesso econômico que alcançou, o tema deixa de ser indispensável para alavancar a popularidade do governo, deixando de ser seu foco tanto de suas ações quanto de sua propaganda, o que reforça o argumento de que a temática agrária somente encontrava respaldo governamental enquanto uma medida popular que permitisse garantir apoio de expressivas partes da população.

Algo que aponta o claro abandono do tema é que, enquanto nas primeiras trinta atrações houve dez menções à reforma agrária, nas outras 196 edições analisadas ocorrem somente 9 citações ao tema. A última menção é no programa 152º, ainda em outubro de 1988. Este é um ponto bastante importante, uma vez que nos primeiros programas era enfatizado que a inflação e a reforma agrária eram as grandes prioridades do país. Conforme a resistência ao seu plano de reforma ficava cada vez mais evidente, o tema era cada vez mais abandonado.

Conforme a reforma agrária ia sendo deixada de lado, o governo buscava trazer outras pautas que fossem pertinentes ao setor rural. Assim, diversas políticas de auxílios ao setor agrícola e fundos de desenvolvimento rural eram divulgados. A primeira pauta que vai ganhar

maior notoriedade, no entanto, será o Plano Nacional de Irrigação (PNI), como fica claro no 46º programa, em 26 de setembro de 1986, “No entanto, este programa pode ser resumido num só objetivo: é um programa contra a fome. É a produção de alimentos, alimentos em grandes quantidade, com melhor qualidade e preços mais baixos.” (Sarney, 1990a, 174).

O tema ganharia grande destaque a partir do segundo semestre de 1986, quando o Plano Cruzado era a grande pauta do governo e a reforma agrária se mostrava cada mais inviável dentro do desenho político que sustentava o governo. Assim, a irrigação ganhava importância enquanto uma solução para a produtividade do campo brasileiro, que permitiria uma produção em grande escala que acabasse com a fome e gerasse exportações suficientes para ajudar no pagamento da dívida externa e na entrada de dólares no país. O governo também criará o Ministério da Irrigação, destacando o peso dado a essas medidas. Dessa forma, o tema terá 31 menções durante o percurso do programa, superando assim o tema da reforma agrária, que até então era a grande aposta para o setor rural.

A Constituinte também vai ser um grande ponto de virada para o governo no que tange as suas políticas para o campo. Isso ocorreu por três principais motivos. O primeiro é que o momento ajudou a consolidar um dos mais poderosos lobbies dos grandes proprietários de terra, a União Democrática Ruralista, que coadunava parte significativa da base de apoio do executivo federal. Soma-se a isso que o processo dividiu o PMDB em dois grandes grupos, os Progressistas e o Centro Democrático, sendo esse último o responsável pelo maior apoio que o presidente possuía e que também expressava a parcela conservadora do Congresso e da sociedade. A administração federal, assim, usou todo o seu poder de barganha em temas como a duração do mandato de Sarney, deixando qualquer avanço na estrutura fundiária de lado (Linhares; Silva, 1999; Schwarcz; Starling, 2015, 489).

A nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, representou um retrocesso em termos de reforma agrária quando comparada ao Estatuto da Terra, aprovado em 1965 durante o governo de Castello Branco. Essa regressão se manifestou particularmente na decisão de excluir a possibilidade de desapropriação de terras classificadas como "produtivas". O Estatuto da Terra, apesar de ter sido criado em um contexto de regime militar, havia estabelecido diretrizes mais progressistas no que diz respeito à questão agrária, incluindo a possibilidade de desapropriação de terras não produtivas para fins de reforma agrária (Reis Filho, 2014a).

Por fim, a nova Constituição brasileira compartilhou diversas responsabilidades econômicas do executivo com o Congresso, enrijeceu o orçamento federal e aumentou a redistribuição de receitas da união em favor dos estados e municípios. Além disso, a liberalização do sistema financeiro nos anos 70 e 80 acabou germinando a crise dos anos 80,

mediada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que exigiam massivos cortes de gastos (Pennick, 2008). Dessa forma, "A carga tributária líquida do governo caiu de 15% do PIB na média da década de 1970, para 10% do PIB na primeira metade da década de 1980 e para menos de 10% do PIB a partir de 1985." (Modiano, 2014, 559). Esse expressivo esgotamento dos gastos públicos gerou um embate interno no governo:

Todavia, a crise do "milagre" e as políticas do ajuste de que esta se fez acompanhar promoveram um enxugamento dos recursos incompatível com a velocidade do processo "modernizador", levando ao acirramento das disputas intraclasses dominantes em torno dos auxílios reduzidos, justamente quando a internacionalização da agroindústria daria nova dimensão às políticas macroeconômicas, sobretudo aquelas ligadas ao câmbio e ao comércio exterior (Mendonça, 2010, 28).

Dessa maneira, os esforços do governo se concentraram cada vez mais em questões macroeconômicas e na transição democrática, deixando a reforma agrária completamente abandonada conjuntamente com outras pautas para o campo, já que a escassez de recursos gerava grandes desavenças mesmo entre os grandes latifundiários. Apesar disso, o discurso continuava a manter a pauta da reforma agrária e do campo como relevantes, mesmo que tomando os devidos cuidados para não se indispor com setores vitais ao governo. Afinal, "São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam "o que poder e deve ser dito" a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada." (Brandão, 2012, 48). Dessarte, o conceito de formação discursiva permite uma melhor compreensão do porquê a reforma agrária foi sendo progressivamente abandonada e, mesmo outros temas, como o Plano Nacional de Irrigação, acabaram perdendo destaque com o tempo, já que a defesa enfática de determinados assuntos em um período de acirramento na disputa pelos recursos poderia gerar constrangimentos ao governo.

Havia, entretanto, a tentativa de manter o interior do país como uma pauta relevante, pelo menos do ponto de vista do seu marketing político. Uma das discussões que começaram a ser abordadas é a do meio ambiente, que nos anos 80 começou a ganhar cada vez maior repercussão nacional e internacional. O presidente lança, então, o Programa Nossa Natureza, "Assinei ontem atos destinados a implementar o Programa Nossa Natureza, o maior esforço sistemático já realizado no Brasil para defender os recursos naturais do País e a sua utilização racional" (SARNEY, 1990b, 396). Ao todo, 24 edições trataram do tema, quase todas depois do programa 152, em 14 de outubro de 1988, quando ocorreu a última menção a reforma agrária.

Sarney também usaria a matéria como uma pauta da política externa, dizendo que "A responsabilidade sobre o nosso meio ambiente é nossa! Os países desenvolvidos têm muito

mais a desculpar-se e tomar providências sobre a preservação da vida na terra do que cobrar.” (Sarney, 1990a, 326). Assim, o tema foi bastante utilizado pela gestão federal, que enfatizava bastante a integração com os países latino-americanos, colocando o meio ambiente, a pauta econômica e o combate ao narcotráfico como as grandes temáticas. Ademais, o assunto permitia manter em destaque uma política relacionada à terra e também uma retórica em defesa da soberania nacional em um momento de grandes pressões sobre o governo federal, sobretudo no campo econômico, na transição democrática e na preservação do meio ambiente (Côrtes, 2010).

Outra questão é que, marcado por um desenvolvimento marcadamente centralizado no sudeste, as outras regiões acabaram sendo deixadas em segundo plano. Também é bastante significativo o fato que “[...] na conjuntura de recuperação econômica (1985), a participação da Região Sudeste no total dos empregos criados no Brasil foi de mais de 66%, respondendo o Estado de São Paulo por 38,53%; e a Grande São Paulo, por 24,78%.” (Arandia, 1991, 151). Desta forma, apesar de ter concluído um relativamente bem-sucedido projeto de industrialização do país com base na substituição de importações, as indústrias ficaram regionalmente localizadas, deixando diversas regiões em falta de um parque industrial adequado (Prado; Leopoldi, 2018, 78).

Não é por acaso, portanto, que ainda no 5º programa, em 22 de novembro de 1985, Sarney anuncie que houve um aumento de 600% na verba para estados nordestinos. Segundo o próprio, “Para mim, dizer que o nordeste é “prioritário” é pouco.” (Sarney, 1990a, 35-36). Na mesma edição há também o discurso de revigoramento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No total, existem 67 programas que mencionam o nordeste, enquanto apenas 33 falam do sudeste, a segunda região com mais menções. Era evidente a busca por mostrar como a região era um grande foco governamental.

A regionalização dos discursos obedecia uma nova correlação de forças entre entre o rádio e a televisão:

Ficou para a TV a formação de grandes cadeias, a cobertura de vastos territórios, quanto as emissoras de rádio passaram a se dirigir mais para as comunidades das regiões onde funciona. [...] Esses dois fatores - regionalização e individualismo - passaram a influir decisivamente na programação, e sobretudo na própria linguagem do rádio (Meditsch, 2005, p. 163).

A região não era escolhida somente por sua eminente pobreza e disparidade em relação a regiões como o Sul e o Sudeste, mas por igualmente ser o berço político de Sarney e de muitos de seus aliados na Frente Liberal. Com isso, é evidente que a prioridade dada ao nordeste parte de uma ótica utilitária, que buscava construir e assegurar apoio na região. A importância da

região também se ligaria à paralisação da reforma agrária, que enfrentava grande resistência da Frente Liberal, com marcante presença na região.

O presidente também colocava a reforma agrária como a sua segunda grande prioridade enquanto governante, já que ela supostamente permitiria esvaziar as tensões no campo. Ou seja, funcionaria perfeitamente como uma ferramenta de seu pacto social. Com o sucesso inicial do Plano Cruzado e a grande resistência que as mudanças na estrutura fundiária brasileira enfrentava, o tema deixa de ser indispensável para alavancar a popularidade do governo, deixando de ser seu foco tanto de suas ações quanto de sua propaganda, o que reforça o argumento de que a temática agrária somente encontrava respaldo governamental enquanto uma medida popular que permitisse garantir apoio de expressivas partes da população.

Assim, podemos analisar como o contexto, marcado por uma ampla participação popular, pelo presidencialismo de coalizão e por um forte poder de veto dos militares, acabaram levando o Sarney a se posicionar enquanto um conciliador. Dessa forma, é possível adensar a investigação recorrendo tanto ao momento histórico brasileiro quanto a biografia e trajetória política de Sarney, que evidenciam um político negociador e maleável (Abranches, 2018; Carvalho, 2005; Echeverria, 2011).

O setor rural, porém, se mantinha como um enfoque do discurso governamental. Dessa maneira, outras pautas, como o PNI, o Programa Nossa Natureza e o Nordeste de forma geral foram erigidas como prioridades, sem jamais ganharem o mesmo destaque que a reforma agrária possuiu. A investigação de sua narrativa permite, portanto, melhor compreender como o campo foi perdendo espaço nas ações do governo, mesmo que uma série de silenciamentos e argumentos tentasse demonstrar o contrário, já que "O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da "existência material" das ideologias." (Brandão, 2012, 46). Assim sendo, é inequívoco que o governo, fragilizado em sua base popular e sujeito a uma série de pressões, buscava manter uma pauta positiva em seu programa de rádio, mesmo que não embasada na realidade concreta.

Como já evidenciado, José Sarney lançou o primeiro PNRA com meta de assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989, porém, apenas 82 mil foram assentadas, segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Seu PNI e outras ações para o campo e o setor rural também não encontraram grande sucesso.

O apreço do governo pela questão social e da terra nitidamente adivinha mais do discurso que da prática, algo que o artigo buscou enfatizar. Ao colocar como grandes prioridades a reforma agrária e posteriormente o PNI e o meio ambiente, a gestão buscou atrair o respaldo de uma população que estava cada vez mais organizada e que, além disso, estaria

em breve com o poder de decidir o próximo presidente pelo voto. Com isso, o governo se vendia como uma administração que tinha como preocupação primordial a população mais vulnerável e carente, vendendo as suas políticas para a terra como parte das soluções para o país.

Tudo isso se encaixava no intuito de erigir um pacto social em torno das medidas do governo federal, que inicialmente se pautavam no eiró “presidente/indivíduos”. Foi somente com o evidente fracasso dessa primeira tentativa que Sarney buscou a ajuda dessas entidades representativas. No entanto, nunca houve um esforço contundente em atender os interesses dessas instâncias, principalmente no que tange o campo e a reforma agrária, enfraquecendo bastante o discurso presidencial.

4.3 Transição democrática

Nesta seção, almeja-se examinar o discurso de Sarney em relação às questões da transição democrática. Dessa forma, procura-se compreender como Sarney aborda o período da Ditadura Militar, de que maneira faz menção aos militares, como encara o processo constituinte e de que forma aborda a Nova República de modo geral.

O tema da transição demorou a ganhar fôlego durante o programa. No início o foco do governo estava preponderantemente na inflação e na reforma agrária, pelo menos em suas falas. A primeira menção ocorre na quarta edição, em 15 de novembro de 1985. No entanto, assim, como nas próximas falas, se tratava de uma mera menção ao tema, onde já se abordava o novo momento como “Nova República” e reforçava seu compromisso em efetivar todas as medidas para a transição (Sarney, 1990a, p. 33).

Uma questão, porém, vai ser constante em suas falas. Eram os elogios aos militares e seu papel para a democracia: “Dia 25, Dia do Soldado, reverenciamos no Duque de Caxias nosso valoroso Exército, permanentemente preparado para defesa da Pátria e das nossas instituições democráticas, que nos garante as fronteiras, assegura a liberdade e a ordem. Exército que é o povo armado.” (Sarney, 1990a, p. 153).

Nesse sentido, pode-se recorrer ao conceito de formação discursiva elaborado por Pêcheux. Este é um conceito central em sua abordagem, onde as condições sob as quais um discurso é produzido são consideradas cruciais para a análise. Malidier enfatiza que o discurso é moldado e limitado por estas condições, que determinam tanto o conteúdo quanto a forma do discurso (Malidier, 2012). Assim, Sarney buscava manter o apoio das Forças Armadas em um contexto de deslegitimidade, procurando manter uma sólida base de apoio para impedir qualquer medida drástica contra a sua presidência. Esse temor se justifica por diversos fatores e

desafios enfrentados pelo país naquela época.

Primeiramente, é importante ressaltar que o governo Sarney representou a transição do regime militar para a democracia no Brasil. Após duas décadas de ditadura, a população estava ansiosa por mudanças políticas e o restabelecimento das eleições diretas para a presidência foi um marco nesse processo. No entanto, havia preocupações legítimas sobre a estabilidade da jovem democracia brasileira.

O temor de um retrocesso democrático estava relacionado a várias questões. Primeiramente, havia a preocupação de que setores militares insatisfeitos com o processo de redemocratização poderiam tentar intervir na política novamente. O fantasma de golpes militares ainda estava presente na memória coletiva do país. Além disso, a economia brasileira enfrentava sérios desafios, incluindo uma hiperinflação descontrolada. Isso criava instabilidade econômica e social, o que poderia levar a clamores por soluções autoritárias em meio ao caos econômico (Teixeira, 2003).

Com isso em mente, alguns autores como Carvalho (2019) defendem que Sarney foi tutelado pelos militares. A expressão sugere que, mesmo com o fim da ditadura militar, o governo de Sarney ainda estava sob a influência e o monitoramento das Forças Armadas e dos militares que haviam exercido um papel importante no regime anterior. Destarte, durante os primeiros anos do governo Sarney, havia uma preocupação de que os militares ainda exercessem uma influência considerável sobre as decisões políticas e a administração do país. Isso incluía a manutenção de certas políticas e estratégias que refletiam a continuidade com o regime anterior.

O governo Sarney também teve que lidar com pressões de grupos políticos conservadores que se opunham a reformas progressistas e a medidas de redemocratização mais amplas. Esses grupos viam a transição democrática como uma ameaça aos seus interesses e poder. Além disso, a falta de experiência democrática recente no Brasil gerava incertezas sobre a capacidade das instituições democráticas de funcionarem eficazmente. A preocupação com a corrupção e a instabilidade política também contribuiu para o temor de um retrocesso (Pierre, 2007).

Dessa forma, quando a Aliança Democrática, composta pelo PMDB e o PFL, conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional nº 26 em novembro de 1985, concedendo poderes constitucionais ao próximo Congresso Nacional a ser eleito em novembro do ano seguinte, obteve uma grande maioria a seu favor. No entanto, essa decisão não passou sem críticas em relação ao caráter conservador da convocação.

A principal controvérsia estava relacionada à estrutura do Congresso Constituinte, que

não seria unicameral, mas dividida entre deputados e senadores. Isso levantou preocupações sobre a representatividade dos constituintes, especialmente porque os senadores eleitos em 1982, quando essa questão não estava em pauta, também participariam da elaboração da nova Constituição. Além disso, argumentava-se que uma eleição regular, como a prevista para novembro de 1986, poderia não ter o mesmo conteúdo político e simbolismo necessários para legitimar uma verdadeira reforma do regime republicano, que é esperada em momentos de celebração de um novo pacto constitucional (Reis Filho, 2014a).

A questão, porém, continuou avançando. Em seu início, Sarney pouco elaborava as suas ideias acerca da Constituição, sempre referida de maneira superficial e que reforçasse a tese da colaboração entre todos os setores:

Quando falamos em Constituição, falamos numa carta Magna que não abrigue injustiças. Falamos numa Constituição que não seja a vitória de uma classe ou facção, mas uma lei maior capaz de assegurar a estabilidade e a governabilidade do País. O direito de todos os segmentos da sociedade e não de alguns (Sarney 1990a, p. 49).

Quando da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, Sarney apenas menciona que os avanços institucionais, incluindo a realização de eleições para os chamados municípios biônicos, a garantia da liberdade sindical e partidária, a implementação de eleições diretas para todos os cargos sem intervenções externas, e a promoção da livre negociação entre empresários e trabalhadores. No entanto, não deixa qualquer indicação de um projeto próprio para ela, apenas que estaria honrando o legado de Tancredo Neves (Sarney, 1990a p. 237).

Foi necessário, em um primeiro momento, estabelecer um regimento interno que orientaria os procedimentos dos constituintes. A diversidade de vozes e interesses que se manifestou nesse processo inicial indicou que a tarefa à frente seria desafiadora. Após a aprovação do regimento, que demandou um mês de intensos debates, optou-se por uma abordagem descentralizada: as discussões começariam em comissões, compostas por oito áreas temáticas e 24 subtemas específicos. As conclusões dessas comissões seriam então encaminhadas para uma grande comissão de sistematização, responsável por elaborar um primeiro projeto de constituição a ser debatido e votado em plenário, em dois turnos (Pilatti, 2020).

Essa engenharia organizacional foi concebida por lideranças do PMDB, lideradas por Mario Covas, que era o líder do partido na época. A ideia por trás desse método era permitir um amplo debate nas comissões subtemáticas, que alguns críticos consideravam como meros "teatros", antes de concentrar as discussões nas comissões temáticas. O objetivo era elaborar

um projeto na Comissão de Sistematização que, na prática, teria poucas chances de ser modificado durante o debate em plenário. Covas colocou membros de sua confiança em posições-chave das principais comissões. Embora esses membros representassem uma ala mais progressista dentro do PMDB, era importante notar que eles não necessariamente refletiam a totalidade das posições do partido (Reis Filho, 2014a).

Diversas formas de manifestação surgiram durante o processo constituinte. Entre elas, uma das mais inovadoras foi a apresentação das "emendas populares", que abrangiam uma ampla gama de temas e serviam como um instrumento de democracia participativa. Ao final desse processo, foram encaminhadas à Assembleia Constituinte um total de 122 emendas populares, contendo mais de 12 milhões de assinaturas (Schwarcz; Starling, 2015, p. 488).

A primeira fase dos debates chegou ao fim em 14 de junho de 1987, quando as comissões temáticas apresentaram os resultados de seus trabalhos, consolidando o que havia sido aprovado nas subcomissões. Dez dias depois, o relator da Comissão de Sistematização, o deputado Bernardo Cabral, apresentou um primeiro projeto de constituição com 501 artigos, buscando sintetizar as discussões prévias (Reis Filho, 2014a).

O projeto de Bernardo Cabral atingia os interesses de Sarney, colocando mandato de 4 anos, enquanto anteriormente eram previstos 6 anos. Assim, Sarney buscou negociar um meio termo e destaca isso em seu programa:

Mas eu considerei que este mandato é longo e resolvi abrir mão de um ano, para possibilitar a conciliação e definir logo este assunto, para que o Governo possa trabalhar, ter horizontes para tomar decisões e enfrentar o problema da inflação, da dívida e da carestia com todas as forças (Sarney, 1990a, p.301).

É interessante notar que dentre todas as propostas, apenas o encurtamento de seu mandato merecia uma fala no programa. Mesmo assim, Sarney ainda enfoca o debate como se tivesse feito uma concessão em prol da união nacional, sempre reforçando o seu mote do pacto social, que nesse momento já incluía entidades representativas.

Em 24 de setembro, teve início o processo de votação na Comissão de Sistematização da Constituinte. Porém, insatisfeitas com os resultados obtidos, várias lideranças políticas se uniram no início de dezembro de 1987 para formar um conglomerado majoritário de parlamentares conservadores de diversos partidos, autodenominado Centro Democrático, popularmente conhecido como Centrão. Esse grupo era composto por 290 deputados oriundos de várias legendas, incluindo o PMDB, que contribuiu com quase metade de sua bancada, além do PFL, PDS, PTB, PL, PDC e até mesmo alguns membros do PDT (Reis Filho, 2014a).

O principal objetivo do Centrão, a curto prazo, era reformular o regimento interno da

Constituinte. Essa iniciativa visava dismantelar a estrutura política anteriormente estabelecida por Mario Covas e abrir espaço para uma discussão estratégica sobre a metodologia dos debates constitucionais.

O que preocupava os membros do Centrão, como mencionado anteriormente, eram as tendências em direção às abordagens nacional-estatistas e aos interesses populares que estavam emergindo nas discussões constitucionais. Eles desejava aprofundar o debate, particularmente em relação a temas como direitos trabalhistas, reforma agrária e a organização do sistema financeiro. Além disso, apoiavam a ideia de ampliar o mandato do presidente José Sarney (Reis Filho, 2014b).

Nesse contexto, Sarney anuncia no programa o suposto fim da Aliança Democrática: “Sabemos que a Aliança Democrática esgotou-se. Agora nos meus ombros pesa a responsabilidade pelo término da transição democrática, e vou cumprir com o meu dever.” (Sarney, 1990a, p. 392). Em outro momento, faz um balanço sobre 1987, incluindo a Constituinte:

E eu quero dizer às brasileiras e brasileiros que a Constituinte não pode ser julgada por uma minoria mínima que tentou nestes meses dar-lhe uma aparência nacional, de balburdia institucional. Não! A Constituinte vai fazer um trabalho sério e para isso ela conta com uma maioria de homens públicos que pensa no Brasil e no seu futuro. Vamos confiar nesses homens (Sarney, 1990a, p. 449).

Assim, Sarney se juntava ao grupo de críticos a tendência progressista da constituição. O Centrão demonstrou sua influência ao aprovar uma reforma regimental que alinhava o processo com suas concepções, essencialmente promovendo uma mudança nas regras do jogo. A principal mudança buscava permitir a aprovação de substitutivos integrais ao projeto formulado pela Comissão de Sistematização, efetivamente reabrindo as discussões dentro dessa comissão. Isso resultou em um novo parecer do relator, apresentado em 20 de janeiro de 1988. Uma semana depois, teve início a discussão e votação em plenário do projeto em primeiro turno, que se estendeu até 20 de abril. Nesse ponto, uma Comissão de Redação foi estabelecida para revisar o texto final em termos jurídicos e literários. Após essa revisão, a versão final foi aprovada no plenário em 5 de julho, contendo um total de 322 artigos, dos quais 245 eram disposições permanentes e 77 disposições transitórias. Ainda estava previsto um segundo turno de votações, que foi concluído em 1º de setembro (Pilatti, 2020).

Sarney, nesse momento, busca conciliar um discurso complexo. Ao mesmo tempo que enfatiza que essa seria a primeira vez que uma Constituinte não teria um Presidente no parlamento tentando ditar as normas, também se coloca efusivamente como o autor da convocação da constituinte. Além disso, busca criticar diversos pontos que estavam sendo

debatidos:

Depois de dezoito meses de trabalho e de muita polêmica, a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco dos direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna a realidade de um velho sonho da democracia brasileira; torna o congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização; mas não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos, ela foi casuística (Sarney, 1990b, p. 156).

Nesse mesmo programa ele critica diversos pontos como a introdução de uma jornada máxima de trabalho, que, segundo ele suscitou preocupações, principalmente em setores industriais, devido ao potencial desafio que representava para a organização da produção. Outra crítica relevante foi a equiparação dos direitos dos trabalhadores avulsos aos dos trabalhadores permanentes. Embora visasse a igualdade de direitos, essa medida teria implicações, como a potencial restrição na contratação de trabalhadores temporários em ocupações como a de faxineiras. Além disso, criticou as disposições transitórias, principalmente no que concerne a volta de funcionários públicos demitidos, a estabilidade de 5 anos e a aposentadoria com os salários picos. Assim, suas principais críticas residiam em questões econômicas, um tema latente no período.

Em 22 de setembro, após intensas deliberações, o texto final da Constituição foi votado e aprovado. A sua promulgação ocorreu de forma solene em 5 de outubro de 1988. Indo contra a tendência predominante no cenário global da época, a Constituição brasileira, apesar de algumas ressalvas significativas, acabou por consagrar as ideias e tradições do nacional-estatismo, inclinando-se favoravelmente às reivindicações dos trabalhadores e das chamadas classes populares (Reis Filho, 2014b).

A grande inovação da nova Constituição brasileira se manifestou especialmente no Capítulo II, dedicado aos direitos sociais. Neste segmento, uma série de direitos fundamentais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados foram estabelecidos como direitos universais e responsabilidades do Estado. A Constituição enfatizou também a centralidade do trabalho e estabeleceu o bem-estar e a justiça social como objetivos primordiais. Outro aspecto relevante foi a definição do conceito de seguridade social, que englobava saúde, previdência e assistência social, e a implementação da universalização do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando a natureza progressista e abrangente dessa Constituição em termos de políticas sociais.

Nesse contexto, Sarney diz que possui críticas a Constituição, mas que só caberia a ele

cumpri-la: “Coube-me a tarefa histórica de presidir a transição democrática e, agora, de presidir a transição da institucionalização da nova Federação brasileira, nos moldes concebidos pela nova Constituição.” (Sarney, 1990b, p. 185).

Houve algumas heranças do regime ditatorial, como a centralização do poder nas mãos do Executivo (iniciativa de leis, medidas provisórias, distribuição de recursos e impostos etc.). A Constituição também estabeleceu um sistema presidencialista no qual o Executivo, apesar de moldado para ter uma posição central, depende fortemente do apoio do Congresso, característica do presidencialismo de coalizão. No entanto, esse arranjo não resultou na estabilidade política que seus criadores haviam previsto. Pelo contrário, o sistema de eleição proporcional adotado, sem uma cláusula de barreira e permitindo o acesso fácil de partidos pequenos a fundos públicos, criou um cenário em que o governante precisava da cooptação de partidos ideologicamente frágeis para implementar políticas públicas eficazes, especialmente no que tange à economia. Esse cenário político fragmentado tornou mais complexa a tarefa de formar maiorias consistentes para a condução de políticas governamentais estáveis e eficientes. (Prado; Leopoldi, 2018, p. 77)

Em comparação, Pierre (2007) destaca o Chile, que também enfrentou uma longa ditadura militar sob Pinochet, mas conseguiu implementar uma transição mais estruturada para o controle civil. Saint-Pierre argumenta que, enquanto o Brasil passou por um processo de democratização gradual com negociações e concessões aos militares, o Chile, após a queda de Pinochet, adotou reformas mais assertivas para limitar o poder militar.

Um exemplo marcante dessa dinâmica foi a aliança aberta entre o presidente e o ministro do Exército, que juntos buscaram contestar e exercer pressão sobre a Assembleia Constituinte. Além disso, as Forças Armadas foram utilizadas sem hesitação para enfrentar trabalhadores em greve. Contudo, o aspecto mais preocupante dessa situação foi a reação tímida, hesitante ou até mesmo ausente de outros setores políticos, particularmente do PMDB, que era considerado o principal sustentáculo da Nova República. Essa falta de uma resposta firme por parte de importantes atores políticos revelou fragilidades no sistema político e na capacidade de resposta a tais desafios (Carvalho, 2019).

Em relação à Argentina, Pierre (2007) observa que, assim como o Brasil, houve um período de ditadura militar, mas a transição para a democracia foi marcada por uma postura mais confrontadora. Ele aponta que, apesar das semelhanças iniciais entre Brasil e Argentina no que tange à influência militar na política, a Argentina adotou medidas mais rigorosas para julgar e responsabilizar os militares pelas violações de direitos humanos, o que contribuiu para um controle civil mais efetivo.

Não é sem motivo que Sarney aproveite diversos momentos para elogiar a aliança com os militares: “Eu tive oportunidade de dizer, naquela solenidade, que a abertura política que está sendo com os militares e não contra os militares.” (Sarney, 1990b, p. 453). O discurso político vive de sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo (Pinto, 1989, p. 52). Assim, Sarney buscava se colocar como o grande nome para a transição ao mesmo tempo que evitava críticas diretas aos militares a à Ditadura Militar como um todo.

No que concerne outras partes do texto da Constituição, ao tratar da delicada questão do papel dos militares na política nacional, optou por manter a Justiça Militar, uma entidade corporativista que detém a prerrogativa exclusiva de retirar postos e patentes de oficiais militares. Essa decisão efetivamente configurou as forças militares como uma espécie de "Estado dentro do Estado". Isso ficou ainda mais evidente com a formulação do artigo 142, que concedeu às forças armadas o poder de garantir os poderes constitucionais. Dessa forma, a tutela militar sobre a ordem civil, um elemento presente desde a fundação da República, foi não apenas mantida, mas também formalizada e reforçada na Constituição (Carvalho, 2019; Martins Filho, 2020; Reis Filho, 2014a).

Não é sem razão, portanto, que em meio as discussões da Constituinte e diversos embates como Sarney, ele tenha dito que:

Como eu tenho dito, as Forças Armadas têm sido um grande sustentáculo da transição democrática. E elas têm ajudado, e nós não temos tido nenhum problema com as Forças Armadas, que têm respaldado e ajudado o Governo a vencer as dificuldades que nós temos sempre em todo o processo de transição democrática.” (Sarney, 1990b, p. 408).

Historicamente, as forças militares desempenharam um papel central na política brasileira, influenciando ou diretamente governando o país em vários momentos, mais notavelmente durante o regime militar de 1964 a 1985. Essa longa história de envolvimento político militar criou uma cultura onde a presença e a influência dos militares na vida política são vistas como elementos de estabilidade e ordem. A cultura política brasileira, muitas vezes caracterizada por uma busca por conciliação e evitação de conflitos, pode ter contribuído para a manutenção da tutela militar como uma espécie de garantia contra a desordem e o caos (Motta, 2014).

Assim, a combinação da herança histórica da tutela militar na política e as características da cultura política brasileira ajudam a explicar por que a influência dos militares foi preservada na Constituição. Essa continuidade indica tanto a complexidade da transição democrática do Brasil quanto os desafios de equilibrar legados autoritários com a construção de uma

democracia estável e robusta.

Para além dos elogios aos militares, por diversos momentos Sarney parece justificar a existência da Ditadura Militar:

Assim, esses grupos de violência, incapacitados para a vida democrática, que já levaram o Brasil a 20 anos de exceção, voltam a agir para desestabilizar o País, atropelar a democracia que nós estamos com tanto esforço desejando consolidar, e consolidando com a compreensão, com a ajuda do povo brasileiro e com a convivência de muitos sacrifícios que temos tido com os problemas econômicos que se somaram aos nossos problemas políticos (Sarney, 1990b, p. 328).

Segundo a análise de discurso, "Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso." (Brandão, 2012, p. 96). Assim, Sarney busca culpabilizar os "radicais" e "violentos" pelo regime autoritário em resposta a todas as críticas que o regime estava sofrendo. Além disso, ele faz um paralelo com a situação, colocando a situação dele como insustentável devido a não colaboração de alguns setores da sociedade.

Isso fica muito evidente em outras falas:

O país deixou de ter parâmetros equilibrados para uma certa esquerda-anarquia que, no passado, aqui e em outros lugares, gerou ditaduras e frustrações. Ditaduras que tiveram muitos nomes, inclusive o nome de fascismo. As forças democráticas de centro, de tendências equilibradas, devem se unir, têm de se unir para salvar o País! Têm de superar divergências, ressentimentos, egoísmos, seduções e ambições pessoais e reverter a tendência desse modismo tropical, terrível, que tem muito de violência contra a alma e o sentimento do povo brasileiro." (Sarney, 1990b, p. 266)

O seu discurso, portanto, era bastante dúbio. Ao mesmo tempo que justificava a ditadura militar, sem jamais chama-la assim, exaltava a Constituinte e democracia e seu papel nesse processo. Essa dualidade no discurso revela uma tentativa de equilibrar, ou talvez conciliar, duas realidades políticas contrastantes e complexas da história recente do Brasil (Manuel, 2003, p. 28).

Por um lado, ao justificar a ditadura militar, mas sem nomeá-la diretamente, sugere-se um reconhecimento tácito ou até uma aceitação das ações e do regime autoritário que governou o Brasil de 1964 a 1985. Esse aspecto do discurso pode refletir uma visão de que o regime militar foi necessário ou justificável, seja por razões de segurança nacional, estabilidade ou desenvolvimento. Essa abordagem pode ser vista como uma tentativa de legitimar ou pelo menos diminuir a percepção negativa da ditadura, o que é uma posição controversa e delicada, dada a história de repressão e violações de direitos humanos durante esse período.

Por outro lado, a exaltação da Constituinte e da democracia, e do papel desse indivíduo no processo de transição democrática, indica um alinhamento com os valores democráticos e o reconhecimento da importância da construção de uma nova ordem política fundamentada na

democracia e no Estado de Direito. Isso sugere um apoio ao processo de redemocratização e uma valorização do papel da Constituinte como um marco na redefinição do Brasil como uma nação democrática. Assim, fica evidente que "analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhe corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência" (Brandão, 2012, p. 59).

Ao final de seu mandato, Sarney enfrentava sérias dificuldades. A economia brasileira estava em um estado de descontrole, marcado por inflação elevada e instabilidade, e o presidente encontrou-se politicamente isolado, com sua credibilidade questionada tanto por setores políticos quanto pela população. Esse isolamento político foi exacerbado por desafios econômicos crescentes e pela dificuldade de implementar políticas eficazes para estabilizar a economia e promover o crescimento. A situação econômica deteriorada contribuiu significativamente para a erosão do apoio político e da confiança na capacidade de Sarney de liderar o país.

Confrontado com essas adversidades e com a necessidade de explicar os desafios e fracassos de seu governo, Sarney adotou uma estratégia de desviar a responsabilidade, optando por culpar figuras externas ao seu círculo imediato de influência. Nesse contexto, ele direcionou críticas a Ulysses Guimarães, uma figura proeminente no cenário político brasileiro e uma das chaves na transição para a democracia. Guimarães, conhecido por seu papel na liderança da Assembleia Constituinte, tornou-se um alvo conveniente para Sarney, que buscava atribuir a outros a responsabilidade pelos problemas enfrentados durante seu governo (Ferreira, 2018).

Essa tendência de culpar terceiros, especialmente figuras de destaque como Ulysses Guimarães, pode ser vista como uma tentativa de Sarney de preservar seu próprio legado e desviar a atenção das críticas direcionadas à sua administração. No entanto, essa estratégia também reflete as complexidades e desafios que os líderes enfrentam ao conduzir um país por um período de transição política e econômica, especialmente em um contexto de expectativas elevadas e desafios substanciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão de Sarney à presidência é um fato bastante singular na história brasileira. Como já abordado no decorrer deste trabalho, a sua chegada ao poder ocorre em um momento de extrema turbulência no país. Isso dificultou imensamente sua administração, que ficou vulnerável a todos os tipos de pressão, desde as forças políticas heterogêneas que compunham seu governo (cada uma tentando ampliar sua influência), até os partidos de oposição e setores organizados da sociedade civil demandando pronta democratização em termos econômicos, políticos e sociais.

Dessa forma, os objetivos de Sarney ao criar o programa "Conversa ao Pé do Rádio" tornam-se claros. Ele era um presidente que enfrentava resistência dentro de seu próprio partido, o PMDB, e tinha desentendimentos com vários militares, que ainda ameaçavam a delicada institucionalidade brasileira. Além disso, sua imagem estava comprometida perante a população, visto que tinha ligações com a ditadura militar e assumira o cargo em circunstâncias improváveis. Adicionalmente, e não menos crucial, estava diante da imensa responsabilidade de consolidar e manter a segunda maior democracia do mundo durante uma profunda crise econômica, política e social. Diante de todos esses desafios, o presidente optou por criar um programa de rádio para seu governo, buscando conquistar o apoio popular em um período de notória falta de legitimidade.

O decorrer desta análise evidenciou que um dos primeiros objetivos da atração era distanciar a administração de perspectivas identificadas com medidas contracionistas na economia e com a ampliação da crise econômica e social do país. Desta forma, é constante a demarcação no programa de como esse governo era um novo marco para o Brasil. Como se pôde perceber, Sarney se apropria do termo Nova República e coloca nele a conotação de um país de união nacional, de consenso e de integração entre o campo e a cidade.

Este fator é onipresente no decorrer das edições, em que há um constante clamor por um "pacto social" que permitisse que Sarney aplicasse suas soluções em prática para contornar as profundas crises que o país passava. Na proposição de Sarney, enquanto o governo asseguraria a estabilidade e o crescimento no plano econômico e o avanço social do país, a população trabalharia duro e ajudaria apoiando e auxiliando as práticas governamentais.

Embora o Plano Cruzado, marcado por sua abordagem inovadora e heterodoxa, não tenha alcançado o sucesso esperado, sua análise contribui para uma compreensão mais aprofundada da gestão econômica durante o governo Sarney e suas tentativas de emular o sucesso inicial do Plano Cruzado. Este aspecto do Plano Cruzado reflete desafios mais amplos

enfrentados pelo governo na época. Paralelamente, a análise do programa "Conversa ao Pé do Rádio" de Sarney oferece uma perspectiva valiosa sobre a dinâmica do pacto social, complementando a compreensão das políticas econômicas e sociais desse período, e revelando como a comunicação governamental e as iniciativas de inclusão social estavam interligadas com as estratégias econômicas.

O pacto social, inicialmente, seria erigido sobre os dois principais focos do governo e do programa, que eram os aspectos econômicos e sociais, que obviamente se entrelaçam. Nesse contexto, o discurso de Sarney não era direcionado aos trabalhadores organizados, recorrentemente criticados, mas a uma coleção de indivíduos, materializados nos *fiscais de Sarney*, que atuavam no sentido de apoiar o Plano Cruzado e fiscalizar, junto ao governo, sua correta aplicação. Todavia, conforme a primeira tentativa de acordo desmoronava conjuntamente com o Plano Cruzado, o pacto social foi reorientado em direção a entidades representativas de trabalhadores e empresários, além de incluir o mote da transição democrática, que se impunha em meio as discussões da constituinte e das eleições de 1989. Destarte, o estudo buscou compreender como estas temáticas eram elencados na tentativa de criar um consenso coletivo que sustentasse e legitimasse a administração.

Tudo isso se embasava na visão de Sarney de que, “governar é harmonizar conflitos” e “exercer até o extremo a arte da paciência e da prudência.” (Schneider, 2000, p. 28). Não é à toa que recorrentemente ele se coloca acima da política, das eleições e de quaisquer interesses pessoais, apenas como um árbitro do pacto social. Essa visão também faz parte de uma cultura política de longa duração que apregoa a harmonização em detrimento de embates mais fortes.

O conceito de formação discursiva é fundamental na análise de discurso, pois oferece uma lente crítica para entender como as declarações e os significados são produzidos e regulados em diferentes contextos sociais e históricos. Ao identificar padrões e regularidades no uso da linguagem, a formação discursiva revela as condições de produção do discurso, desvendando as relações de poder, os sistemas de conhecimento e as práticas sociais que moldam e são moldadas pelo próprio discurso. "São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam "o que pode e deve ser dito" a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada." (Brandão, 2012, p. 48). Não é à toa que há uma grande omissão acerca dos militares. Afinal, a maior parte das democratizações na terceira onda tiveram apoio ou assentimento dos respectivos regimes, o que dificultava eventuais críticas (Huntington, 1991). Isso era ainda mais presente em uma administração conservadora e que buscava instituir um grande pacto social.

Com o objetivo de estabelecer uma cumplicidade entre o governo e o povo, o presidente em exercício constrói um discurso fundamentado na lealdade entre ambas as partes, além de defender a criação de um novo Estado democrático com o povo como sua autoridade máxima, sem o qual nenhum político seria capaz de governar. A partir dessa perspectiva, o público é constantemente reconhecido como protagonista das ações do presidente. Afinal, "O rádio, como a oratória e o teatro, mas sem possuir destes o poderoso elemento plástico, é um instrumento de convencer." (Meditch; Zucoloto, 2008, p. 116).

Um ponto a ser mencionado é a semelhança com um aspecto do programa *The Fireside Chats*, de Franklin Delano Roosevelt. Em ambos a crise era encarada em termos da psicologia de indivíduos. A crise era atribuída à incompetência e desonestidade de alguns sujeitos especuladores. Estes indivíduos teriam colaborado para uma crise de confiança por parte do público, o que ocasionava uma inflação ainda maior. Uma série de condições estruturais eram então reduzidas a meras atitudes de especuladores desonestos e seus caracteres. Assim, somente com uma confiança restaurada a crise poderia ser debelada, sendo que um patriótico congresso passaria as leis que reabilitariam a economia e trariam a segurança que a nação precisava para superar aquele difícil momento.

Em suma, cabe-se ressaltar que a flexibilidade da mensagem era crucial para a política de Sarney. Essa característica permitia a ele atrair uma audiência massiva, mas ainda assim falar com indivíduos particulares; possibilitava que promovesse sua imagem e de seu governo, mas também exaltar o público; e permitia dramatizar a crise, mas despolitizar os seus programas de combate a crise. O objetivo final era a criação de um pacto social que envolveria toda a sociedade na Nova República.

A presente dissertação de mestrado em História, focada no estudo do discurso de Sarney, concentrou-se predominantemente nas questões econômicas, sociais e na transição democrática. Este enfoque permitiu uma análise detalhada de como esses temas foram abordados e articulados no discurso de Sarney, refletindo as prioridades e os desafios de seu mandato. No entanto, é importante reconhecer que existem outras áreas significativas dentro do discurso de Sarney que ainda requerem uma investigação mais detalhada. Aspectos como a política externa, o papel e a influência de entidades específicas como as forças armadas e os trabalhadores, e a integração destes no pacto social proposto por Sarney, são temas que ainda merecem um estudo mais aprofundado. Estas áreas representam lacunas importantes na pesquisa atual e oferecem oportunidades valiosas para futuros trabalhos acadêmicos, possibilitando uma compreensão mais completa e matizada do legado e impacto do governo Sarney no Brasil.

O eixo do pacto social proposto por Sarney, que abrangia questões sociais, avanços econômicos e a transição democrática consensual, pode ter tido implicações profundas na percepção e nas escolhas políticas da população brasileira nos anos subsequentes. A combinação desses elementos, particularmente os choques econômicos e as promessas de reformas sociais em um período de transformação política, pode ter criado uma sensação de desilusão ou ceticismo em relação a essas abordagens. Este fenômeno sugere uma possível "queima" desses temas aos olhos do público, influenciando as tendências políticas e as escolhas eleitorais futuras. Essa dinâmica representa uma lacuna significativa no estudo do discurso de Sarney e de seu legado, sugerindo a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre como a gestão dessas políticas durante seu governo moldou as atitudes e percepções políticas no Brasil pós-Sarney.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1985/1986/1987**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990a. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio 1988/1989/1990**. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990b. v. 2. (Documentos da Presidência da República).

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. H. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2018.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. 1. edition. New York, NY: Crown Publishing, 2012.

ARANDIA, A. K. **O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização**. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, p. 148-164, 1991.

BERSTEIN, S. (Org.). **Les cultures politiques en France**. Paris: Éd. du Seuil, 2003(Collection Points histoire, 317).

BERSTEIN, S. **Los regímenes políticos del siglo XX: una historia política comparada del mundo contemporáneo**. trad. Eva-María Jaime. Barcelona: Ariel, 2013.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: 2012.

ESTAÇÃO BRASIL 014: **Petrobras: do nacional desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Entrevistador: Ricardo Duwe. Entrevistado: Márcio Roberto Voight. [s.l.] Leitura Obrigatória, 30 mar. 2021. Podcast. Disponível em <Spotify >. Acesso em: 31 mar. 2021].

CARVALHO, J. M. de. **Forças armadas e política no Brasil**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

CHANG, H.-J.; EVANS, P. B. El papel de las instituciones en el cambio económico. *In*: EVANS, P. B.; MORALES DE SETIÉN RAVINA, C. F. (org.). **Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal**. Bogota: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, 2007. p. 217–273.

CÔRTEZ, O. H. D. G. **A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

DA CUNHA, P. R. Militares na Política ou Política entre os Militares: Uma Falsa Questão? In: BARBOSA, J. R. *et al.* (org.). **Militares e política no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DANCUR, E. C. P. **Café com o presidente; O programa de radiojornalismo com o presidente Lula**. 240 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

DE MELO, D. B. A miséria da historiografia: [S. l.], 2014.

EARP, F.S.S.; PRADO, L. C. D. **O Milagre Brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda**. In: Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 207-241.

ECHEVERRIA, R. **Sarney. A biografia**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, G. S. N. **Sarney, FHC e Lula: 22 anos de "conversas ao pé do rádio" e democracia**. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. Rede Alfredo de Carvalho - V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: Intercom, CIEE, Facasper, Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação, 2007.

FERREIRA, J. **O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática**. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004.

HISTÓRIA FM 130: **Corrupção na Ditadura: os escândalos conhecidos do regime**. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistado: Pedro Campos. [s.l.] Leitura Obrigatória, 27 mar. 2023. Podcast. Disponível em <Spotify >. Acesso em: 23 jul. 2023].

HISTÓRIA FM 114: **Ditadura Militar: do governo Geisel ao fim da ditadura, 1974-1985**. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Ricardo Duwe e Reinaldo Lohn. [s.l.] Leitura Obrigatória, 31 out 2022. Podcast. Disponível em <>. Acesso em: [10 set. 2022].

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. 28 mar. 2021. **A TERRA É REDONDA**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea**. [S. l.]: Elsevier, 2017.

GIANNAZI, Carlos. **A doutrina de segurança nacional o “milagre econômico” (1969/1973)**. [S. l.]: Cortez Editora, 2021.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.

GRYNSZPAN, M. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, J.;

DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003.

HUNTINGTON, S. P. **The third wave: democratization in the late twentieth century.** Norman: University of Oklahoma Press, 1991. v. 4, (The Julian J. Rothbaum distinguished lecture series, v. 4).

JOSÉ SARNEY, POR ELE NINGUÉM ESPERAVA. Presidente da Semana. [*S. l.: s. n.*], [*s. d.*].

JUDT, T. Um “papa de ideias”? João Paulo II e o mundo moderno. **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000.** Rio de Janeiro (RJ): Objetiva, 2010.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Campus, 1999.

KINZO, M. D. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.** São Paulo em Perspectiva: v.15, n. 4, 2001.

MACARINI, J. P. A política econômica do Governo Sarney: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987). n. 128, p. 67, 2007.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987).** Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 157, mar, 2009.

MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Org.). Comparative Historical Analysis: Achievements and agendas. **Comparative historical analysis in the social sciences.** Cambridge studies in comparative politics. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2003. p. 3–38.

MAHONEY, J.; THELEN, K. Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power. p. 254, 2010.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso (re)ler Michel Pêcheux hoje.** [*S. l.*]: Pontes, 2012.

MANUEL, C. Political struggles for memory. **State repression and the labors of memory.** Contradictions. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2003.

MARICHAL, C. **Nova história das grandes crises financeiras: uma perceptiva global, 1873-2008.** [*S. l.*]: Fgv Editora, 2016(Publicações FGV management: gestão em saúde).

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio & a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969.** [*S. l.: s. n.*], 2020. Disponível em: <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=6436740>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MARTINS FILHO, J. R.; MARQUES, A. A. (Org.). **Os militares e a crise Brasileira**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2021.

MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba: USP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

MEDITSCH, E. **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. R. M. **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis, SC: Insular, 2008.

MODIANO, E. M. **A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990**. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

MODIANO, E. M.; CARNEIRO, D. D. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984. In: ABREU, M. de P. (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. [Nova edição revista e atualizada], 3a tiragem. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Elsevier Editora, 2014.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014(1964, 50 anos depois).

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.

MUNHOZ, S. J. **Guerra fria**. [S. l.]: Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2020.

NETO, O. C. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 27, 2009.

NOGUEIRA, I. A BIOGRAFIA EM UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA. [S. l.], v. 10, n. 1, p. 22, [s. d.].

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change, and economic performance**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990(The Political economy of institutions and decisions).

OLIVEIRA, M. da G. de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 429–446, jul. 2017.

PASSINI, M. A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul. [S. l.], p. 218, [s. d.].

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pontes, 2011. v. 1.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3a edição. Campinas, SP, Brasil: Pontes Editores, 2002.

PERLATTO, F. **As disputas políticas e a Constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias**. No prelo.

PIERANTI, O. P. **Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula.** Lua Nova, 68, 2006.

PIERRE, H. L. S. **Controle Sobre Os Militares E Política De Defesa Na Argentina, No Brasil, No Chile E No Uruguai.** [S. l.]: Editora Unesp, 2007.

PILATTI, A. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do Jogo, 4ª edição.** [S. l.]: Editora Lumen Juris, 2020.

PINTO, C. R. J. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE DISCURSO POLÍTICO. [S. l.], p. 32, [s. d.].

História Pirata #92: **O Pensamento Econômico da Ditadura Militar com Caio Vioto.** Entrevistador: Daniel Gomes de Carvalho; Rafael Santesso Verdasca. Entrevistado: Caio Vioto. [s.l.] História Pirata, 27 nov. 2022. Podcast. Disponível em <Spotify >. Acesso em: 15 jul. 2023].

PRADO, L. C. D; LEOPOLDI, M. A. P. **O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro.** In: FERREIRA, J.; L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016.** (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 73-118.

REIS, D. A. Apresentação. In: BARBOSA, J. R. *et al.* (org.). **Militares e política no Brasil.** 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014a (1964, 50 anos depois).

REIS FILHO, D. A. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010.** Rio de Janeiro Madrid: Objetiva Fundación MAPFRE, 2014b (História do Brasil nação, 5).

RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats.** 4ed. Journal of Communication, v. 49, 1999, p. 80–103.

Salomão, Ivan Colangelo. (2017) 2021. “Do Cruzado à moratória: Uma análise Da Heterodoxia econômica Da Nova República através Dos Pronunciamentos Do Presidente José Sarney”. **Locus: Revista De História** 22 (1).

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 2 abr. 2021.

SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. [S. l.], p. 17, 2011.

SANTANA, M. A. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990.**

SANTOS, L. J. **Vai um Café? Análise do personagem Lula no programa Café com o presidente**. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E.; IMMERGUT, E. M. O núcleo teórico do novo institucionalismo. **Políticas públicas coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2006. p. 155–195

SCHNEIDER, R. M. **Jose Sarney: 60 anos de política**. 1. ed. Campinas: Krauss Editora, 2000.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2015.

STARKEY, G. **Radio in context**. 1. publ. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. 2a ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2005.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 163–185, jun. 2006.

TANCREDO - A TRAVESSIA. [S. l.]: Caliban, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pDqaUUoicLk&ab_channel=CALIBANicinemaconte%C3%BAdo. Acesso em: 16 abr. 2021.

TEIXEIRA, F. C. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985**. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

THE ASCENT OF MONEY | PART 4: PLANET FINANCE. [S. l.]: Public Broadcasting Service, 2008. Disponível em: <https://www.pbs.org/video/the-ascent-of-money-part-4-planet-finance/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

VELASCO E CRUZ, S. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 1980**. Rio de Janeiro/Campinas: Editora Relume Dumará/Unicamp, 1997.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

VOTRE, S. J. **Análise do discurso**. São Paulo: Editora Parábola, 2019.